

www.agehab.go.gov.br



SECIDADES
SECRETARIA
DE ESTADO DAS CIDADES



PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Itaguaru



PREFEITURA MUNICIPAL DE
ITAGUARU-GO
ADM. 2009/2012

MINISTÉRIO DAS CIDADES

MINISTRO

Aguinaldo Velloso Borges Ribeiro

SECRETÁRIA NACIONAL DE HABITAÇÃO

Inês da Silva Magalhães

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

PRESIDENTE

Jorge Fontes Hereda

GOVERNO DO ESTADO

GOVERNADOR

Marconi Ferreira Perillo Júnior

SECRETÁRIO DE ESTADO DA CIDADES

Igor Montenegro Celestino Otto

PRESIDENTE DA AGEHAB

Marcos Abrão Roriz Soares de Carvalho

DIRETOR ADMINISTRATIVO

Fernando Jorge de Oliveira

DIRETOR FINANCEIRO

André Sanabio

DIRETOR TÉCNICO

Hélio José da Silva Filho

DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO

INSTITUCIONAL E COOPERAÇÃO TÉCNICA

Luciano Alves Pereira

GOVERNO MUNICIPAL

PREFEITO

Antônio Leonel Filho

GRUPO DE TRABALHO LOCAL

Marília Andrade Moreira (Coordenadora)

Elisson José Ribeiro

Mayara Moreira Lima

Ana Claudia Araújo Nunes

Rosa Ângela de Oliveira Veloso

Victor Hugo Fernandes

FICHA TÉCNICA

GRUPO DE COORDENAÇÃO TÉCNICA – GTEC

Carla Machado Silva

Christiane Coletti

Débora Cunha

Diogo Paixão

Elcileni Borges

Maria Raquel M.A. Jardim de Amorim

Marta Ferreira Rosa

GERENTE DE APOIO À GESTÃO E COOPERAÇÃO TÉCNICA

Christiane Coletti

COORDENAÇÃO TÉCNICA TERRITÓRIOS DA CIDADANIA

Cristiane Eunisse Fonseca

EQUIPE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Aline Spirandeli Guimarães

Carla Gioconda

Cristiane Eunisse Fonseca

Luciana Roncato Inácio

Renata C.R.Póvoa

PROJETO GRÁFICO

Neyron Mendes

INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL - IBAM

FOTOS

Arquivo AGEHAB

Sumário

APRESENTAÇÃO	11
PRODUTO 1: PROPOSTA METODOLÓGICA.....	16
1. PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL – PMHIS	16
2. INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE O PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO PMHIS	17
3. ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES DA AGEHAB E AGENTES ESTRUTURANTES	20
4. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	24
5. MAPEAMENTO DOS ATORES ESTRATÉGICOS	25
6. DIFICULDADES E ESTRATEGIAS NO FORTALECIMENTO DO PROCESSO PARTICIPATIVO	26
7. PLANO DE COMUNICAÇÃO	27
8. MAPA DOS PAs.....	28
9. REGIÕES DE COBERTURA	31
10. RELATÓRIO DAS ATIVIDADES REALIZADAS.....	32
PRODUTO 2 : DIAGNÓSTICO HABITACIONAL - NECESSIDADES E OFERTAS HABITACIONAIS	32
1. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO	32
2. INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE O PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO DIAGNÓSTICO HABITACIONAL	32
3. A HISTÓRIA DO LUGAR E AS RELAÇÕES REGIONAIS	34
3.1. <i>O processo de ocupação do território</i>	34
3.2. <i>Cultura de morar</i>	42
3.3. <i>As relações regionais</i>	46
4. NECESSIDADES HABITACIONAIS	48
4.1. <i>Demanda futura por moradia</i>	54
4.2. <i>Assentamentos Precários</i>	55
4.3. <i>Perfil socioeconômico do município</i>	56
5. OFERTAS HABITACIONAIS.....	57
6. RELATÓRIO DAS ATIVIDADES REALIZADAS.....	63
DIAGNÓSTICO HABITACIONAL – ESTRUTURA INSTITUCIONAL E CAPACIDADE ADMINISTRATIVA.....	68

PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL DE ITAGUARU

1. INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE O PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO DIAGNÓSTICO HABITACIONAL	68
2. ESTRUTURA INSTITUCIONAL	69
2.1. <i>Marcos Legais</i>	69
2.2. <i>Fontes de Recursos e Subsídios</i>	83
2.3. <i>Programas</i>	85
3. CAPACIDADE ADMINISTRATIVA.....	88
4. RELATÓRIO DAS ATIVIDADES REALIZADAS.....	92
PRODUTO 3: ESTRATÉGIAS DE AÇÃO	98
1. INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE TODO O PROCESSO DE ELABORAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS DE AÇÃO.....	98
2. ESTRATÉGIAS DE AÇÃO	99
2.1. <i>Consolidação das Informações do Diagnóstico Habitacional</i>	99
2.2. <i>Objetivos, Programas e Ações do PMHIS</i>	103
2.3. <i>Etapas, Responsáveis e Parceiros</i>	108
2.4. <i>Prioridades de Atendimento</i>	110
2.5. <i>Metas, Recursos, Fontes de Financiamento e Cenários.</i>	113
2.6. <i>Localização onde incidirá as ações da Política Habitacional</i>	120
2.7. <i>Indicadores e estratégias de monitoramento, avaliação e revisão do PMHIS</i>	123
3. RELATÓRIO DAS ATIVIDADES REALIZADAS.....	126
REFERÊNCIAS	132

PRODUTO 1: PROPOSTA METODOLÓGICA

LISTA DOS MAPAS

Mapa esquemático das Regiões de Cobertura Urbana

Mapa esquemático das Regiões de Cobertura Rural

LISTA DE FIGURAS

Figuras 01 e 02: Reunião GTL e atores estratégicos.

Figuras 03 e 04: GTL – Salão do Clube Social de Itaguaru.

Figuras 05 e 06: Reunião Participativa – Salão do Clube Social de Itaguaru.

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Mapeamento dos atores estratégicos.

Quadros 02 e 03: Plano de comunicação.

SIGLAS

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

GTL – Grupo de Trabalho Local

PA - Ponto de Apoio

PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

PMHIS - Plano Municipal de Habitação de Interesse Social

RC – Região de Cobertura

PRODUTO 2: DIAGNÓSTICO HABITACIONAL – NECESSIDADE E OFERTAS HABITACIONAIS

LISTA DOS MAPAS

Mapa 01: Mapa do histórico do parcelamento e situação fundiária

Mapa 02: Mapa do histórico e situação de ocupação

Mapa 03: Mapa das características atuais de uso e ocupação do território

Mapa 04: Mapa das relações regionais

Mapa 05: Mapa das necessidades habitacionais e assentamentos precários

Mapa 06 : Mapa das ofertas habitacionais de interesse social

LISTA DE FIGURAS

Figuras 01 e 02: Primeiras casas de Itaguaru

Figura 03: Casa de alvenaria

Figura 04: Casa de Placas de cimento

Figuras 05 e 06: vista aérea da cidade de Itaguaru

Figura 07: Equipe da Agehab e GTL na produção de mapas e planilhas do Produto 2.

Figura 08: Vista da Prefeitura Municipal de Itaguaru.

Figuras 09,10,11 e 12: Reunião com Agentes de Saúde para coleta de dados.

Figuras 13,14,15,16 e 17 : Audiência Pública – validação pela comunidade do Produto 2: Diagnóstico e ofertas habitacionais

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Matriz de caracterização do uso e ocupação do território

Quadro 02 – Matriz da linha do tempo

Quadro 03 – Matriz de sistematização das relações regionais

Quadro 04 – Síntese dos componentes das necessidades habitacionais, assentamentos precários e demanda demográfica

Quadro 05 – Matriz das necessidades habitacionais

Quadro 06 – Ficha de caracterização de assentamentos precários

Quadro 07 – Síntese dos componentes e tipos de ofertas habitacionais

Quadro 08 – Ficha de caracterização das ofertas habitacionais de interesse social

Quadro 09 – Quadro síntese de ofertas habitacionais de interesse social quantificada por renda e período

Quadro 10 – Ficha de caracterização das potencialidades locais e regionais da cadeia produtiva da construção civil

Quadro 11 – Mapa das ofertas habitacionais

SIGLAS

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

FJP – Fundação João Pinheiro

GTL – Grupo de Trabalho Local

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.



PA - Ponto de Apoio

PMHIS - Plano Municipal de Habitação de Interesse Social

RC – Região de Cobertura

A – Água

E – Esgoto

EE – Energia Elétrica

AS – Asfalto

DI – Domicílio Improvisado

CF – Coabitação Familiar

AO – Ônus Excessivo com Aluguel

DR – Domicílio Rústico

DE – Densidade Excessiva

CI – Carência em Serviços de Infraestrutura

IUS – Inexistência de Unidade Sanitária Domiciliar Exclusiva

IFU – Inadequação fundiária urbana

PRODUTO 2: DIAGNÓSTICO HABITACIONAL – ESTRUTURA INSTITUCIONAL E CAPACIDADE

ADMINISTRATIVA

LISTA DE QUADROS

Quadro 13: Legislação urbanística e ambiental do município, marco legal: Plano Diretor.

Quadro 14: Legislação urbanística e ambiental do município, marco legal: lei de Zoneamento Urbano e/ou Lei de Uso do Solo.

Quadro 15: Legislação urbanística e ambiental do município, marco legal: Lei de Parcelamento Urbano.

Quadro 16: Legislação urbanística e ambiental do município, marco legal: Código de Edificações/Obras.

Quadro 17: Legislação urbanística e ambiental do município, marco legal: Código de Postura.

Quadro 18: Legislação municipal referente ao Sistema Nacional de Habitação, marco legal: Lei de criação do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (FMHIS).

Quadro 19: Legislação municipal referente ao Sistema Nacional de Habitação, marco legal: Lei de Criação do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social (CMHIS).

Quadro 21: Quadro de sistematização dos dados referentes ao orçamento municipal.

Quadro 22: Quadro de sistematização dos dados referentes aos recursos municipais.

Quadro 24: Sistematização das fontes de financiamento habitacional do município.

Quadro 25: Quadro de sistematização das informações referentes à produção habitacional por programa.

Quadro 26: Quadro de sistematização das informações referentes à estrutura administrativa responsável pelo planejamento e gestão da política habitacional do município.

LISTA DE FIGURAS

Figura: 01 a 06: 5ª Oficina de Capacitação promovida pela AGEHAB.

Figura: 07 e 08: Assessoria Técnica da AGEHAB na capacitação do GTL referente ao 3º Conteúdo do Diagnóstico Habitacional

Figura: 09 e 10: Reunião pública no Plenário da Câmara Municipal em 18/05/2011.

Figura: 11 e 12: Reunião do GTL e Conselho Gestor do FMHIS em 09/05/2011.

LISTA DE SIGLAS

GTL – Grupo de Trabalho Local

CMHIS - Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social

FMHIS - Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social

FEHIS - Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social

PPA - Plano Plurianual

LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

LOA - Lei Orçamentária Anual

OGU - Orçamento Geral da União



PRODUTO 3 – ESTRATÉGIAS DE AÇÃO

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Síntese do Diagnóstico Habitacional do Município

Quadro 02: Objetivos e Diretrizes do PMHIS

Quadro 03: Identificação de Tipos de Ações a serem Desenvolvidas.

Quadro 04: Programas e Ações – Detalhamento

Quadro 05: Síntese de critérios para priorização de programas e ações.

Quadro 06: Programas e Ações – Prioridades de Atendimento

Quadro 07: Estimativas de custos para atendimento das necessidades habitacionais acumuladas e da demanda futura.

Quadro 08: Cenário Conservador

Quadro 09: Cenário Otimista

Quadro 10: Cenários Conservador e Otimista

Quadro 11: Cronograma de implementação do PMHIS

Quadro 12: Indicadores para monitoramento

Quadro 13: Estratégia para avaliação e revisão do PMHIS

MAPA 1: Mapa das ações propostas.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Equipe do IBAM na capacitação às tutoras da AGEHAB para a 6ª oficina

Figura 02 : Presidente da AGEHAB e autoridades governamentais na abertura da 6ª oficina

Figura 03 : Assinatura dos Termos Aditivos dos Convênios de Cooperação Técnica dos municípios com a AGEHAB

Figura 04 : 6ª Oficina – Prefeitos e GTLs dos municípios.

Figura 05 : Sala de aula - Capacitação do GTL

Figura 06 : Participação do IBAM e Dicooptec na 6ª Oficina

Figura 07: Sala de aula - Capacitação do GTL – Presença do Presidente e Diretores da AGEHAB.

Figura 08: Sala de aula - Capacitação do GTL – Presença do IBAM

Figura 09 Capacitação dos membros do GTL e CGFMHIS, em Itaguaru.

Figura 10: Capacitação dos membros do GTL e CGFMHIS, em Itaguaru.

Figuras 11,12,13,14 e 15: Audiência Pública – Produto 3: Estratégias de Ação

Figuras 16,17,18 e 19: Reunião com o Conselho Gestor do FMHIS para validação do PMHIS

LISTA DE SIGLAS

AGEHAB – Agência Goiana de Habitação

CGFMHIS – Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social



PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL DE ITAGUARU

DICOOPTEC – Diretoria de Desenvolvimento Institucional e Cooperação Técnica

FEHIS - Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social

FMHIS - Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social

FNHIS – Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social

FUNASA – Fundação Nacional de Saúde

GTL – Grupo de Trabalho Local

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

PMCMV – Programa Minha Casa Minha Vida

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PLANHAB – Plano Nacional de Habitação

PMHIS – Plano Municipal de Habitação de Interesse Social

UHS – Unidades Habitacionais de Interesse Social

APRESENTAÇÃO

O **Plano Municipal de Habitação de Interesse Social** é um instrumento de implementação do Sistema Nacional de Habitação – SNHIS, que tem como objetivo planejar as ações da Municipalidade referentes ao setor habitacional, de forma a garantir às populações de baixa renda, o acesso à moradia adequada e ao solo urbano regularizado, dotado de infra-estrutura básica.

O Governo de Goiás, por meio da Agência Goiana de Habitação – AGEHAB, embasado na experiência de elaboração do Plano Nacional de Habitação – PlanHab, vem implementando o Planejamento Habitacional no Estado através do processo de elaboração dos Planos Locais de Habitação de Interesse Social – PLHIS: incluindo a elaboração do Plano Estadual de Habitação de Interesse Social – PEHIS, a assistência técnica aos municípios dos Territórios da Cidadania, e o apoio institucional-pedagógico a todos os municípios goianos que manifestassem interesse, estruturado em um Ciclo de Capacitação iniciado em maio de 2010.

No artigo 182 e 183 da Constituição Federal de 1988, foi definida a Política Urbana que abrange que a propriedade é um direito fundamental porém que toda a propriedade deve atender à sua função social e, a partir de 2001, com o Estatuto da Cidade (LF 10.257/2001) há a regulamentação de que a propriedade atenderá sua função social se estiver atendendo aos preceitos no Plano Diretor do espaço a que estiver vinculada.

A criação do Sistema Nacional da Habitação de Interesse Social – SNHIS, através da Lei Federal nº. 11.124/2005, condicionou o planejamento habitacional como etapa obrigatória para o acesso aos recursos públicos. Conforme o **Artigo 12** da referida Lei, **a apresentação do PLHIS é condição obrigatória para que os entes federados acessem os recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS.**

A partir da elaboração dos PLHIS, portanto, as administrações dos Estados e Municípios têm a possibilidade de consolidar, em nível local, a Política Nacional de Habitação, orientada pelos princípios do Estatuto da Cidade, e compatível com outros instrumentos de planejamento e desenvolvimento urbano, como os Planos Diretores, quando existentes, e os próprios Planos Plurianuais.



O PLHIS constitui um conjunto articulado de diretrizes, objetivos, metas, ações e indicadores que caracterizam os instrumentos de gestão habitacional, visando o enfrentamento do déficit habitacional, o desenvolvimento social, econômico e urbano das localidades, e a integração das moradias de interesse social nas cidades.

A metodologia de Goiás enfatizou a participação direta da sociedade na definição e no controle das prioridades e dos programas habitacionais, elegendo como agentes estruturantes do trabalho de elaboração do PMHIS dos municípios, um Grupo de Trabalho Local - GTL, constituído por meio de decreto municipal, composto por 3 integrantes titulares e 3 suplentes, com representação do poder público municipal, entidades sociais, lideranças locais e de representantes de outros segmentos como comerciantes e/ou entidades de classe ou de ensino.

O Plano Municipal de Habitação de Interesse Social (PMHIS) está dividido em três etapas. Na primeira etapa: **Proposta Metodológica (Produto 1)** foram criadas as condições estruturais para o desenvolvimento democrático e participativo do PMHIS, abordando: a) a compreensão do papel de cada segmento na produção e elaboração do PMHIS; b) o entendimento do processo de estruturação do PMHIS; c) a criação de uma rede de atores sociais, para suporte na divulgação dos trabalhos de elaboração do Plano, bem como da coleta de dados para a realização das etapas seguintes; d) interlocução entre equipe de assessoria técnica da AGEHAB e GTL do município.

Na segunda etapa: **Diagnóstico Habitacional (Produto 2)** os GTLs tiveram acesso aos insumos para quantificar e qualificar as demandas da população (leitura da realidade local) no que diz respeito às condições de habitação no município, área urbana e área rural, levantamento de campo das **Necessidades e Ofertas Habitacionais (primeiro e segundo conteúdo)**, além dos dados de instituições de pesquisa. O levantamento em campo foi realizado por meio de um trabalho planejado pelo GTL, com a colaboração dos coordenadores dos Pontos de Apoios – PA's e dos atores estratégicos através de: reuniões, debates, entrevistas, registros fotográficos, mapeamentos e relatórios. Cruzamento de dados com registros oficiais (CADÚNICO, Bolsa Família, Estratégia de Saúde da Família – ESF, cartórios, prefeitura, etc) e dados de instituição de pesquisa (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Fundação João Pinheiro -FJP, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada IPEA, etc.). Todas as informações coletadas foram adequadamente organizadas e



sistemizadas na forma de quadros e mapas, a fim de possibilitar a compreensão plena da realidade do município. Para finalizar o Diagnóstico Habitacional, foi elaborado o produto **Estrutura Institucional e Capacidade Administrativa (terceiro conteúdo)**, contendo levantamento: dos marcos regulatório e legal existente no município; das normas que orientam e controlam o uso, a ocupação e a urbanização do solo, tais como Plano diretor, Lei de zoneamento urbano/Lei de uso e ocupação do solo, Legislação de ZEIS; das leis que disciplinam o parcelamento do solo; bem como das fontes de recursos e subsídios e os programas que têm relação com a promoção do acesso à moradia de interesse social; a capacidade administrativa da prefeitura na área habitacional e as condições logísticas, o quadro técnico e administrativo e a forma como o órgão responsável pela habitação vêm atuando no planejamento e na implementação da política habitacional. As informações levantadas nesta etapa do trabalho, no que diz respeito à legislação urbanística e ambiental do município e a legislação referente ao Sistema Nacional de Habitação (SNH) foram sistematizadas em quadros, onde se verificou a inexistência de boa parte dessas legislações nos municípios do Território da Cidadania.

Após a conclusão das duas primeiras etapas para elaboração do PMHIS – Produto 1: Proposta Metodológica e Produto 2: Diagnóstico Habitacional, realizadas em cinco oficinas de capacitação e fornecidos quatro roteiros de trabalho aos GTLs dos municípios, realizou-se a 6ª oficina de capacitação para o cumprimento da terceira e última etapa: **Estratégias de Ação (Produto 3)**. Nas Estratégias de Ação, de acordo com os problemas identificados, são elencados os programas e/ou ações para provisão de novas unidades habitacionais, adequação das existentes, urbanização e regularização de assentamentos precários, desenvolvimento institucional do setor habitacional, dentre outras medidas necessárias para garantir inclusão territorial e acesso à moradia digna nas áreas urbanas e rurais dos municípios. Para o alcance destes objetivos foram definidos programas e/ou ações, os responsáveis pela sua implementação, recursos e fontes de financiamento para os mesmos e as áreas municipais onde elas ocorrerão. Foram previstas ainda, prioridade de implementação dos programas e/ou ações e os mecanismos de monitoramento, avaliação e revisão de todo o plano ao longo do tempo.

Todas estas etapas constituíram um campo de interlocução, discussão e deliberação no qual a população e o CGFMHIS – Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de

Interesse Social teve uma participação informada e ativa. Ao final dos trabalhos e sintetização do documento do Plano Habitacional, o poder público municipal tem a incumbência de elaborar e promover a aprovação da Lei do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social – PMHIS pelo legislativo local, em tempo célere.

A seguir, este documento recapitula todos os produtos elaborados e apresenta a versão final do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social – PMHIS do município de Itaguaru.

Proposta Metodológica

Produto

1

PMHIS

Plano Municipal de
Habitação de Interesse Social



SECIDADES
SECRETARIA
DE ESTADO DAS CIDADES



PRODUTO 1: PROPOSTA METODOLÓGICA

1. PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL – PMHIS

O Plano Municipal de Habitação de Interesse Social (PMHIS) é o planejamento para as ações que cada município deve executar no setor de habitação. O Plano deverá apontar caminhos para o município propor, incentivar e executar ações que venham a melhorar a vida de seus moradores.

Por habitação de interesse social entende-se toda a habitação destinada a famílias com renda de até três salários mínimos nacional. Desta forma, o PMHIS serve para que o município possa planejar e saber exatamente para onde e como vai crescer.

1.1.OBJETIVOS:

1.1.1. OBJETIVOS GERAIS

O Plano Municipal de Habitação de Interesse Social de Itaguaru será baseado nos princípios da política habitacional que se resumem basicamente em:

Direito à **moradia digna** e ao **solo urbano regularizado**, dotado de infraestrutura básica, de acordo com a Constituição Federal de 1988 (artigo 6º);

Direito ao ambiente qualificado e sustentável, identificando as peculiaridades regionais e respeitando os condicionantes ambientais;

Direito à Gestão democrática e participativa.

1.1.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Orientar as ações do poder público e da iniciativa privada propiciando o acesso à moradia adequada, priorizando as famílias de menor renda, num processo integrado com as políticas de desenvolvimento urbano regional e demais políticas municipais;

Definir procedimentos e ações de curto, médio e longo prazos (até 12 anos), que ampliem o acesso à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, infra-estrutura, transporte, serviços, trabalho e lazer, respeitando as Diretrizes de ordenamento e controle do uso e ocupação do solo, de preservação do ambiente natural e construído garantindo a participação da comunidade;



Permitir acesso aos recursos públicos federais destinados à habitação de interesse social através da participação no Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, e subsídios para as populações de baixa renda;

Estimular a produção habitacional pela iniciativa privada para o atendimento das necessidades habitacionais do conjunto da população, priorizando a Habitação de Interesse Social - H.I.S. para o atendimento da demanda prioritária (**0 a 3 salários mínimos**) e redução do déficit municipal;

Considerar o território do Município de Iaciara em sua integralidade, contemplando **áreas urbanas e áreas rurais**, passíveis ou não de ocupação, inadequação ou especulação (imobiliária), sejam estas áreas propícias ou impróprias para utilização, respeitadas as restrições legais e ambientais estabelecidas.

1.1.3. COORDENAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHOS

Prefeitura Municipal: Antônio Leonel Filho

Secretaria de Administração: Elisson José Ribeiro

Tutoria Técnica Responsável da AGEHAB: Arq. Aline Spirandeli

Técnicos Municipais do Grupo de Trabalho:

Marília Andrade Moreira (COORDENADOR)

Elisson José Ribeiro

Mayara Moreira Lima

Ana Cláudia Nunes

Rosa Ângela Veloso

Victor Hugo Fernandes

2. INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE O PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO PMHIS

O GTL (Grupo de Trabalho Local) nomeado via Decreto pelo Prefeito Municipal, tem o objetivo de acompanhar a elaboração do PMHIS, garantindo o cumprimento de todas as etapas do Plano de forma participativa. Para efetivação dos trabalhos, o grupo de trabalho local e membros do CGFMHIS (Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social), deverá passar por capacitação nas oficinas realizadas pela AGEHAB, obedecendo aos critérios do convênio assinado entre esta agência e as prefeituras. Durante o processo de elaboração do Plano, o GTL deverá realizar reuniões com a comunidade a fim de



que as decisões possam ser tomadas de forma mais democrática possível.

O plano municipal de habitação de interesse social será dividido em três etapas:

Etapa 1_ Proposta Metodológica;

Etapa 2 – Diagnóstico Habitacional;

Etapa 3: Estratégias de Ação.

Na Etapa 1: Proposta Metodológica – fase que norteará as outras etapas do PMHIS, delineando o cronograma detalhado das atividades, apontando as estratégias, as ações a serem desenvolvidas, as responsabilidades e forma de mobilização e participação popular. Nessa fase o grupo promoveu neste Produto 1 e promoverá nas próximas etapas, reuniões junto à comunidade local para eleição dos Atores Estratégicos e determinação dos PAs (Pontos de Apoio). A eleição dos Atores Estratégicos teve a preocupação de selecionar pessoas pertencentes a diversos segmentos da sociedade e que pudessem de alguma forma, contribuir com informações para o banco de dados, mobilização da comunidade e divulgação de informações. A escolha das Regiões de Cobertura e dos PAs foi realizada pelo GTL junto com a comunidade observando a localização e o espaço onde pudesse abrigar as atividades coletivas como reuniões comunitárias e audiências e ainda servir de apoio aos trabalhos de campo do GTL. Para os PAs foi nomeado um coordenador para servir de ajudará o grupo de trabalho na organização e mobilização da comunidade. Houve a preocupação de dividir os bairros da cidade obedecendo as características socioeconômicas e de proximidade para delimitar as Regiões de Cobertura na área urbana. Na área rural, as Regiões de Cobertura foram definidas de acordo com os povoados e estabelecidos os PAs em escolas ou sede das fazendas onde fosse possível mobilizar um maior número de pessoas possível.

Como estratégia para divulgação e circulação das informações sobre a elaboração do PMHIS, o GTL buscou os meios de comunicação disponíveis no município, tais como carro de som, rádio e ainda se utilizou da produção de cartazes, faixas, panfletos, além da divulgação oral. A afixação de cartazes foi feita em locais de grande circulação pública, tais como comércio local, bancos, escolas, Prefeitura Municipal. O mesmo procedimento deverá ser tomado nas demais etapas do Plano

A Etapa 2: Diagnóstico Habitacional – tem como objetivo, construir um panorama



quantitativo e qualitativo das necessidades habitacionais e confrontá-lo com a oferta habitacional. Sob orientação da AGEHAB o Produto 2 será dividido em três conteúdos. Para o 1º Conteúdo – Necessidades Habitacionais, o GTL, com apoio dos Atores Estratégicos pesquisará a história do lugar e as relações regionais do município, e necessidades habitacionais. Nessa fase o grupo contará com pesquisas realizadas em publicações, jornais, registros de cartório, Prefeitura, CADÚNICO, PSF, IBGE, SEGPLAN (Secretaria de Gestão e Planejamento) e outros. Será de suma importância a contribuição dos agentes de saúde nessa fase de coleta de dados, os quais deverão ser capacitados pelo GTL a fim de ajudar no levantamento de informações. Para o 2º Conteúdo – Oferta Habitacional, o GTL poderá recorrer às informações da Prefeitura e cartório. Deve-se nessa fase conscientizar a população e o Poder Público Municipal sobre a criação de ZEIS observando a localização das moradias de Interesse Social em áreas já urbanizadas, com saneamento básico e equipamentos sociais. No 3º Conteúdo – Estrutura Institucional e Capacidade Administrativa será feito um levantamento da Legislação municipal referente ao Sistema Nacional de Habitação, Legislação urbanística e ambiental do município, observando os marcos legais existentes e legislação municipal referente ao Sistema Nacional de Habitação (SNH). Será feito ainda uma análise dessa legislação observando a necessidade de atualização ou criação de Marcos Legais para o município, relacionados à habitação e ocupação do solo. Deverá ser observado também o orçamento, investimentos, fontes de recursos e programas para Habitação de Interesse Social e ainda analisar a capacidade administrativa da Prefeitura para buscar os recursos e operar os programas. Para essa fase o GTL deverá buscar apoio nas informações oferecidas pelo contador do município, secretária de finanças e administração e outras Secretarias da Prefeitura que contenham base de dados e informações sobre o assunto.

Na Etapa 03: Estratégia de Ação – o GTL irá consolidar as informações do Diagnóstico Habitacional e a partir dele, junto com a comunidade local e participação do Poder Público do Município, estabelecer as estratégias de ação para solucionar os problemas de déficit habitacional, promover melhorias, infraestrutura e saneamento básico e assim proporcionar Moradia Digna para todos. Para tanto, deve-se observar as fontes de recursos, programas, prioridades, cronogramas de implementação das ações do PMHIS e ainda o monitoramento e avaliação do Plano. Nas Estratégias de ação, o GTL deverá identificar os Programas existentes

no município, relacionados à política e/ou gestão habitacional e ainda articular com os Programas Federais (MCMV, PAC, Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários) e Estaduais (Morada Nova – Cheque Moradia) e outros programas que possam surgir, para viabilizar a implementação do PMHIS do seu município.

2.1. ENCAMINHAMENTO DO PROJETO DE LEI DE CRIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - PMHIS

Após a realização de todas as etapas, foi realizada a Plenária para discussão da proposta preliminar do PMHIS e após aprovada, corrigida e complementada, será encaminhada à Câmara Municipal, conforme cronograma do Produto 1, para realizar a aprovação em Lei do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social. Assim a versão final do Plano que será impressa em várias cópias e deixadas à disposição do público na Prefeitura e Câmara Municipal, Secretaria de Assistência Social e Pontos de Apoio para que a população possa acompanhar a implementação das propostas que nele foram elencadas e cobrar das autoridades públicas a sua efetivação.

A lei de criação do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social será encaminhada à Câmara Legislativa Municipal para aprovação em um prazo de até 4 meses sendo que a AGEHAB orientará todo o processo, reservando uma mesa na 7ª oficina de consolidação do PMHIS, para discussão e apresentação de um modelo de lei para a implementação do Plano, com participação de representantes do Ministério Público, assessoria jurídica da Agehab, dos prefeitos, vereadores, além do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social e entidades e outras autoridades convidadas.

3. ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES DA AGEHAB E AGENTES ESTRUTURANTES

Buscando dar força a este processo democrático e participativo de forma alinhada à Política Nacional de Habitação e empenhado em fortalecer a capacidade de gestão dos municípios, o Governo do Estado de Goiás, por meio da AGEHAB, preparou este Programa de apoio à elaboração dos Planos Municipais de Habitação de Interesse Social.

Todo o processo será conduzido pela AGEHAB tendo como agentes estruturantes:

Ministério das Cidades



Coordenação Executiva (COE)

Grupo de Coordenação Técnica (GTEC)

Tutoria Técnica

Grupo de Trabalho Local (GTL)

Grupo de Trabalho Interinstitucional (GTI)

Assessoria Técnica.

Para a compreensão do papel de cada um destes agentes no processo de elaboração do PMHIS nos municípios goianos, segue abaixo as principais atribuições de cada um deles.

MCIDADES

Compete ao Ministério das Cidades, criado em janeiro de 2003, tratar da política de desenvolvimento urbano e das políticas setoriais de habitação, saneamento ambiental, transporte urbano e trânsito. O MCidades trabalha de forma articulada e solidária com os Estados e municípios, com os movimentos sociais, organizações não governamentais, setores privados e demais segmentos da sociedade.

É importante ressaltar a existência do Conselho Nacional das Cidades, vinculado ao MCidades. A instância de participação social, instituída em 2003, debate e define diretrizes e regras para a política de desenvolvimento urbano em cada uma de suas áreas setoriais.

O MCidades coordena a implementação do Plano Nacional de Habitação de Interesse Social (PLANHAB) e a estruturação do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) com todos os seus componentes.

COE (Governo do Estado de Goiás/AGEHAB)

Compete à Coordenação Executiva, composta pela Diretoria Executiva da AGEHAB, a coordenação administrativa e institucional de todo o processo de elaboração do PEHIS e PMHIS, especialmente nas instâncias intra-governamentais e nas relações com o Ministério das Cidades e a CAIXA.

GTEC (Governo do Estado de Goiás/AGEHAB)

Compete ao Grupo de Coordenação Técnica, composto por Diretores, Assessores, Gerentes e Técnicos da AGEHAB, a coordenação técnica de todo o processo de elaboração do PEHIS e dos PMHIS, planejando e orientando as ações dos Tutores, acompanhando e validando as etapas e os produtos decorrentes da tutoria junto aos GTLs.

GTL (Prefeitura e representações sociais municipais)



Compete ao Grupo de Trabalho Local, constituído por meio de decreto municipal, composto por representação do poder público municipal, de organização social e responsável técnico a participação em todas as etapas de capacitação e a realização dos trabalhos orientados nos Roteiros e Oficinas, garantindo que o processo seja conduzido de forma participativa e democrática, e que os produtos alcancem o conteúdo necessário para a formulação do PMHIS.

GTI (Governo do Estado de Goiás/AGEHAB, entidades e segmentos sociais organizados)

Compete ao Grupo de Trabalho Interinstitucional, constituído por meio de decreto estadual, composto por representação do poder público estadual e representação de entidades das organizações sociais, o acompanhamento sistemático do processo e elaboração dos produtos que vão compor o PEHIS, bem como a organização e sistematização de informações que vão subsidiar a elaboração dos Planos Estadual e Municipais, sempre de forma coordenada e estruturada pelo GTEC.

Assessoria Técnica (IBAM)

Compete ao Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), contratado pela AGEHAB por meio de processo licitatório, o serviço de assessoria para fundamentação técnica e teórica dos conteúdos a serem aplicados nas atividades de capacitação e tutoria voltados aos PMHIS, bem como a assessoria técnica para elaboração dos produtos do PEHIS.

Tutoria Técnica (Governo do Estado de Goiás/AGEHAB)

Compete ao Grupo de Tutores Técnicos, contratados a partir de processo seletivo realizado pela AGEHAB, o acompanhamento e orientação aos integrantes do GTL na elaboração dos PMHIS, cuidando para que todo o processo seja conduzido de forma participativa e democrática, e que os produtos alcancem o conteúdo necessário para a formulação dos PMHIS. Nas atividades presenciais, os Tutores realizarão a facilitação em sala e nas atividades de dispersão orientarão as atividades de campo descritas em cada Roteiro. As atribuições e responsabilidades da AGEHAB na elaboração do PMHIS para 31 municípios do território da cidadania estão descritas abaixo:

ETAPA I: Proposta Metodológica

Formação do Grupo de Trabalho Local (GTL): orientação à distância;

Elaboração do material didático para capacitação do GTL;

Auxílio ao GTL quanto à regularização junto ao SNHIS, preparação de leis, decretos, etc.



Organização da Oficina de Capacitação e mobilização dos GTLs;

Capacitação do GTL – 1ª Oficina de Capacitação: Proposta Metodológica;

Acompanhamento e apoio técnico, através de telefonemas, e-mail e atendimentos presenciais, para o preenchimento de quadros e levantamento de dados para a elaboração da Proposta Metodológica;

Elaboração do Produto 1: Proposta Metodológica – produção de texto, mapas, finalização do produto e encaminhamento a CEF.

ETAPA II: Diagnóstico Habitacional

Elaboração de materiais didáticos para capacitação;

Auxílio ao GTL quanto à regularização junto ao SNHIS, preparação de leis, decretos, etc.

Organização das Oficinas de Capacitação;

Capacitação do GTL – 2ª, 3ª, 4ª e 5ª Oficinas de Capacitação;

Acompanhamento e apoio técnico, através de telefonemas, e-mail e atendimentos presenciais, para o preenchimento de quadros e levantamento de dados para a elaboração do Diagnóstico Habitacional;

Apoio técnico presencial: 4 visitas técnicas ao município para orientações, elaboração de mapas e quadros e levantamento de dados, juntamente com o GTL do município;

Elaboração do Produto 2: Diagnóstico Habitacional – produção de texto, mapas, finalização do produto e encaminhamento a CEF.

ETAPA III: Estratégias de Ação

Elaboração de material didático para capacitação;

Auxílio ao GTL quanto à regularização junto ao SNHIS, preparação de leis, decretos, etc.

Organização da Oficina de Capacitação;

Capacitação do GTL – 6ª Oficina de Capacitação;

Acompanhamento e apoio técnico, através de telefonemas, e-mail e atendimentos presenciais, para o preenchimento de quadros e levantamento de dados para a elaboração das Estratégias de Ação;

Apoio técnico presencial: visita técnica ao município para orientações, levantamento de dados, elaboração de mapas e quadros, juntamente com o GTL do município;

Elaboração do Produto 3: Estratégias de Ação – produção de texto, mapa, finalização do produto e encaminhamento a CEF.

Organização e preparação de material para Oficina de Consolidação dos PMHIS, com os municípios.

4. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

Após conhecer o papel de cada agente estruturante e de que forma eles se relacionam é também importante compreender a composição de todas as etapas deste processo. Para tanto segue o CRONOGRAMA DAS ATIVIDADES DO PMHIS.

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES DO PMHIS - 2010		
MÊS	DIAS	ATIVIDADES
Março	18,19 e 20	Assinatura do convênio entre os municípios e a AGEHAB e curso de nivelamento em Habitação de Interesse Social Ministrado pelo IBAM
Abril		Criação, por decreto Municipal, do GTL(Grupo de Trabalho Local)
Maio	28 e 29	1ª Oficina de Capacitação: Produto 1 - Proposta Metodológica
	31	Reunião sobre Produto 1.
Junho	16 e 17	Oficina de Recuperação da 1ª Oficina: Produto 1 - Proposta Metodológica
	01 a 28	Elaboração do Produto 1 - Proposta Metodológica
		Identificação dos atores Estratégicos
		Organização do Plano de Comunicação
		Definição das Regiões de Cobertura e Pontos de Apoio
Junho	01	Reunião sobre Produto 1
Junho/ Julho	29,30 e 01	2ª Oficina de Capacitação: Produto 2 Necessidades Habitacionais. Apresentação do Produto 1: Proposta Metodológica pelo GTL e orientação para elaboração do Produto 2: Diagnóstico Habitacional
Julho	05 a 30	Elaboração do Produto 2: História do Lugar e relações regionais.
	15 e 16	Capacitação realizada pela equipe técnica da AGEHAB (Produto 2 - Necessidades Habitacionais) - Municípios do TC , sede: Goiânia
Agosto	02 a 31	Elaboração do Produto 2: Necessidades Habitacionais
	18	Reunião sobre Produto 1
	25	Reunião sobre Produto 1
	27 e 28	3ª Oficina de Capacitação - Produto 2: Ofertas Habitacionais
Setembro	03	Reunião Pública: Produto 1 – Proposta Metodológica
	16	Capacitação para elaboração do Produto 2: Necessidades e ofertas habitacionais, pela equipe da AGEHAB
Outubro	01 a 30	Elaboração do Produto 2: Ofertas Habitacionais
	26	4ª Oficina de Capacitação - Elaboração, publicação e execução de Audiência Pública - Goiânia
Novembro	01 a 30	Elaboração do Produto 2: Diagnóstico Habitacional e realização de Audiência Pública para validação do Produto 2: Necessidade e Ofertas Habitacionais. Elaboração do documento final do Produto 1:Proposta Metodológica.
	26	Entrega do Produto 1: Proposta Metodológica - à Caixa Econômica Federal
Dezembro	06	Orientação presencial da equipe técnica da AGEHAB (Produto 2 - Necessidades e Ofertas Habitacionais) - em Goiânia na sede da AGEHAB
	15 e 16	5ª Oficina de Capacitação - Produto 2 - Estrutura Institucional e Capacidade Administrativa
ATIVIDADES DO PMHIS - 2011		
Fevereiro	17	Audiência Pública para validação do Produto 2: Diagnóstico Habitacional.
Março	01	Capacitação para elaboração do Produto 2 - Estrutura Institucional e Capacidade Administrativa, pela equipe da AGEHAB em Uruana.
	05 a 31	Elaboração do Produto 2: - Estrutura Institucional e Capacidade Administrativa
	14 e 15	6ª Oficina de Capacitação - Produto 3: Estratégias de Ação. Apresentação do Produto 2: Estrutura Institucional e Capacidade Administrativa e Orientação para elaboração do Produto 3.
Maio	10	Entrega do Produto 2: Necessidades e Ofertas habitacionais à Caixa Econômica Federal
	18	Audiência Pública para validação do Produto 2: Estrutura Institucional e Capacidade Administrativa
Junho	02	Capacitação para elaboração do Produto 3 - Estratégias de Ação em Itaguaru.
Junho a novembro		Elaboração do Produto 3: Estratégias de Ação
Outubro	22	Audiência Pública para validação do Produto 3: Estratégias de Ação.
ATIVIDADES DO PMHIS - 2012		
Junho	04	Encaminhamento do PMHIS à Câmara Municipal
Maio	16	7ª Oficina de Consolidação do PMHIS

Ao final deste processo, espera-se que além de ter elaborado o PMHIS, tenhamos fortalecido a capacidade de gestão do município e sedimentado o processo democrático participativo como instrumento de qualificação das políticas e da gestão pública.

5. MAPEAMENTO DOS ATORES ESTRATÉGICOS

Para a escolha dos atores estratégicos foram definidos integrantes de todos os segmentos da sociedade civil: movimentos sociais, servidores públicos, entidades religiosas e de classe e a população em geral. São pessoas com fácil acesso à população, mobilizando e divulgando o PHMIS nos PAs urbanos e rurais. Terão ainda um papel primordial na informação sobre as atividades do PMHIS, e ainda no levantamento de dados e informações quanto à necessidade e melhoria de moradias para a população e situação habitacional atual do município.

Foram escolhidos 06 (seis) atores estratégicos, sendo 02 do Poder Público, 01 dos Movimentos Sociais e 02 de Entidades Religiosas e 01 dos Sindicatos. O perfil e a capacidade de cada um deles determinarão a forma e o procedimento de sua inserção no processo de elaboração do PMHIS.

Quadro 01: Mapeamento dos atores estratégicos.

Contribuições individuais ou coletivas					
Ator Estratégico (nome e cargo)	Entidade ou Órgão Setorial	Segmento	Composição do Banco de Dados	Mobilização Comunitária	Divulgação das Informações
Terezinha Maria de Jesus	Igreja do Divino Espírito Santo	Entidade Religiosa		x	x
Veronice de Castro Serrano Catarino	Secretaria Municipal de Saúde	Poder Público	x		x
Eli de Souza Silva	Igreja Evangélica Pentecostal	Entidade Religiosa		x	x
Nilzete Araujo Guimarães	Secretaria Municipal de Educação	Poder Público	x	x	x

Ursulino Gomes da Cunha Neto	Comunidade	Movimento Social		x	x
João Pereira do Prado	Associação dos Produtores Rurais	Sindicato	x	x	x

6. DIFICULDADES E ESTRATEGIAS NO FORTALECIMENTO DO PROCESSO PARTICIPATIVO

O GTL procurou identificar pessoas líderes ligadas à comunidade para compor o quadro de Atores Estratégicos, assim como o suporte necessário para o desenvolvimento do PMHIS. Uma das dificuldades encontradas é a indisponibilidade de tempo da equipe, o que torna difícil reuni-los num só encontro, situação esta verificada na primeira reunião.

A estratégia utilizada foi reunir com os outros componentes individualmente e/ou em grupos menores, quando se tratava de um determinado assunto específico. Para isso, houve a necessidade do GTL ir até o local de trabalho de cada um e explicar sua atuação no processo de desenvolvimento do PMHIS.

Para a execução do Plano de Comunicação, mesmo utilizando a rádio local que atinge todo o município e regiões vizinhas, a maior dificuldade foi mobilizar as comunidades rurais para participação das reuniões do PMHIS, isto em virtude da conciliação do trabalho rural com as reuniões definidas pelo GTL. Outro aspecto é a distância de suas residências até os Pontos de Apoio – PAs, e os meios de transportes a serem providenciados para que possam participar.

No entanto, uma das estratégias é trabalhar bem o plano de comunicação para que a comunidade possa conhecer o objetivo e a importância do PMHIS e sua importância em atender aos interesses e necessidades comuns, e ainda, a divulgação dos dados e das informações sobre os resultados preliminares do plano e sua contribuição nas próximas reuniões participativas.

7. PLANO DE COMUNICAÇÃO

Em Itaguaru foram utilizados instrumentos de divulgação disponíveis no município. Foram elaborados e confeccionados cartazes colocados estrategicamente na Prefeitura, no Fórum, CRAS, Secretarias Municipais de Educação e Saúde, escolas estaduais e municipais, igrejas e comércio, ou seja, locais públicos muito freqüentados pela comunidade local. Foi elaborado também spot de divulgação do PMHIS na rádio local, mensagens a serem divulgadas em carros de som e anúncio em jornal da região. O GTL ainda identificou as lideranças comunitárias e religiosas que em suas atividades cotidianas informavam a população sobre a elaboração do PMHIS. Ver Quadros 02 e 03.

Para as próximas etapas do PMHIS – Produto 2 e Produto 3 - o GTL usará os mesmos meios apresentados no Quadro 02 - Plano de Comunicação – cartazes e informativos e 03 - Plano de Comunicação – rádio, TV ou jornal, e ainda a publicação de edital, convocações via ofícios às autoridades e entidades representativas no município.

Por se tratar de um município pequeno, os membros do GTL procura dar publicidade às reuniões também através da comunicação verbal, convidando pessoalmente a comunidade local. Dessa forma procura-se atingir um número de pessoas da comunidade que possam dar representatividade para discussões e debates sobre o PMHIS.

Quadro 02: Plano de comunicação.

Cartazes e Informativos

Descrição do Local	Tipo de material (cartaz ou informativo)	Quantidade	Data de fixação	Período de permanência
Prédio Prefeitura	Cartazes	02	20/08/2010	15 dias
CRAS – Centro de Reabilitação e Assistência Social	Cartazes	03	20/08/2010	15 dias
Supermercados: Supermil, Itabox e Bompreço	Cartazes	01	20/08/2010	15 dias
Panificadoras: Milenium e Vitória	Cartazes	02	20/08/2010	15 dias
Escola Mun. Belizarina Galdino de Oliveira	Cartazes	02	20/08/2010	15 dias
Escola Mun. Hans Paulo	Cartazes	02	20/08/2010	15 dias

Prager				
Escola Estadual Artur da Costa e Silva	Cartazes	02	20/08/2010	15 dias
Escola Estadual Dr. Ari Ribeiro Valadão Jr.	Cartazes	02	20/08/2010	15 dias
Secretaria de Saúde	Cartazes	01	20/08/2010	15 dias
Secretaria de Educação	Cartazes	01	20/08/2010	15 dias
Igreja Assembléia de Deus	Cartazes	04	20/08/2010	15 dias
Igreja São Sebastião	Cartazes	04	20/08/2010	15 dias
Fórum	Cartazes	02	20/08/2010	15 dias

Quadro 03: Plano de Comunicação – rádio, TV ou jornal.

Rádios, TVs e/ou jornais

Nome (rádio, TV ou jornal)	Tipo de inserção (anúncio pago ou mídia espontânea)	Quantidade de inserções/dia	Período de veiculação (número de dias ou semanas em que a informação é veiculada)
Radio local – Nossa FM - 87,9	Spot de divulgação do PMHIS	10	07 dias
Jornal Tribuna	Anúncio	01	30 dias
Carro de som	Spot de divulgação	2h/dia	06 dias

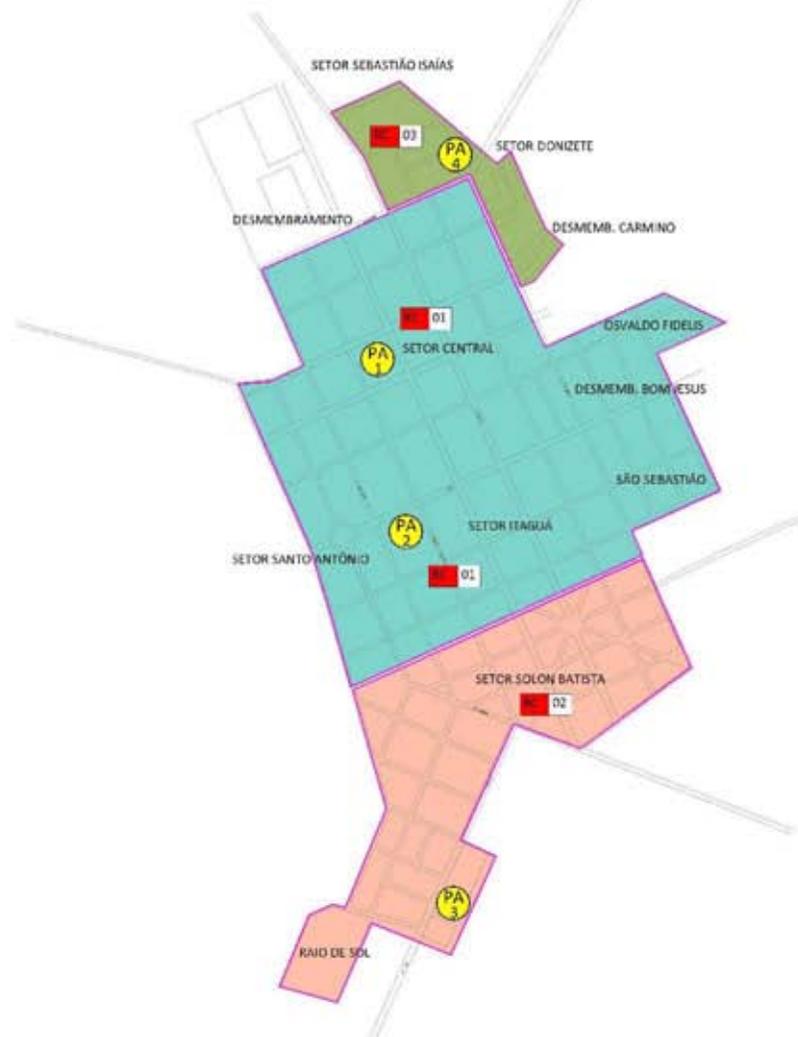
8. MAPA DOS PAs

Regiões de Cobertura é a divisão do território (urbano e rural) em áreas que, por concentrarem determinadas características específicas (sociais, físicas, econômicas, etc) tendem a apresentar demandas e proposições de interesse comum aos diversos grupos sociais que nela reside e/ou trabalham. Nessas Regiões de Cobertura foram estabelecidos os Pontos de Apoio que são uma referência destinada a abrigar as atividades coletivas como reuniões comunitárias e audiências e ainda servir de apoio para o trabalho de campo do GTL, como está demonstrado no mapa a seguir.



MUNICÍPIO DE ITAGUARÚ - GO

Mapa das Regiões de Cobertura - Área Urbana



01 REGIÃO DE COBERTURA CENTRAL
02 REGIÃO DE COBERTURA SETOR SOLON BATISTA
03 REGIÃO DE COBERTURA SETOR SEBASTIÃO (CARMINO DE OLIVEIRA)



PMHS

Mapa
Regiões de Cobertura - Área Urbana

ANTÔNIO LEONEL FILHO
PREFEITO

Responsável Técnico
AGÊNCIA GOIANA DE HABITAÇÃO

LEGENDA

— LIMITE DE REGIÃO DE COBERTURA

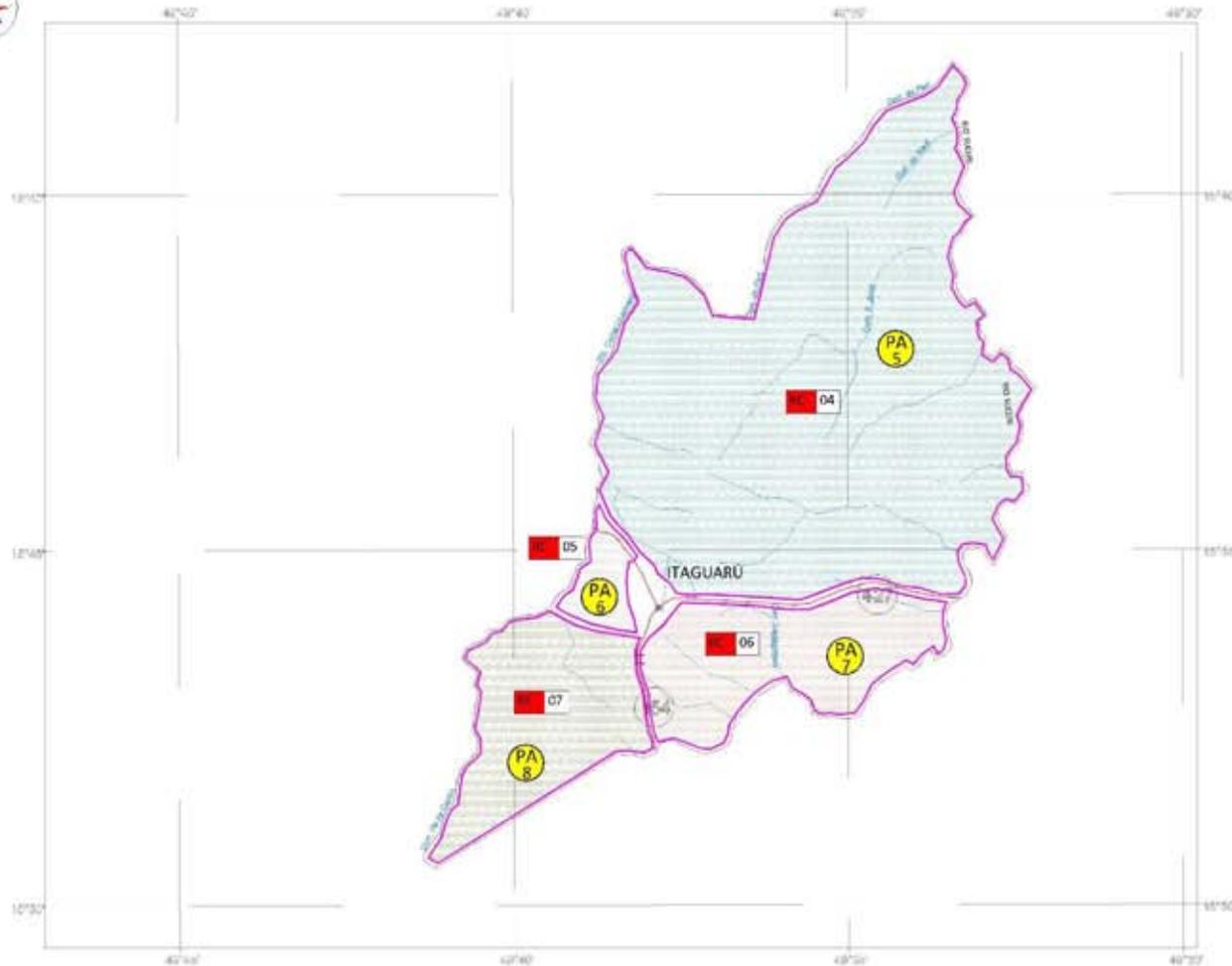
- 01** REGIÃO DE COBERTURA - ÁREA URBANA
- PA 1** PONTO DE APOIO (IGREJA SOCIAL)
- PA 2** PONTO DE APOIO (ESCOLA M. BELSARINA)
- PA 3** PONTO DE APOIO (QUADRADO DE ESPORTES)
- PA 4** PONTO DE APOIO (ESCOLA MUNICIPAL M. NANS PAULO PRADER)

OBS: É considerado APP - ZONA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL - os locais ao longo dos cursos, rios, riachos e nas ou em qualquer caso, a área desde o rio até, mais alta em taxa marginal de acordo com o Art. 2º, III de 13 de agosto de 2008.)

Folha:
01/07

Fonte do mapa cartográfico: GOOGLE EARTH | Data: 05/10/10 | Escala: 1/10000

MUNICÍPIO DE ITAGUARU - GO
Mapa das Regiões de Cobertura - Área Rural



- REGIÃO DE COBERTURA FAZENDA MOTA E REGIÃO
- REGIÃO DE COBERTURA FAZENDA TRS. ARRILHO DO CURRAL QUEMADO
- REGIÃO DE COBERTURA FAZENDA CACHOEIRA DO TERTÃO E REGIÃO
- REGIÃO DE COBERTURA FAZENDA BREJO GRANDE E REGIÃO



PMHIS

Mapa
Regiões de Cobertura - Área Rural

ANTÔNIO LEONEL FILHO
PREFEITO

Responsável Técnico:
AGENCIA GOIANA DE HABITAÇÃO

LEGENDA

- PERÍMETRO URBANO
- CO - 134
- CO - 427
- HIDROGRAFIA (CORRIGOS INTERMUNICIPAIS)
- REGIÃO DE COBERTURA - ÁREA RURAL
- PONTO DE APOIO (ASSOCIAÇÃO BOM JESUS)
- PONTO DE APOIO (RESIDÊNCIA SR. ANTÔNIO DE ANÁDÉS)
- PONTO DE APOIO (CONGREGAÇÃO DA ASSEMBLEIA DE DEUS LOCAL)
- PONTO DE APOIO (CONGREGAÇÃO DA ASSEMBLEIA DE DEUS LOCAL)

OBS: É Considerado APP - (ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL) de acordo com o Art. 2º da Lei nº 12.344/2010, as áreas ao longo dos córregos, rios, riachos e nas suas respectivas margens, desde que não tenham sido alteradas por intervenção humana, de acordo com a Lei nº 8.030 de 13 de agosto de 1990.

9. REGIÕES DE COBERTURA

REGIÕES DE COBERTURA URBANA

Na área urbana de Itaguaru, conforme Mapa Esquemático abaixo encontram-se 03 (três) Regiões de Cobertura e 04 (quatro) PAs, apresentados a seguir:

REGIÃO DE COBERTURA - SETOR CENTRAL

Ponto de Apoio PA 01 – Salão do Clube Social de Itaguaru

Coordenador: Cléber Martins Rosa

Endereço: Praça Joaquim Moreira Damasceno

Ponto de Apoio PA 02 – Escola Municipal Belisarina Galdino de Oliveira

Coordenador: Renilde Ribeiro de Andrade

Endereço: Av. Benedito Ferreira de Castro

REGIÃO DE COBERTURA DO SETOR SOLON BATISTA

Ponto de Apoio PA 03 – Quadra do Ginásio de Esportes Municipal

Coordenador: Francelino Raimundo dos Santos

Endereço: Av. Goiânia

REGIÃO DE COBERTURA DO SETOR SEBASTIÃO ISAÍAS

Ponto de Apoio PA 04 – Escola Municipal Hans Paulo Prager

Coordenador: Patrícia Maria Ribeiro

Endereço: Av. Cristo Rei s/n

REGIÕES DE COBERTURA RURAL

Na área rural de Itaguaru, conforme Mapa Esquemático abaixo encontram-se 04 (quatro) Regiões de Cobertura, e 04 (quatro) PAs, apresentados a seguir:

Região de Cobertura: FAZENDA MOTA E REGIÕES VIZINHAS

Ponto de Apoio PA 05 - Associação Bom Jesus

Coordenador: Carlos Henrique Ribeiro

Endereço: Associação Bom Jesus

Região de Cobertura: FAZENDA SANTO ANTÔNIO DO CURRAL QUEIMADO

Ponto de Apoio PA 06 – Residência Sr. Antônio de Araújo

Coordenador: Sr. Antônio de Araújo

Endereço: Fazenda Santo Antônio do Curral Queimado

Região de Cobertura: FAZENDA CACHOEIRA DO SERTÃO E REGIÃO

Ponto de Apoio PA 07 – Congregação da Assembléia de Deus Cachoeira do Sertão

Coordenador: Rubens Alves Ribeiro

Endereço: Congregação Assembléia de Deus

Região de Cobertura: FAZENDA BREJO GRANDE E REGIÃO

Ponto de Apoio PA 08 – Congregação da Assembléia de Deus do Brejo Grande

Coordenador: Valdeir Vieira de Basto

Endereço: Congregação Assembléia de Deus

10. RELATÓRIO DAS ATIVIDADES REALIZADAS

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

DATA e PERÍODO

- A) Identificação e mapeamento dos atores estratégicos administração pública: 25/08/2010
- B) Mobilização dos atores estratégicos da administração pública: 31/05/2010
- C) Identificação e mapeamento dos atores estratégicos nas instâncias sociais: 01/06/2010
- D) Mobilização dos atores estratégicos instâncias sociais: 18/08/2010
- E) Elaboração do Plano de Comunicação: 18/08/2010
- F) Execução do Plano de Comunicação: 20/08 a 03/09/2010
- G) Demarcação das Áreas de Cobertura: 18/08/2010
- H) Definição dos PAS: 18/08/2010

- I) Instituição do Coordenador do PA: 18/08/2010
- J) Reunião Participativa: 03/09/2010

COORDENADORES/RESPONSÁVEIS

GTL (Grupo de Trabalho local)

- **Setor Público:**

Marília Andrade Moreira – Representante Titular do Executivo – Bióloga e funcionária do Viveiro Municipal

Elisson José Ribeiro - Representante Suplente do Executivo – Secretário de Administração, responsável pela implementação da Política Habitacional

- **Movimentos Sociais:**

Mayara Moreira Lima - Representante Titular dos Movimentos Populares – Funcionária Pública

Ana Cláudia Araújo Nunes - Representante Suplente dos Movimentos Populares – Funcionária Pública

- **Segmento Empresarial**

Rosa Ângela Oliveira Velosso – Representante Titular do Segmento Empresarial – funcionária pública

Victor Hugo Fernandes - Representante Suplente do Segmento Empresarial – controlador interno

- **Coordenadora do GTL:**

Marília Andrade Moreira

NÚMERO DE PARTICIPANTES

- A) Identificação e mapeamento dos atores estratégicos administração pública: 06 participantes (GTL)
- B) Mobilização dos atores estratégicos da administração pública e instâncias sociais: 06 participantes (GTL).
- C) Elaboração do Plano de Comunicação e demarcação das Áreas de Cobertura. 06 participantes (GTL e Atores Estratégicos).
- D) Definição dos PAS e Instituição do Coordenador do PA: 06 participantes (GTL e Atores Estratégicos).



E) Reunião Participativa: 42 participantes

F) Produção do documento final: 06 participantes (GTL).

OBJETIVOS PROPOSTOS

O Plano de Trabalho do GTL de Itaguaru, em cumprimento ao que determina as etapas de elaboração do PMHIS, teve no primeiro momento como objetivo a divulgação da política de habitação - PMHIS e sua importância, visando a participação da comunidade e segmentos organizacionais do município, fazendo valer os direitos de cidadãos, elaborando em conjunto a proposta metodológica com decisão participativa.

OBJETIVOS ALCANÇADOS

A primeira etapa deste trabalho teve como objetivo organizar o quadro de pessoal capacitado para auxiliar na elaboração do plano (atores estratégicos), definir as regiões de cobertura e os pontos de apoio com os respectivos coordenadores, estimular a participação dos diversos segmentos da sociedade sobre a importância do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social e sua participação ativa neste projeto.

Através do envolvimento e participação da equipe de trabalho, foi possível levantar informações necessárias o que possibilitou no desenvolvimento da primeira etapa de elaboração do PMHIS e os resultados obtidos darão suporte para continuação das etapas seguintes.

DESCRIÇÃO DO PRODUTO RESULTANTE DA ATIVIDADE

A Prefeitura Municipal de Itaguaru espera com este trabalho, produzir uma visão ampla e aprofundada das demandas habitacionais e as potencialidades existentes no município, passíveis de serem como instrumentos para construção de soluções viáveis, justas e sustentáveis.

REUNIÕES

1ª Reunião – Prefeitura Municipal – 31/05/2010

No dia 31 de maio de 2010 o GTL realizou uma reunião com o Prefeito Municipal de Itaguaru, Sr. Antônio Leonel Filho, com a finalidade de relatar as atividades da 1ª Oficina do



Plano Municipal de Habitação de Interesse Social – PMHIS. Nessa reunião foram discutidos os seguintes assuntos:

- A importância do PMHIS para o município de Itaguaru;
- A necessidade de o trabalho ser desenvolvido em equipe e
- As vantagens e desafios a serem encontrados para a elaboração do PMHIS.

2ª Reunião – GTL - Prefeitura Municipal – 01/06/2010

No dia 01 de junho de 2010, às 19h30min, foi realizada uma reunião com todos os componentes do GTL. Foi realizada uma explanação sobre o que é o Plano Municipal de Habitação de Interesse Social- PMHIS, com o foco na elaboração do mesmo.

Por meio de material impresso, todos puderam acompanhar a leitura e explicação passo a passo do conteúdo - Roteiro para elaboração do Produto 1 do PMHIS – Metodologia, fornecido na 1ª Oficina de Capacitação do PMHIS.

3ª Reunião – Prefeitura Municipal – Secretaria da Administração – 18/08/2010

No dia 18 de agosto de 2010, foi realizada outra reunião com os novos integrantes do Grupo de Trabalho Local, designados pelo Senhor Prefeito Antônio Leonel, na sala do Sr. Elisson Ribeiro, Secretário de Administração. Na ocasião, apresentamos o Plano Municipal de Habitação de Interesse Social, onde foram estabelecidos os passos para elaboração e início ao desenvolvimento das atividades.

4ª Reunião – Plenário da Câmara Municipal – 25/08/2010

Foi realizada no dia 25 de agosto de 2010, no Plenário da Câmara Municipal às 10h00min, uma reunião com os atores estratégicos para apresentação do PMHIS, destacando os objetivos e sua importância para o desenvolvimento do município, esclarecendo qual o papel de cada um perante a comunidade.



Figuras 01 e 02: Reunião GTL e atores estratégicos – 25/08/2010.

5ª Reunião – Reunião Participativa – Clube Social de Itaguaru – 03/09/2010

No dia 03 de setembro de 2010 foi realizada a Audiência Pública para apresentação do PMHIS de Itaguaru, no salão do Clube Social, local definido como Ponto de Apoio do Setor Central, às 19h00minh. Além da presença da comunidade, esteve presente o Prefeito Antônio Leonel e sua esposa, secretariado e componentes da equipe do GTL.

Para apresentação do PMHIS, foi utilizado data-show para melhor visualização e compreensão do assunto. A reunião foi aberta pela coordenadora do GTL, senhora Marília Andrade Moreira explanando sobre a importância do Plano para o atendimento da população com renda até 03 salários mínimos, ressaltando também a importância do planejamento não só da construção das casas, mas também da infraestrutura, com vistas a oferecer melhor qualidade de vida para a comunidade local. Salientou ainda a necessidade de planejamento dos recursos para que os investimentos sejam otimizados.

Na sequência discorreu sobre o PMHIS, seus objetivos, etapas e atividades, financiamento habitacional, apresentação do GTL e sua função e, principalmente, a importância do conhecimento, da participação social e o comprometimento da comunidade com a elaboração do Plano.

Foram feitos vários questionamentos por parte da comunidade, os quais foram esclarecidos pelo Prefeito Senhor Antônio Leonel e pelos membros do GTL, senhoras Rosa Angel Veloso e Marília Andrade, sendo focada também a importância da participação de todos no desenvolvimento do PMHIS e que sua elaboração tem que ser concluída até

PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL DE ITAGUARU
dezembro de 2010.



Figuras 03 e 04: GTL – Salão do Clube Social de Itaguaru.



Figuras 05 e 06: Reunião Participativa – Salão do Clube Social de Itaguaru.

Necessidades e ofertas habitacionais

Produto

PMHIS

Plano Municipal de
Habitação de Interesse Social

2



SECIDADES
SECRETARIA
DE ESTADO DAS CIDADES



PRODUTO 2 : DIAGNÓSTICO HABITACIONAL - NECESSIDADES E OFERTAS HABITACIONAIS

1. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

O município de Itaguaru está localizado na Região Noroeste Goiano e na Microrregião de Anápolis, com uma área de 239, 936km² e densidade demográfica 26,30 hab./km² (2009). Criado pela Lei nº 2.101, de 14/11/1958, tem como município de origem Jaraguá-Go. Vive em seu território uma população de 5.467 habitantes (IBGE, 2007 - contagem), sendo 78 % na zona urbana. Possui 01 aglomerado urbano denominado Aurilândia ou Cristalino. A taxa geométrica de crescimento do município em 2008 é negativa (-0,20), devido à evasão populacional ocorrida em função de busca de melhores condições de vida. Sua economia baseia-se na Agricultura (arroz, banana, mandioca, tomate e milho) e Pecuária – rebanho bovino de corte e leite.

Existe no município um grande número de famílias carentes, que vive de benefícios dos Governos Federal e Estadual como Bolsa Família, Renda Cidadã, dentre outros. Há um grande déficit no âmbito da habitação e saneamento básico no município.

A Prefeitura Municipal de Itaguaru vivencia um planejamento na área habitacional de interesse social com a participação da população local. Este mecanismo foi ativado por meio do Decreto Municipal de nº 1204/2010, de 25/08/2010, que cria o Grupo de Trabalho Local – GTL, para a elaboração do PMHIS. Para garantir a institucionalidade do processo de coordenação com participação social e captar os recursos necessários para diminuir o déficit habitacional, além do direito à vida digna da população, o município já cumpriu as etapas de: adesão ao FNHIS, institucionalização da Lei de criação do FMHIS e constituição do Conselho Gestor.

2. INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE O PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO DIAGNÓSTICO HABITACIONAL

Dentro do processo de formulação do PMHIS, no Primeiro Conteúdo do Produto 2, o GTL assumiu várias funções, que abrangeram o conhecimento da história do lugar para decifrar seu processo de ocupação, a cultura de morar e as relações regionais que



influenciaram e podem influenciar no desenvolvimento do município.

Procuraram conhecer, mobilizar e envolver os atores sociais, que atuaram e podem atuar nas questões habitacionais do município.

Quantificaram e qualificaram as necessidades habitacionais no município, estabelecendo interface com as questões sociais, culturais, econômicas, urbanísticas e ambientais.

Todos os dados levantados nesta etapa do trabalho foram sistematizados nos seguintes instrumentos:

MAPA 1: Mapa do histórico do parcelamento e situação fundiária

MAPA 2: Mapa do histórico e situação da ocupação

MAPA 3: Mapa das características atuais de uso e ocupação do território

QUADRO 1: Matriz de caracterização do uso e ocupação do território

QUADRO 2: Matriz da linha do tempo

QUADRO 3: Matriz de sistematização das relações regionais

QUADRO 4: Síntese dos componentes das necessidades habitacionais e assentamentos precários

MAPA 5: Mapa das necessidades habitacionais e assentamentos precários

QUADRO 5: Matriz de necessidades habitacionais

QUADRO 6: Ficha de caracterização dos assentamentos precários

Na segunda etapa do plano foram coletadas informações diretamente na comunidade através do trabalho de campo dos Atores Estratégicos: Selma Sandoval de Andrade Moreira, Cleidimar Lino de Barros, Rogério Moreira Domingues, Oliveira Moreira Domingues, Maria Joana da S. Soares, Francisco Bento de Araújo Junior, Hosana Porfírio Soares, Fausta Borges Pereira Ribeiro, Carlos Henrique Ribeiro, Rute Pereira dos S. de Moraes, Jean Carlos Magalhães, Simei Vargas de Morais Silva (Ag. de Saúde), Luciney Rodrigues dos Santos Leão (Ag. de Saúde), Nilza Salvina de Souza (Ag. de Saúde), Sebastiana Lino de Oliveira (Ag. de Saúde), Denize Silva Carvalho (Ag. de Saúde), Neuzeneth Moreira (Ag.

de Saúde) e dos membros do GTL Marília Andrade Moreira e Elisson José Ribeiro que incansavelmente, realizaram pesquisas na prefeitura, cartórios e IBGE.

O GTL do município procurou realizar reuniões junto à comunidade local, para elaboração do Diagnóstico. Para dar publicidade a essas reuniões o grupo de trabalho convidou a população através de editais, carros de som, comunicação verbal e outros.

Após a realização de todas as etapas, será realizada a Plenária para discussão da proposta preliminar do PMHIS e após aprovada, corrigida e complementada, será encaminhada à Câmara Municipal, conforme cronograma da Proposta Metodológica, uma cópia do PMHIS para a Câmara Municipal realizar a aprovação em Lei do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social. Assim a versão final do Plano que será impressa em várias cópias e deixadas à disposição do público na Prefeitura Municipal, Secretaria de Assistência Social e Pontos de Apoio para que a população possa acompanhar a implementação das propostas que nele foram elencadas e cobrar das autoridades públicas a sua efetivação.

Embora a participação popular seja importante e por maior que seja a necessidade de cada habitante em requerer ou melhorar seu domicílio familiar, o GTL enfrentou muitas dificuldades na conscientização das prioridades na elaboração do PMHIS levando em consideração o levantamento de dados e não propriamente a doação de casas que neste plano serão peças chaves para consolidação de um estudo e de uma concretização de ideias no plano da moradia digna.

3. A HISTÓRIA DO LUGAR E AS RELAÇÕES REGIONAIS

3.1. O processo de ocupação do território

Conhecer a origem e o processo das coisas nos permite compreendê-las de forma contextualizada e, assim, transformá-las. As ações serão melhor desencadeadas se houver o conhecimento do processo de ocupação do território e organizá-lo em relatório, mapas e linha do tempo destacando as mudanças estruturais e conjunturais ocorridas neste território ao longo da história do lugar.

O GTL do município de Itaguaru neste 1º Passo, procurou descrever a forma como surgiu e como foi se dando a ocupação do seu território durante as várias fases (povoado, vila, distrito, município emancipado). Para ilustrar essas informações o GTL e a equipe da

AGEHAB produziram três mapas a seguir:

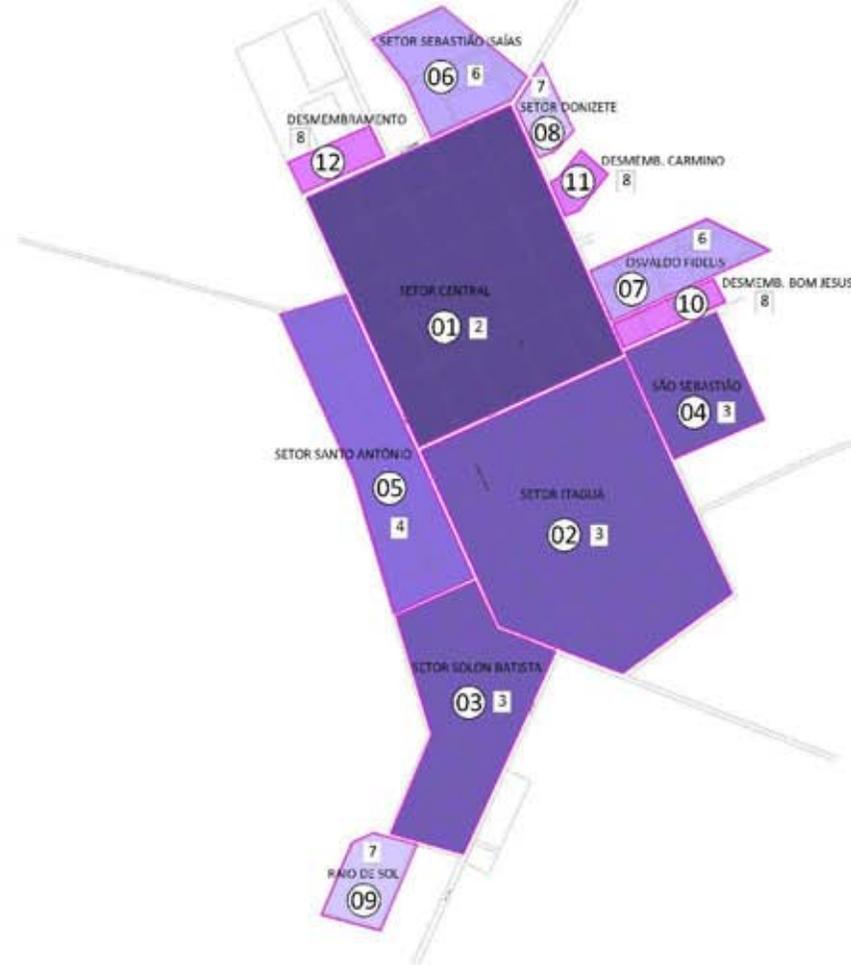
Mapa 1 – Mapa do histórico do parcelamento e situação fundiária reúne informações de quantos, quais e onde estão os parcelamentos (loteamentos/bairros), que configuram a atual área urbana do município. Nele é evidenciado o processo de expansão da malha urbana ao longo do tempo, identificando os parcelamentos implantados com ou sem registros em cartório. O registro para regularização dos parcelamentos urbano da cidade de Teresina de Goiás encontra-se em andamento, portanto todos os loteamentos não possuem ano de registro.

Mapa 2 – Mapa do histórico e situação da ocupação é possível visualizar a representação gráfica que reúne informações de quais parcelamentos (loteamentos/bairros) estão ocupados, evidenciando o processo de expansão desta ocupação ao longo do tempo e quais as condições atuais em relação ao percentual de ocupação de cada bairro.

Mapa 3 - Mapa das características atuais de uso e ocupação do território é a representação gráfica que reúne as informações das características predominantes de uso e ocupação em cada um dos parcelamentos (loteamentos/bairros), evidenciando a distribuição de infraestrutura e serviços no território urbano e as relações de ocupação e uso deste território.



MUNICÍPIO DE ITAGUARU - GO
Mapa do histórico do parcelamento e situação fundiária



PMHIS

Mapa do histórico do parcelamento e situação fundiária

ANTÔNIO LEONEL FILHO
PREFEITO

Responsável Técnico:
AGENCIA GOIANA DE HABITAÇÃO

LEGENDA

- LINHAS DE BARRIOS
- 1 PARCELAMENTO REGISTRADO ATÉ 1980
- 2 PARCELAMENTO REGISTRADO ENTRE 1981 e 1994
- 3 PARCELAMENTO REGISTRADO ENTRE 1995 e 1999
- 4 PARCELAMENTO REGISTRADO ENTRE 2000 e 2004
- 5 PARCELAMENTO REGISTRADO ENTRE 2005 e 2009
- 6 PARCELAMENTO REGISTRADO ENTRE 2010 e 2014
- 7 PARCELAMENTO REGISTRADO ENTRE 2015 e 2019
- 8 PARCELAMENTO SEM REGISTRO CARROTERIA

LEGENDA

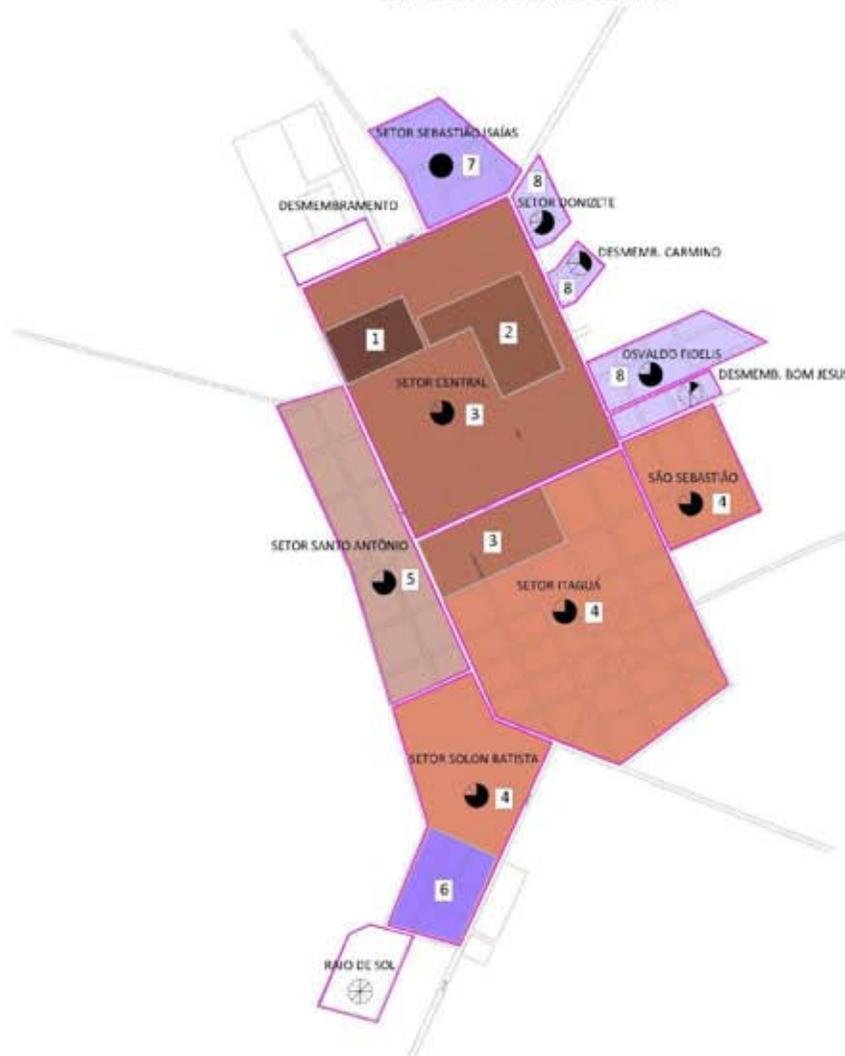
- | | | | | | |
|------------------------|-------------------------------|---------------------------------|---------------------------------|--|--|
| 01 CENTRO (1946) | 03 SETOR SOLON BATISTA (1946) | 05 SAÍAS SANTO ANTONIO (1946) | 07 SETOR OSVALDO FIDELIS (1996) | 09 LOTE RAIO DE SOL (1999) | 11 DESMEMBRAMENTO CARMINO (SEM REGISTRO) |
| 02 SETOR ITAGUÁ (1967) | 04 SETOR SÃO SEBASTIÃO (1976) | 06 SETOR SEBASTIÃO SAÍAS (1996) | 08 SETOR DONIZETE (2004) | 10 DESMEMBRAMENTO BOM JESUS (SEM REGISTRO) | 12 DESMEMBRAMENTO (SEM REGISTRO) |

OBS: É considerado APP - (ÁREA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL) as áreas de longo rio, córrego, ribeirão e rio ou de qualquer curso d'água dentro ou fora das áreas em faixa marginal de acordo com a Lei 7.803 de 15 de agosto de 1989.

Folha:
03/07

Foto: © 2020 Cartografia GOOGLE EARTH Data: 05/12/20 Escala: 1/5000

MUNICÍPIO DE ITAGUARU - GO
Mapa do histórico e situação da ocupação



PMHIS

Mapa do histórico e situação da ocupação

ANTÔNIO LEONEL FILHO
PREFEITO

Responsável Técnico:
AGENCIA GOIANA DE HABITAÇÃO

LEGENDA

- LIMITES DO BARRIO
- 1 | OCUPAÇÃO ANTES DE 1961
- 2 | OCUPAÇÃO ATÉ 1961
- 3 | OCUPAÇÃO ENTRE 1961 e 1970
- 4 | OCUPAÇÃO ENTRE 1970 e 1979
- 5 | OCUPAÇÃO ENTRE 1979 e 1989
- 6 | OCUPAÇÃO ENTRE 1989 e 1999
- 7 | OCUPAÇÃO ENTRE 1999 e 2009
- 8 | OCUPAÇÃO ENTRE 2009 e 2019
- 9 | PARCELOAMENTO SEM OCUPAÇÃO

LEGENDA

- Ocupação menor do que 10%
- Ocupação >10% < 30%
- Ocupação >30% < 50%
- Ocupação >50% < 80%
- Ocupação > 80% < 100%
- Ocupação 100%

OBS: É considerada APP (ÁREA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL) as áreas ao longo dos córregos, ribeirão e trechos do rio que possui curso d'água intermitente, desde que não seja em área marginal do rio, de acordo com a Lei 7.803 de 22 de agosto de 1989.

Folha: 04/07

MUNICÍPIO DE ITAGUARU - GO

Mapa das características atuais de uso e ocupação do território



PMHIS

Mapa das características atuais de uso e ocupação do território

ANTÔNIO LEONEL FILHO
PREFEITO

Responsável Técnico
AGÊNCIA GOIANA DE HABITAÇÃO

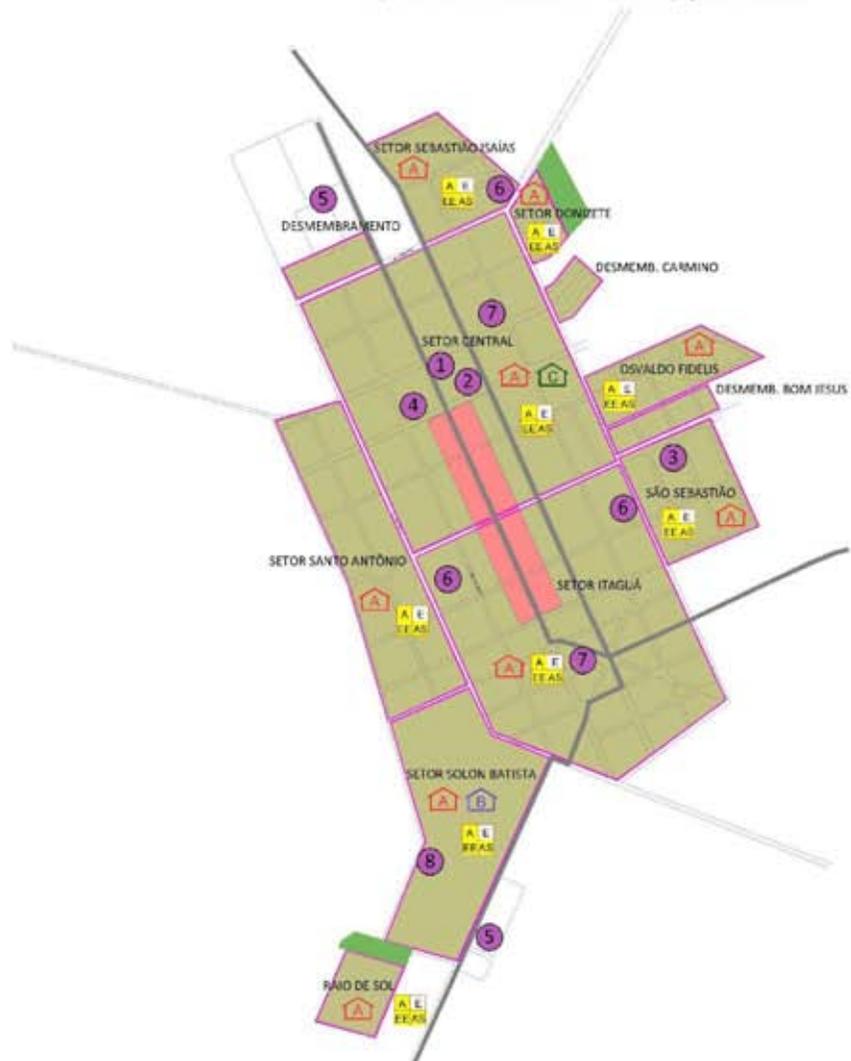
LEGENDA

- LINHA DE BARRIO
 - ESTRUTURA VIÁRIA PRINCIPAL
 - USO PREDOMINANTE - RESIDENCIAL
 - USO PREDOMINANTE - COMERCIAL
 - USO PREDOMINANTE - VEIÇÃO
 - USO PREDOMINANTE - INSTITUCIONAL
 - USO PREDOMINANTE - RECREACIONAL
 - OUTROS USOS PREDOMINANTES
 - ÁREAS VERDES
 - ÁREAS IMPRÓPRIAS OU DE RISCO PARA OCUPAÇÃO RESIDENCIAL
 - INFRAESTRUTURA
- | | |
|----------------------|----------------------|
| Sem Água | Com Água |
| Sem Energia Elétrica | Com Energia Elétrica |
| Sem Esgoto | Com Esgoto |
| Sem Aluguel | Com Aluguel |

OBS: (...) considerado APP - (ÁREA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL) as áreas ao longo dos cursos, ribeirões e rios de alto grau de risco de inundação e suas margens, até no limite marginal de acordo com a Lei 7.803 de 14 de agosto de 2008.

Folha:
05/07

Tema de base cartográfica: COC & EARTH Data: 09/11/20 Escala: 1:15000



LEGENDA

- CASAS DE ALVENARIA
- CASAS DE PLACAS
- CASAS DE ADOBES

- UBERNAÇÃO DE SÍMBOLOS E SUPRIMENTOS PÚBLICOS
- 1 - PREFEITURA/CÂMARA MUNICIPAL
 - 2 - CARTÓRIO
 - 3 - F.F.E
 - 4 - CRAS
 - 5 - USUÁRIO
 - 6 - ESCOLA
 - 7 - POSTO DE SAÚDE
 - 8 - HOSPITAL

Assim, o objetivo principal do 1º passo do diagnóstico, que trata do uso e ocupação do território, identifica os processos de transformação e ajuda a compreender quais são os impactos positivos ou negativos, que a ocupação do lugar pode gerar para um desenvolvimento urbano socialmente justo e ambientalmente adequado, tendo como meta a promoção e o acesso à moradia digna.

Como reflexo da realização dessa etapa do trabalho, foi possível sistematizar as informações na Matriz de caracterização do uso e ocupação do território apresentadas no Quadro 1:

Quadro 1: Matriz de caracterização do uso e ocupação do território.

Nome do parcelamento/bairro	Ano de registro em cartório	Ano do início da ocupação	% aproximado da ocupação	Atendimento atual em infraestrutura*	Atendimento atual em serviços sociais**	Uso predominante	Tipologia predominante atual
Centro	1946	1952	80% a 100%	Água, energia, asfalto, coleta de lixo	Prefeitura, câmara municipal, Fórum, Cartório, PSF II, CRAS, Estádio	Residencial	Alvenaria
Santo Antônio	1976	1971	80% a 100%	Água, energia, asfalto, coleta de lixo	Delegacia de Polícia	Residencial	Alvenaria
Itaguá	1967	1961	80% a 100%	Água, energia, asfalto, coleta de lixo	PSF I, ESCOLA,	Residencial	Alvenaria
Sólon Batista	1968	1961	80% a 100%	Água, energia, asfalto, coleta de lixo	Hospital, Estádio e ginásio de esporte	Residencial	Casas de Alvenaria e Placas de cimento
São Sebastião	1970	1961	80% a 100%	Água, energia, asfalto, coleta de lixo	Escola, PETI	Residencial	Alvenaria
Donizete	2004	2000	30% a 50%	Água, energia, asfalto, coleta de lixo	-	Residencial	Alvenaria
Sebastião Isaías	1999	1991	80% a 100%	Água, energia, asfalto, coleta de lixo	Escola	Residencial	Alvenaria
Oswaldo Fidelis	2000	2000	80% a 100%	Água, energia, asfalto, coleta de lixo		Residencial	Alvenaria

Nome do parcelamento/ bairro	Necessidades habitacionais apuradas (a)	Situação de conflito (b)	Situação de risco (c)	Precariedade urbanística (d)	Situação de vulnerabilidade social (e)	Impacto ambiental (f)
Centro	CF,OA,DE,IFU	Não há				
Santo Antônio	CF,OA,DE,IFU	Não há				
Itaguá	CF,OA,IFU	Não há				
Solon Batista	CF,OA,DE,IFU	Não há				
São Sebastião	CF,OA,DE,IFU	Não há				
Donizete	CF,OA,DE,IFU	Não há				
Sebastião Isaías	CF,DE,IFU	Não há				
Oswaldo Fidelis	CF,OA,IFU	Não há				

Legenda para semaforização:

■ Situação Grave
 ■ Situação Moderada
 ■ Não Existe



3.2. Cultura de morar

Conhecer a cultura de morar do lugar implica em obter informações, relacionadas ao longo do tempo e que foram significativas para o município, e assim, destacar as mudanças ocorridas ao longo da história.

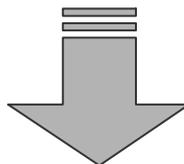
Para o conhecimento da cultura de morar buscou-se, neste 2º Passo, descrever as tipologias habitacionais (modelo das casas) predominantes ao longo do tempo nas áreas urbana e rural. Este histórico dos modelos das casas nos remete a maneira de morar de cada região ou município. Essas mudanças são importantes pois provocaram perdas ou ganhos, e hoje com o PMHIS devemos refletir sobre a necessidade e viabilidade de recuperar essa cultura anterior de morar e incorporá-la às moradias atuais, bem como as tecnologias utilizadas em cada época.

Ao final dos dois primeiros passos, além da elaboração dos relatórios e mapas, o GTL de Itaguaru sistematizou as informações na Matriz da Linha do Tempo, que traz as informações históricas do município e que se encontram demonstradas no Quadro 2.

Quadro 2: Matriz da Linha do tempo.

Identificação do município

Nome do município	História do nome	Ano de surgimento	Como surgiu
ITAGUARU	<p>O Prefeito de Jaraguá, Sr. José Peixoto da Silveira deu origem ao nome a partir dos termos:</p> <p>ITA = ITAberaí GUA – JaraGUÁ RU – Rio URU</p>	1946	<p>Pela iniciativa dos fazendeiros Napoleão Pires de Barros e Urgélio Teixeira, conseguiram a doação de terras que eram de propriedade do Sr. Joaquim Moreira, Benedito Ferreira de Castro, Pedro Moreira e Sólton Batista. Foram doados 6 alqueires de chão à prefeitura de Jaraguá. No mesmo ano foi iniciado o parcelamento dos lotes. O povoado cresceu rapidamente se tornando um distrito de Jaraguá no ano de 1952. Pela Lei nº 2.101 de 14/11/1958 foi emancipado politicamente.</p>



Marcos históricos	Data/ Período	Fase da economia (Atividade predominante)	População (estimada)	Características da ocupação do território	Tipologia habitacional predominante	Relações regionais
Surgimento do município – Formação do Povoado denominado Chapadão da Fazenda Santo Antônio do Curral Queimado.	1946	Agricultura (café, milho, feijão e arroz) e pecuária	Não há dados	A escolha do terreno recaiu sobre uma área denominada Chapadão da Fazenda Santo Antônio do Curral Queimado, por ser uma região plana e fértil, constituiu o patrimônio de seis alqueires de terra para a fundação da nova localidade.	Pau-a- pique e Adobe	Itaberaí, Jaraguá, Anápolis e Uruana
Elevação à categoria de Distrito, mudança do nome do Povoado para Itaguaru	1952	Agricultura (café, milho, feijão e arroz) e pecuária			Pau-a- pique e Adobe	Itaberaí, Jaraguá, Anápolis e Uruana
Emancipação de Itaguaru	1958	Agricultura (café, milho, feijão e arroz) e pecuária			Adobe; Alvenaria	Itaberaí, Jaraguá, Anápolis e Uruana
Implantação da Rede de Energia Elétrica	Década de 60	Agricultura (milho, feijão e arroz) e pecuária			Alvenaria	Itaberaí, Jaraguá, Anápolis e Uruana e Goiânia.
Construção do Prédio dos Três Poderes	Década de 60	Agricultura (milho, feijão e arroz) e pecuária			Alvenaria	cidades circunvizinhas , Goiânia e Anápolis.

As tipologias das moradias mudaram muito ao longo do tempo por diversos motivos e também o modo de morar. Os costumes, o jeito de usar a casa, o quintal, a porta da rua mudaram muito. Seria interessante recuperar essa memória para incorporar às moradias atuais? Podemos ver nas figuras 01 e 02 alguns exemplos de tipologias das casas construídas no início do povoamento que deu origem ao município, aos dias atuais.

A primeira casa de Itaguaru foi feita de pau-a-pique coberta de palha, neste local funcionava uma venda (pequeno comércio), depois foi formando aglomerados urbanos de adobe e de alvenaria com telha de barro. Eram casas simples, com alpendre e janelas voltados para rua, como se vê nas figuras 01 e 02.



Figuras 01 e 02: Primeiras casas de Itaguaru

Posteriormente, a população foi crescendo e a cultura de morar se modificando. As casas passaram a ser construídas de alvenaria, com muros e algumas mais populares foram feitas de placa de cimento, como se vê nas figuras 03 e 04.



Figura 03: Casa de alvenaria



Figura 04: Casa de Placas de cimento

3.3. As relações regionais

Cada município está inserido em um contexto regional e socioeconômico. É preciso conhecer as relações regionais para compreender a inserção do município no território e identificar o recorte regional no qual ele se articula.

O documento originado deste 3º Passo procura descrever as relações regionais de apoio em que o município se insere, identificando a movimentação da população para outros municípios em busca de trabalho, lazer, comércio qualificado, expedição de documentos, serviços bancários e cartoriais, serviços públicos de saúde, educação, entre outros, e também identificar essas mesmas relações de municípios vizinhos que se apoiam no município em estudo.

O objetivo desta etapa foi compreender a inserção do município na região, as relações de dependência ou apoio que são estabelecidas em função das estruturas econômica e urbanas existente, os impactos negativos e positivos que estas relações impõem à sociedade e a partir deste conhecimento, possibilitar o planejamento das ações e estratégias para o setor habitacional.

As informações sobre as relações regionais do município de Itaguaru podem ser visualizadas na Matriz de sistematização das relações regionais.



Quadro 3: Matriz de sistematização das relações regionais.

Nome do município:			Região de Planejamento:		
ITAGUARU			NOROESTE GOIANO		
1. Levando em consideração as principais relações regionais, o município tem:					
Apoiado o município de:	Para:		Se apoiado no município de:	Para:	
Uruana	Educação Saúde Maq. Para recuperação de estradas rurais bancos	Total de 5%	Anápolis	saúde educação (superior)	1 %
Heitorai	Máquinas Agrícolas Máquinas de pavimentação Educação Saúde Bancos Comércio	apoio para 8 produtores 5 alunos 1% 1% 1% 100%	Ceres	Saúde e INSS	5% 100% das necessidades
Itaguari	Saúde serviços bancários serviços penais	Total de 50%	Goiânia	Saúde, educação superior e Comércio	90% de acordo com as necessidades
O apoio prestado aos municípios acima causam uma sobrecarga nos serviços prestados aos moradores do município, como sobrecarga no hospital municipal por outro lado também traz renda ao comércio do município de Itaguaru			Inhumas	Saúde	50%
			Jaraguá	saúde bancos vapt-vupt educação (superior e técnico)	3% 100% correntistas da Caixa e Itaú 100% de acordo com necessidades 60 pessoas/dia
			A necessidade pelo atendimento dos serviços acima, geram gastos com meios de transportes e transtornos para a comunidade.		
2. Relacione os motivos que provocam migração de população para o seu município e do seu município para outros:					
Desloca para:	Situação		Recebe população de:	Situação	
Jaraguá e Goiânia	Emprego	40%	Não há	Não há	Não há
3. Vetores regionais de desenvolvimento do município:					

Tipo de empreendimento	Tipo de impacto
Laticínios	Impactos ambientais Geração de renda e empregos diretos Facilita comercialização do leite
Confecções	Geração de renda e empregos diretos
Facções	Geração de renda e empregos diretos
Indústria de móveis	Geração de renda e empregos diretos
Lavanderias para as confecções	Impactos ambientais sobre recursos hídricos Geração de renda e empregos diretos
Granjas de frangos	Geração de renda e empregos diretos

4. NECESSIDADES HABITACIONAIS

São diversos os problemas que configuram as necessidades habitacionais dos municípios, quase todos implicando em exclusão social, violência urbana, insalubridade, preconceito e até risco de vida para a população, daí a necessidade do planejamento.

Para quantificar e qualificar as necessidades habitacionais dos municípios foi utilizada como referência a metodologia desenvolvida e aperfeiçoada pela Fundação João Pinheiro (FJP) desde a década de 1990. Essa fundação se baseia nas informações estatísticas fornecidas pelo IBGE.

O conceito de necessidades habitacionais engloba o déficit habitacional básico (necessidade de construção de novas moradias) e inadequação dos domicílios (necessidade de investir em melhoria da moradia existente). O Quadro 4 mostra uma síntese dos componentes das necessidades habitacionais e assentamentos precários.

QUADRO 4: Síntese dos componentes das necessidades habitacionais e assentamentos precários.

1) DEFICIT HABITACIONAL (necessidade de construção de novas moradias)

a. Incremento de estoque

- i. Domicílios improvisados
- ii. Coabitação familiar
- iii. Ônus Excessivo com aluguel

b. Reposição de estoque



- i. Domicílios rústicos
- ii. Domicílios em área de risco

2) INADEQUAÇÃO DOS DOMICÍLIOS (necessidade de investir em melhoria da moradia existente)

- i. Densidade excessiva de moradores por domicílio
- ii. Carência de serviços de infraestrutura
- iii. Inexistência de unidade sanitária domiciliar exclusiva
- iv. Inadequação fundiária urbana

3) ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS

- i. Consolidados
- ii. Consolidáveis
- iii. Não consolidáveis

4) DEMANDA FUTURA

5) PERFIL SOCIOECONÔMICO

Todas as informações levantadas nesta etapa do trabalho foram sistematizadas nos seguintes instrumentos: Mapa 5, Quadro 5 a saber:

O MAPA 5 a seguir trata das necessidades habitacionais e assentamentos precários. Neste mapa é possível visualizar graficamente as informações sobre a quantidade, os tipos e a localização das situações que configuram as necessidades habitacionais na área urbana, bem como evidenciar a territorialização dos assentamentos precários.



MUNICÍPIO DE ITAGUARU - GO
Mapa das necessidades habitacionais e assentamentos precários



PMHIS

Mapa das necessidades habitacionais e assentamentos precários

ANTÔNIO LEONEL FILHO
PREFEITO

Responsável Técnico:
AGENCIA GOIANA DE HABITAÇÃO

LEGENDA

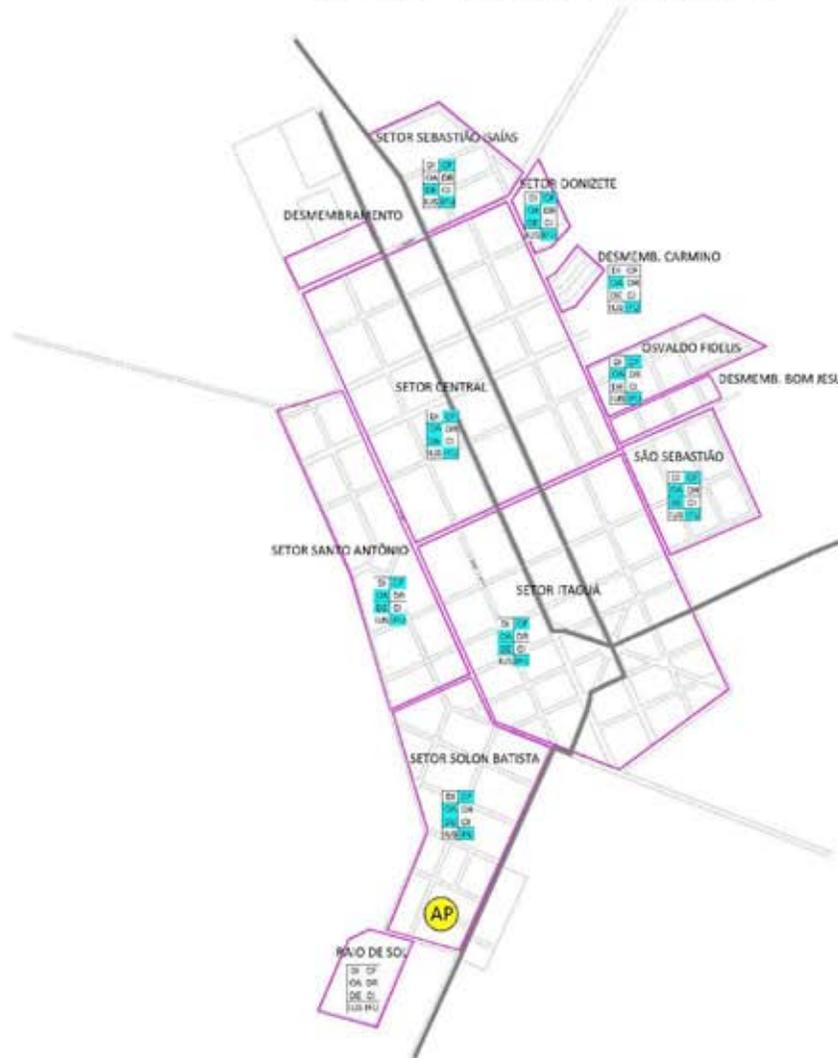
— LIMITE DO BARRIO

— ESTRUTURA URBANA PRINCIPAL



ASSENTAMENTO PRECÁRIO

DI	CF	DE_CONVÍLIO IMPROVADO
OA	DR	CF_EDIFICAÇÃO FAMILIAR
DE	CI	OA_OBRAS EXCESSIVO COTA ALUGUEL
ILUS	IFLU	DR_CONVÍLIO IMPROVADO
		DE_DIVISÓRIA EXCLUSIVA
		CI_CANTINA EM SERVIÇO DE PRECÁRIOS
		JUS_INEXISTÊNCIA DE UNIDADE SANITÁRIA CONVULSÃO URBANA
		IFU_PRODUTIVIDADE FUNDIÁRIA URBANA



OBS: É considerado AP - UNID. EM PRECÁRIAS HABITACIONAIS as áreas ao longo das margens, ribeirões e nas áreas de qualquer curso d'água de nível de base inferior a 10m sem faixa marginal de acordo com o art. 7.º do art. 13 de agosto de 1988.

Folha:
06/07

O **Quadro 5** reúne o levantamento das informações sobre as necessidades habitacionais do município de Itaguaru. Neste Quadro podemos observar os dados oficiais (FJP, 2000) da necessidade habitacional do município, além da demanda apurada, cujos dados foram levantados pelo GTL através de reuniões com a comunidade de cada região de cobertura, envolvimento dos atores estratégicos e de agentes de saúde. O Déficit Habitacional calculado para área urbana e rural refere-se aos dados oficiais (FJP,2000)

Conforme os dados do Quadro 5 – áreas rurais, os domicílios dessa região possuem energia elétrica mas são carentes de água tratada e pavimentação. Na área urbana há um elevado índice de coabitação familiar e ônus excessivo com aluguel. (ver quadro 5)



Quadro 5 : Matriz das necessidades habitacionais – área urbana.

Nome do município: ITAGUARU				Pop. (IBGE 2000) 5.696				
Microrregião: CERES				Pop. (IBGE 2010)				
Número de domicílios: Dados IBGE 2010: U: 1.724 R: 510 T: 2.234 Dados FJP 2000: U: 1.334 R:348 T: 1.682				5.429				
DÉFICIT HABITACIONAL (Demanda apurada 2010)								
TOTAL	Número absoluto	% domicílios	URBANO	Número absoluto	% domicílios urbanos	RURAL	Número absoluto	% domicílios rurais
	199	8,90%		178	10,32%		21	4,11%
DADOS ÁREA URBANA			Dados oficiais (FJP, 2000)		Demanda Apurada (2010)			
<i>Necessidade</i>	<i>Componente</i>	<i>Quantidade Absoluta</i>	<i>% do núm. domicílios</i>	<i>Quantidade Absoluta</i>	<i>% do núm. domicílios</i>			
Demanda por incremento de estoque	<i>Domicílios Improvisados</i>	5	0,33	0	0,00%			
	<i>Domicílios com Coabitação familiar</i>	87	6,5	80	4,64%			
	<i>Ônus excessivo com aluguel</i>	Não há	Não há	88	5,10%			
Demanda por reposição de estoque	<i>Domicílios rústicos</i>	03	0,21	10	0,58%			
	<i>Domicílios em área de risco (*)</i>	Não há	Não há	0	0,00%			
Demanda por melhoria	<i>Domicílios com adensamento excessivo</i>	60	4,47	42	2,44%			
	<i>Domicílios carentes de infraestrutura</i>	810	61,72	0	0,00%			
	<i>Inexistência de unidade sanitária domiciliar exclusiva</i>	73	5,43	0	0,00%			
	<i>Domicílios com inadequação fundiária</i>	52	3,87	394	22,85%			
<i>(*)Domicílios em área de risco: Não integram a metodologia da FJP para cálculo do Déficit Habitacional.</i>								
Assentamentos Precários	<i>Consolidados</i>	Não há	Não há	60	33,70%			
	<i>Consolidáveis</i>	Não há	Não há	Não há	Não há			
	<i>Não Consolidáveis</i>	Não há	Não há	Não há	Não há			

Quadro 5: Matriz das necessidades habitacionais – área rural

Nome do município: ITAGUARU				Pop. (IBGE 2000) 5.696				
Microrregião: Ceres				Pop. (IBGE 2010) 5.429				
Número de domicílios: Dados IBGE 2010: U: 1.724 R: 510 T: 2.234 Dados FJP 2000: U: 1.334 R:348 T: 1.682								
DÉFICIT HABITACIONAL (Demanda apurada 2010)								
TOTAL	Número absoluto	% domicílios	URBANO	Número absoluto	% domicílios urbanos	RURAL	Número absoluto	% domicílios rurais
	199	8,90%		178	10,32%		21	4,11%
DADOS ÁREA RURAL			Dados oficiais (FJP, 2000)		Demanda Apurada (2010)			
Necessidade	Componente	Quantidade Absoluta	% do núm. domicílios	Quantidade Absoluta	% do núm. domicílios			
Demanda por incremento de estoque	Domicílios Improvisados	11	3,0	Não há	Não há			
	Domicílios com Coabitação familiar	14	4,0	13	3%			
	Ônus excessivo com aluguel	Não há dados	Não há dados	Não há	Não há			
Demanda por reposição de estoque	Domicílios rústicos	09	2,4	08	2%			
	Domicílios em área de risco (*)	Não há dados	Não há dados	Não há	Não há			
Demanda por melhoria	Domicílios com adensamento excessivo	Não há dados	Não há dados	Não há	Não há			
	Domicílios carentes de infraestrutura	Não há dados	Não há dados	430	84%			
	Inexistência de unidade sanitária domiciliar exclusiva	Não há dados	Não há dados	Não há	Não há			
	Domicílios com inadequação fundiária	Não há dados	Não há dados	Não há	Não há			
(*)Domicílios em área de risco: Não integram a metodologia da FJP para cálculo do Déficit Habitacional.								
Assentamentos Precários	Consolidados	Não há dados	Não há dados	Não há	Não há			
	Consolidáveis	Não há dados	Não há dados	Não há	Não há			
	Não Consolidáveis	Não há dados	Não há dados	Não há	Não há			

4.1. Demanda futura por moradia

A demanda demográfica habitacional futura corresponde à quantidade de moradias que devem ser acrescentadas ao estoque de domicílios para acomodar condignamente o crescimento populacional projetado em dado intervalo de tempo.

Essa estimativa das necessidades de incremento do estoque de moradias não leva em conta, no seu ponto de partida, o déficit habitacional acumulado nem a inadequação de parcela do estoque existente. Ao contrário, as demandas demográficas habitacionais futuras devem ser somadas ao déficit habitacional e às habitações inadequadas herdadas do passado, a todas as situações de precariedade diagnosticadas e, quando for o caso, comparar os dados estimados com a demanda apurada nos cadastros locais.

Esse cálculo foi feito pelo CEDEPLAR/UFMG (Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional/ Universidade Federal de Minas Gerais) para fins da elaboração do PlanHab, com o propósito de apresentar as projeções do total de domicílios para o Brasil e para as Unidades da Federação entre 2005 e 2020 – e no ano de 2009 apresentou as Projeções para os municípios até 2023 (*Demanda Futura por Moradia no Brasil 2003-2023 – Uma abordagem demográfica*). Como o cálculo da demanda futura por moradia no município de Itaguaru ficou decrescente, a AGEHAB utilizou como referência os números do Censo do IBGE na última década, projetando o mesmo crescimento de moradias para os próximos 12 anos. Para o município de Itaguaru, a demanda futura por moradias, na faixa de renda até 3 salários mínimos, é de 91 moradias entre os anos de 2012 – 2015, para os anos de 2016-2019 serão 91 e para o período de 2020-2023 serão 91 moradias, totalizando 546 moradias no período de 2012 a 2023 a serem incrementadas ao estoque de domicílios para acomodar condignamente o crescimento populacional do município, conforme quadro abaixo:

DEMANDA FUTURA – Nº DE MORADIAS POR FAMÍLIAS COM ATÉ 3 SM			
2012-2015	2016-2019	2020-2023	TOTAL (2012 -2023)
91	91	91	546

4.2. Assentamentos Precários

O Quadro 6 relata a ficha de caracterização dos assentamentos rurais ou urbanos. No caso de Itaguaru, foi preenchida uma ficha de assentamento precário urbano, situado no setor Sólón Batista. São 60 domicílios de placas em estado degradado, necessitando de reforma e ampliação e ainda de regularização fundiária para que as famílias possam ter a posse e documentação do seu imóvel.

Quadro 6: Ficha de caracterização de assentamentos precários.

Nome do assentamento: Vila Mutirão	Ano de início da ocupação: 1984
Nome do bairro onde está situado: Sólón Batista	
Características	Fontes e observações
<i>tipo (consolidado/consolidáveis/não consolidáveis)</i>	Consolidado
<i>número de domicílios</i>	60
<i>população</i>	250
<i>% da população com renda familiar 'per capita' inferior a ½ salário mínimo</i>	50%
<i>% de domicílios com rede de abastecimento de água</i>	100%
<i>% de domicílios com rede de coleta de esgoto</i>	Não possui rede de esgoto
<i>% de domicílios com abastecimento de energia elétrica</i>	100%
<i>existência e padrão da pavimentação</i>	sim
<i>padrão construtivo dos imóveis</i>	Construções feitas de placas e alvenaria/ cobertura com telha amianto
<i>existência de domicílios em área de risco</i>	Não
<i>existência de domicílios em área de preservação permanente</i>	Não
<i>observações sobre a propriedade da terra e o nível de regularidade fundiária</i>	Não possui regularidade fundiária.
<i>existência de equipamentos públicos no assentamento ou no entorno imediato</i>	Sim
<i>largura média das vias</i>	7m
<i>outras informações</i>	Assentamento situado na área urbana

4.3. Perfil socioeconômico do município

Para caracterizar o contingente populacional que demanda investimentos habitacionais no município, a AGEHAB compilou as informações do perfil das famílias inseridas no CADÚNICO do Ministério de Desenvolvimento Social – MDS, com base no *Relatório de Informações Sociais do Bolsa Família e Cadastro Único – Conhecer para incluir*. Na tabela abaixo estão sintetizados os dados das famílias, a população total conforme o Censo Demográfico/IBGE (2010), a estimativa de famílias com renda familiar per capita de até ½ S.M. e com renda de até ¼ S.M. Essa estimativa de famílias pobres com perfil Cadastro único (baixa renda) foi feita a partir da combinação da metodologia de mapas de pobreza do IBGE(2000), da PNAD(2006) e de outros indicadores sócio-econômicos. É importante ressaltar que os municípios do TC possuem um perfil rural, com grandes carências de infraestrutura, cuja atividade econômica e de subsistência reside, na maior parte dos casos, na agricultura familiar. Em Itaguaru existem 993 famílias cadastradas, desse total, 809 vivem com renda per capita de até ½ SM e 563 com renda per capita de até ¼ SM. Não foram registradas nenhuma família indígena ou quilombola no município. O IDF do município é de 0,60. Esses dados demonstram a vulnerabilidade social de boa parte das famílias.

PERFIL DAS FAMÍLIAS INSERIDAS NO CADÚNICO			
ITAGUARU		Estimativa de famílias com renda familiar per capita de até 1/2 S. M.	Estimativa de famílias com renda familiar per capita de até 1/4 S. M.
População total (Censo 2010)	5.429	755	360
Total de famílias cadastradas	993	809	563
Grupos populacionais específicos			
Total de famílias quilombolas cadastradas	0	-	-
Total de famílias indígenas cadastradas	0	-	-
Índice de Desenvolvimento Familiar *			
IDF	0,60		
Vulnerabilidade	0,73		
Acesso ao conhecimento	0,43		
Acesso ao trabalho	0,19		
Disponibilidade de recursos	0,39		
Desenvolvimento Infantil	0,97		

Condição Habitacional	0,85
------------------------------	------

Fonte: MDS/Relatório de Informações Sociais do BF e Cadúnico - ACESSO EM 15/08/2011.

* Nota: O IDF varia de 0 a 1; quanto mais perto de 1, melhor o resultado.

5. OFERTAS HABITACIONAIS

Na investigação da oferta habitacional, o GTL buscou no município, acesso à produção de moradias promovidas por iniciativas públicas e privadas direcionadas à população de baixa renda, consideraram as moradias construídas e em construção, verificaram quantas famílias foram atendidas, avaliaram o déficit habitacional quantitativo e qualitativamente e avaliaram se o resultado obtido promoveu ou não inclusão social da população urbana e rural.

Identificaram as ações governamentais, privadas e de autopromoção habitacional que, diferente do desejado, desencadearam problemas de ordem social, fundiária, urbana e/ou ambiental. Foi possível conhecer os efeitos e o alcance das iniciativas que possibilitaram uma produção habitacional social e urbanisticamente incluyente.

Foram identificadas unidades vazias ou subutilizadas e ainda a existência de áreas com viabilidade de urbanização ou loteamentos urbanizados, com aptidão para abrigar novas unidades habitacionais de interesse social. Verificaram ainda as potencialidades locais e regionais da cadeia produtiva da construção civil.

Todos os dados levantados nesta etapa do trabalho foram sistematizados nos seguintes instrumentos:

Quadro 8: Ficha de caracterização das ofertas habitacionais de interesse social

Quadro 9: Quadro síntese de ofertas habitacionais de interesse social quantificada por renda e período.

Quadro 10: Matriz de ofertas habitacionais de interesse social.

Quadro 11: Ficha de caracterização das potencialidades locais e regionais da cadeia produtiva da construção civil

Mapa 6: Mapa das ofertas habitacionais de interesse social.

QUADRO 08: Ficha de caracterização das ofertas habitacionais de interesse social. Nesse



quadro foi relatada a quantidade de unidades habitacionais de interesse social ofertadas, descrevendo as características urbanísticas do local, as condições físicas das unidades habitacionais e ainda as conjunturas socioeconômicas e cultura das famílias residentes.

Diante às dificuldades de acesso a documentos que caracterizam esses empreendimentos, na maioria dos municípios do Território da Cidadania, o GTL lançou mão de pesquisas primárias, feitas *in loco*, e cálculos por estimativas.

O município de Itaguaru apresenta três conjuntos habitacionais de interesse social já implantados pelos programas governamentais Federal, Estadual e Municipal, a saber:



Figuras 05 e 06: vista aérea da cidade de Itaguaru

QUADRO 8 – FICHA DE CARACTERIZAÇÃO DAS OFERTAS HABITACIONAIS DE INTERESSE SOCIAL

Nome do empreendimento:	Nome do bairro/loteamento:	Período de execução do empreendimento	Período de mudança das famílias para o empreendimento
Vila Mutirão	Setor Sólon Batista	1984	1984
Informações Gerais		Detalhamento da informação	
COMPONENTE DA OFERTA HABITACIONAL	Componente 01		
TIPO DE OFERTA	Autopromoção em terreno público		
QUANTIDADE DE UNIDADES OFERTADAS: 1ª etapa: 30 2ª etapa:30	<i>Renda de até 3 SM:</i>	<i>Renda maior que 3 até 5 SM:</i>	<i>Renda maior que 5 até 10 SM:</i>
	X		
AGENTE PROMOTOR	Estado + município		
AGENTE EXECUTOR	Emcidec + prefeitura + comunidade		
NOME DO PROGRAMA PELO QUAL FOI VIABILIZADO O EMPREENDIMENTO	Mutirão da moradia		
AGENTE FINANCEIRO OU AGÊNCIA DE FOMENTO	OGE/tesouro municipal		
INVESTIMENTO TOTAL	300.000,00(valor estimado)		
CUSTO MÉDIO DA UNIDADE	5.000,00(valor estimado)		
RECURSOS INVESTIDOS NO EMPREENDIMENTO	<i>Federais</i>	-	
	<i>Estaduais:</i>	270.00,00	
	<i>Municipais:</i>	30.000,00	
	<i>Privados:</i>		
CARACTERÍSTICAS DAS UNIDADES OFERTADAS	<i>Tipo:</i>	1ª etapa: 30 Casas de placas e 2ª etapa: 30 casas de alvenaria	
	<i>Numero de Quartos:</i>	1	
	<i>Metragem:</i>	1ª etapa: 25,93 m ² e 2ª etapa: 32 mt ²	

Quadro 8: continuação...

Informações Complementares	Detalhamento das informações complementares		Semaforização
População original residente	60 casas populares: 13 são beneficiárias / 21%		
60 famílias			
Localização do empreendimento em relação à área urbana consolidada	No início da ocupação:	Atualmente:	
	3.000 mt	3.000 mt	
Disposição da infraestrutura básica (água, energia, pavimentação)	No início da ocupação:	Atualmente:	
	Água, energia, asfalto	Água, energia, asfalto	
Acesso aos serviços públicos sociais básicos (educação, saúde, segurança)	No início da ocupação:	Atualmente:	
	educação, saúde, segurança	educação, saúde, segurança	
Condições físicas da unidade habitacional	No início da ocupação:	Atualmente:	
	Proteção da chuva	Proteção chuva	
Situação fundiária do parcelamento	No início da ocupação:	Atualmente:	
	irregular	irregular	
Situação fundiária dos imóveis	No início da ocupação:	Atualmente:	
	irregular	irregular	
Situação social dos moradores	No início da ocupação:	Atualmente:	
	Vulnerabilidade social	Vulnerabilidade social	

QUADRO 8 – FICHA DE CARACTERIZAÇÃO DAS OFERTAS HABITACIONAIS DE INTERESSE SOCIAL

Nome do empreendimento:	Nome do bairro/loteamento:	Período de execução do empreendimento	Período de mudança das famílias para o empreendimento
Residencial Sebastião Isaías	Setor Sebastião Isaías	1999	1999

Informações Gerais		Detalhamento da informação		
COMPONENTE DA OFERTA HABITACIONAL		Componente 01		
TIPO DE OFERTA		Empreendimento executado pelo setor público por administração direta.		
QUANTIDADE DE UNIDADES OFERTADAS: 100		<i>Renda de até 3 SM:</i>	<i>Renda maior que 3 até 5 SM:</i>	<i>Renda maior que 5 até 10 SM:</i>
		x		
AGENTE PROMOTOR		Estado/Município		
AGENTE EXECUTOR		Prefeitura Municipal de Itaguaru		
NOME DO PROGRAMA PELO QUAL FOI VIABILIZADO O EMPREENDIMENTO		Cheque Moradia/Programa de Apoio às Famílias Carentes		
AGENTE FINANCEIRO OU AGÊNCIA DE FOMENTO		OGE/Tesouro municipal		
INVESTIMENTO TOTAL		700.000,00(valor estimado)		
CUSTO MÉDIO DA UNIDADE		7.000,00 (valor estimado)		
RECURSOS INVESTIDOS NO EMPREENDIMENTO	<i>Federais</i>	-		
	<i>Estaduais:</i>	630.000,00		
	<i>Municipais:</i>	70.000,00		
	<i>Privados:</i>	-		
CARACTERÍSTICAS DAS UNIDADES OFERTADAS	<i>Tipo:</i>	Casa de alvenaria com banheiro		
	<i>Numero de Quartos:</i>	1 quarto		
	<i>Metragem:</i>	1ª etapa: 18 m ² e 2ª etapa: 30 m ²		

Quadro 8: continuação...

Informações Complementares	Detalhamento das informações complementares		Semaforização
População original residente	60%		
100 famílias			
Localização do empreendimento em relação à área urbana consolidada	No início da ocupação:	Atualmente:	
	200 mt	200 mt	
Disposição da infraestrutura básica (água, energia, pavimentação)	No início da ocupação:	Atualmente:	
	Água ,energia	Água, energia,pavimentação	
Acesso aos serviços públicos sociais básicos (educação, saúde, segurança)	No início da ocupação:	Atualmente:	
	sim	sim	
Condições físicas da unidade habitacional	No início da ocupação:	Atualmente:	
	boa	boa	
Situação fundiária do parcelamento	No início da ocupação:	Atualmente:	
	regular	regular	
Situação fundiária dos imóveis	No início da ocupação:	Atualmente:	
	irregular	irregular	
Situação social dos moradores	No início da ocupação:	Atualmente:	
	Vulnerabilidade social alta	Situação social com soluções possíveis em curto prazo	

QUADRO 8 – FICHA DE CARACTERIZAÇÃO DAS OFERTAS HABITACIONAIS DE INTERESSE SOCIAL

Nome do empreendimento:	Nome do bairro/loteamento:	Período de execução do empreendimento	Período de mudança das famílias para o empreendimento
Residencial Osvaldo Fidelis	Setor Osvaldo Fidelis	17/2/2002	2003

Informações Gerais		Detalhamento da informação		
COMPONENTE DA OFERTA HABITACIONAL		Componente 1		
TIPO DE OFERTA		Empreendimento executado pelo setor público por empreitada		
QUANTIDADE DE UNIDADES OFERTADAS: 47		<i>Renda de até 3 SM:</i>	<i>Renda maior que 3 até 5 SM:</i>	<i>Renda maior que 5 até 10 SM:</i>
		X		
AGENTE PROMOTOR		Governo Federal + Prefeitura municipal		
AGENTE EXECUTOR		Prefeitura Municipal de Itaguaru/ Construtora Conimp		
NOME DO PROGRAMA PELO QUAL FOI VIABILIZADO O EMPREENDIMENTO		Programa Morar Melhor		
AGENTE FINANCEIRO OU AGÊNCIA DE FOMENTO		Caixa Econômica Federal + Tesouro Municipal		
INVESTIMENTO TOTAL		109.648,00		
CUSTO MÉDIO DA UNIDADE		7.832,00		
RECURSOS INVESTIDOS NO EMPREENDIMENTO	<i>Federais</i>	98.684,00		
	<i>Estaduais:</i>	-		
	<i>Municipais:</i>	10.964,00		
	<i>Privados:</i>	-		
CARACTERÍSTICAS DAS UNIDADES OFERTADAS	<i>Tipo:</i>	Casa de alvenaria		
	<i>Numero de Quartos:</i>	1 quarto		
	<i>Metragem:</i>	32,54 mt ²		

Quadro 8: continuação...

Informações Complementares	Detalhamento das informações complementares		Semaforização
População original residente			
47 famílias	80%		
Localização do empreendimento em relação à área urbana consolidada	No início da ocupação:	Atualmente:	
	200 mt	200 mt	
Disposição da infraestrutura básica (água, energia, pavimentação)	No início da ocupação:	Atualmente:	
	Água e energia	Água , energia e pavimentação	
Acesso aos serviços públicos sociais básicos (educação, saúde, segurança)	No início da ocupação:	Atualmente:	
	sim	sim	
Condições físicas da unidade habitacional	No início da ocupação:	Atualmente:	
	boas	boas	
Situação fundiária do parcelamento	No início da ocupação:	Atualmente:	
	regular	regular	
Situação fundiária dos imóveis	No início da ocupação:	Atualmente:	
	irregular	irregular	
Situação social dos moradores	No início da ocupação:	Atualmente:	
	Vulnerabilidade social	Situação social melhorou	

Nome do empreendimento:	Nome do bairro/loteamento:	Período de execução do empreendimento	Período de mudança das famílias para o empreendimento
Minha Casa Minha Vida	Raio de Sol	Em execução	-

Informações Gerais		Detalhamento da informação		
COMPONENTE DA OFERTA HABITACIONAL		componente 1		
TIPO DE OFERTA		Empreendimento executado pelo setor público por empreitada		
QUANTIDADE DE UNIDADES OFERTADAS: 30		<i>Renda de até 3 SM:</i>	<i>Renda maior que 3 até 5 SM:</i>	<i>Renda maior que 5 até 10 SM:</i>
		X		
AGENTE PROMOTOR		Min.Cidade/AGEHAB/Município		
AGENTE EXECUTOR		Empreitada		
NOME DO PROGRAMA PELO QUAL FOI VIABILIZADO O EMPREENDIMENTO		MCMV/Cheque Moradia		
AGENTE FINANCEIRO OU AGÊNCIA DE FOMENTO		CAIXA/ AGEHAB/ Tesouro municipal		
INVESTIMENTO TOTAL		750.000,00		
CUSTO MÉDIO DA UNIDADE		25.000,00		
RECURSOS INVESTIDOS NO EMPREENDIMENTO	<i>Federais</i>	600.000,00		
	<i>Estaduais:</i>	150.000,00		
	<i>Municipais:</i>	Doação de lotes		
	<i>Privados:</i>	-		
CARACTERÍSTICAS DAS UNIDADES OFERTADAS	<i>Tipo:</i>	Casa de alvenaria		
	<i>Numero de Quartos:</i>	02		
	<i>Metragem:</i>	40 m ²		

Quadro 8: continuação...

Informações Complementares	Detalhamento das informações complementares		Semaforização
População original residente	-		-
Localização do empreendimento em relação à área urbana consolidada	No início da ocupação:	Atualmente:	
	500 mt	500 mt	
Disposição da infraestrutura básica (água, energia, pavimentação)	No início da ocupação:	Atualmente:	
	-	-	
Acesso aos serviços públicos sociais básicos (educação, saúde, segurança)	No início da ocupação:	Atualmente:	
	-	-	
Condições físicas da unidade habitacional	No início da ocupação:	Atualmente:	
	-	-	
Situação fundiária do parcelamento	No início da ocupação:	Atualmente:	
	regular	regular	
Situação fundiária dos imóveis	No início da ocupação:	Atualmente:	
	-	-	
Situação social dos moradores	No início da ocupação:	Atualmente:	
	-	-	

Quadro 9: Síntese de ofertas habitacionais de interesse social quantificada por renda e período.

Nome do município: ITAGUARU		Total de domicílios (IBGE 2010): 2.234				
		Total estimado de domicílios de interesse social existentes atualmente: 177				
Componente 1: Unidades habitacionais de interesse social produzida (não serão consideradas as que estão em fase de produção)						
OFERTA POR RENDA E POR PERÍODO	1960 a 1980	1981 a 1990	1991 a 2000	2001 a 2005	2006 a 2010	Total por renda
<i>até 3 SM</i>	-	60	100	47	-	207
<i>Mais de 3 até 5 SM</i>	-	-	-	-	-	-
<i>Mais de 5 até 10 SM</i>	-	-	-	-	-	-
TOTAL POR PERÍODO	-	60	100	47	-	207

No município de Itaguara foram construídas 207 moradias de Interesse Social nos últimos 20 anos. Existe uma demanda por incremento de estoque e melhorias para a população carente.

Quadro 10: Matriz de ofertas habitacionais de interesse social.

Nome do município: ITAGUARU		População (IBGE 2000): 5.696			
		População (IBGE 2010): 5.429			
Componente 1: Unidades habitacionais de interesse social produzidas ou em fase de produção					
TIPO DA OFERTA		Quantidade produzida	Quantidade em produção	% população original residente	Total (aproximado investido)
i. autopromoção	em terreno privado				
	em terreno público	60		21%	300.000,00
ii. empreendimento executado por pequeno promotor	em terreno privado				
	em terreno público				
iii. empreendimento executado por cooperativa/ entidade	em terreno privado	19		100%	120.000,00
	em terreno público				
iv. empreendimento executado por incorporação privada	em terreno privado				
	em terreno público				
v. empreendimento executado pelo setor público por administração direta	em terreno privado				
	em terreno público	147	37	70%	1.734.648,00
TOTAL		226	37	-	2.154.648,00

O município de Itaguaru foi contemplado com 30 U.H.I.S urbanas e 07 rurais em convênio com o governo federal pelo PMCMV e parceria com AGEHAB pelo Cheque Moradia. A prefeitura entra com a contrapartida através da doação dos lotes às famílias de baixa renda.

Componente 2: Áreas com viabilidade de urbanização ou loteamentos urbanizados, com aptidão para abrigar novas unidades habitacionais de interesse social

TIPO DA OFERTA		Dimensão da área ou gleba	Quantidade de lotes (existentes ou estimados)	Tamanho médio do lote	Custo médio do lote	
i.	Áreas e/ou parcelamentos públicos incluídos ou não como Zonas de Especial Interesse Social (ZEIS)	Federais				
		Estaduais				
		Municipais	68.400 m ²	112	250 m ²	8.000,00
ii.	Áreas e/ou parcelamentos privados gravados como ZEIS					
iii.	Áreas e/ou parcelamentos privados que, pelas características, podem ser gravados como ZEIS		100.000 m ²	400	250 m ²	8.000,00
			48.000 m ²	135	250m ²	8.000,00
			96.000 m ²	268	250m ²	8.000,00
TOTAL		312.400 m ²	915	-	-	

Em Itaguaru existe uma área pública municipal parcelada no Setor Raio de Sol com aptidão para HIS com área de 68.400 m² e capacidade para abrigar a construção de 112 moradias de interesse social. Há também 03 áreas particulares, que pelas características urbanísticas, podem ser gravadas como ZEIS e ser adquiridas pelo poder público para construção de casas populares. A área ao lado do Setor Santo Antônio possui 100.000m² e 400 lotes estimados, as outras duas são entre os setores Donizete e Osvaldo Fidelis; uma de 48.000m² com 135 lotes estimados e a outra de 96.000m² com 268 lotes estimados. (Ver Mapa 06)

Componente 3: Imóveis vazios ou subutilizados com aptidão para uso habitacional de interesse social



TIPO DA OFERTA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS	QUANTIDADE DE U.H. POSSÍVEIS DE SEREM OFERTADAS	VALOR APROXIMADO DO IMÓVEL
i.	Imóveis públicos	Federais	-	
		Estaduais	-	
		Municipais	-	
ii.	Imóveis privados	241	-	25.000,00
TOTAL		241	-	25.000,00

Os imóveis vazios ou subutilizados são de propriedade particular e servem a interesses sazonais e especulativos.

Foram avaliadas pelos membros do GTL, atores estratégicos envolvidos e a equipe de assistência técnica da AGEHAB, durante visita ao município, de forma geral, as potencialidades locais e regionais quanto à cadeia produtiva da construção civil, desde a matéria prima disponível à industrialização e comercialização, passando pela mão de obra, tecnologia e técnicas construtivas viáveis para a realidade local e regional, pois a falta ou a dificuldade de acesso a algum desses componentes poderá impactar, de forma significativa, na capacidade de produção de unidades habitacionais. Ver **quadro 11** a seguir:

QUADRO 11 – FICHA DE CARACTERIZAÇÃO DAS POTENCIALIDADES LOCAIS E REGIONAIS DA CADEIA PRODUTIVA DA CONSTRUÇÃO CIVIL

Oferta	Componente	Existe jazida ou fábrica no município / região	Facilidade de encontrar o produto no comércio local ou nos municípios vizinhos	Os preços praticados são próximos aos da capital
Material de Construção	i. areia	Verde	Verde	Verde
	ii. cimento	Vermelho	Verde	Amarelo
	iii. tijolo	Vermelho	Verde	Amarelo
	iv. bloco de concreto	Vermelho	Verde	Vermelho
	v. telhas	Vermelho	Verde	Amarelo
	vi. aço	Vermelho	Verde	Amarelo
	vii. madeiramento para telhado	Verde	Verde	Verde
	viii. material de acabamento	Vermelho	Verde	Verde

Obs.: os campos deverão ser preenchidos de forma semaforizada. Vermelho para “não”, amarelo para “parcialmente” e verde para “sim”.

Oferta	Componente	Mão de obra disponível	Os salários praticados são próximos aos da	Trabalhadores da construção atuando com
--------	------------	------------------------	--	---

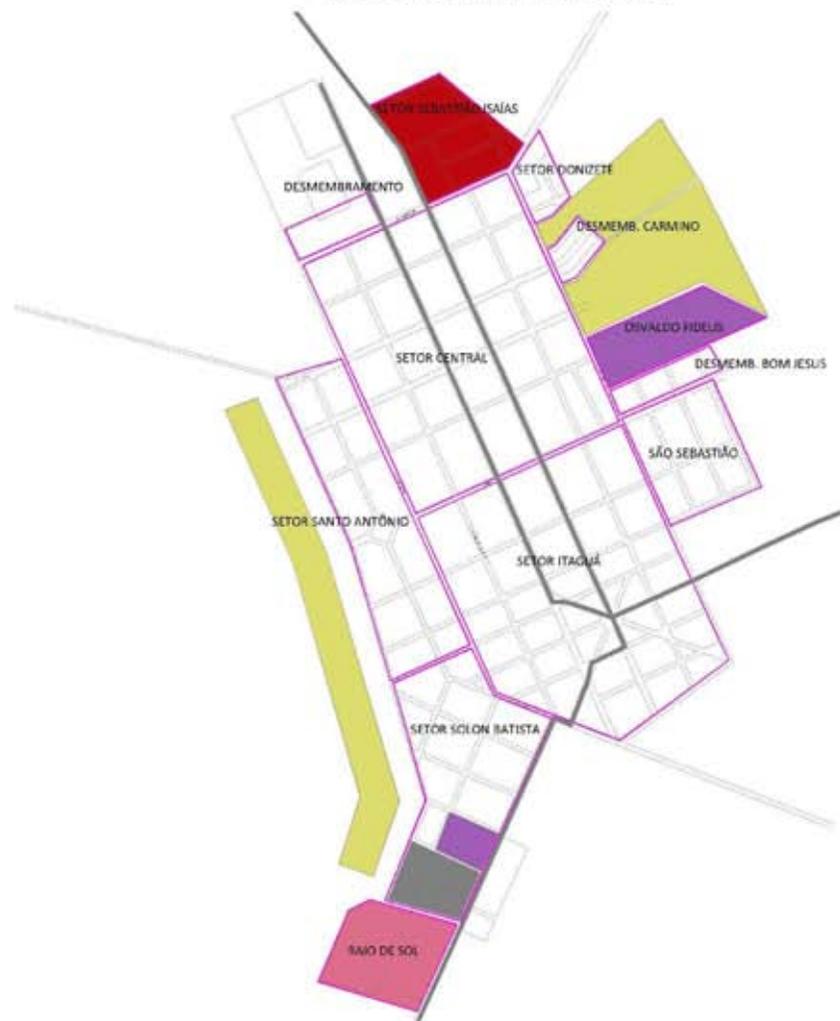


			capital	carteira assinada
Mão de Obra	i. serventes			
	ii. pedreiros			
	iii. eletricitas e encanadores			
	iv. armadores			
	v. carpinteiros			
	vi. pintores			
	vii. pedreiros de acabamento			
Oferta	Componente	Material disponível	Mão de obra disponível	Aceitação da tecnologia pela população a ser atendida
Tecnologias tradicionais na região	i. adobe			
	ii. taipa			
	iii. barreado			
	iv. solo cimento			
	v. piso cimentado			
	vi. cobertura de palha			
	vii. alvenaria			
	viii. cobertura de telhas			

Mapa 6: Mapa das ofertas habitacionais de interesse social – é a representação gráfica que reúne as informações de quantas, quais e onde estão localizadas as ofertas habitacionais. Nesse mapa é possível visualizar também a estrutura viária principal, limite de parcelamento e as unidades habitacionais já executadas pelo poder público Federal, Estadual, Municipal ou por particulares, cooperativas e autopromoção e ainda imóveis vazios ou subutilizados que possam existir na área urbana do município.



MUNICÍPIO DE ITAGUARU - GO
Mapa das ofertas habitacionais de interesse social



PMHIS

Mapa das ofertas habitacionais de interesse social

ANTÔNIO LEONEI FILHO
PREFEITO

Responsável Técnico:
AGENCIA GOIANA DE HABITAÇÃO

LEGENDA

- LIMITES DE BARRIOS
- ESTRUTURA VIÁRIA PRINCIPAL
- 1 UNIDADES HABITACIONAIS EXECUTADAS POR AUTOPRODUÇÃO EM TERRENO PRIVADO OU PÚBLICO
- 2 UNIDADES HABITACIONAIS EXECUTADAS POR COOPERATIVA/ENTIDADE EM TERRENO PRIVADO OU PÚBLICO
- 3 UNIDADES HABITACIONAIS EXECUTADAS POR PEQUENO PROMOTOR EM TERRENO PRIVADO OU PÚBLICO
- 4 UNIDADES HABITACIONAIS EXECUTADAS POR INCORPORADORA PRIVADA EM TERRENO PRIVADO OU PÚBLICO
- 5 UNIDADES HABITACIONAIS EXECUTADAS PELO SETOR PÚBLICO PARA ADMINISTRAÇÃO DIRETA OU INDIRETA
- 6 ÁREAS E/OU PARCELOS NÃO DESENVOLVIDOS SUBSISTENTES COM APTIDÃO PARA HIS BRASILEIROS OU NÃO CONVENCIONAIS
- 7 ÁREAS E/OU PARCELOS NÃO DESENVOLVIDOS SUBSISTENTES COM APTIDÃO PARA HIS BRASILEIROS OU NÃO CONVENCIONAIS

LEGENDA

- | | | | |
|--|---|--|---|
| 8 ÁREAS E/OU PARCELOS NÃO DESENVOLVIDOS SUBSISTENTES COM APTIDÃO PARA HIS BRASILEIROS OU NÃO CONVENCIONAIS | 10 ÁREAS E/OU PARCELOS NÃO DESENVOLVIDOS, PELAS CARACTERÍSTICAS URBANÍSTICAS, PODENDO SER BRASILEIROS CONVENCIONAIS | 12 IMÓVEIS PÚBLICOS USUÁRIOS VAZIOS OU SUBUTILIZADOS | 14 IMÓVEIS PÚBLICOS PARTICIPATIVAMENTE DESENVOLVIDOS |
| 9 ÁREAS E/OU PARCELOS NÃO DESENVOLVIDOS SUBSISTENTES COM APTIDÃO PARA HIS BRASILEIROS OU NÃO CONVENCIONAIS | 11 IMÓVEIS PÚBLICOS HABITATIVAMENTE VAZIOS OU SUBUTILIZADOS | 13 IMÓVEIS PÚBLICOS MUNICIPAIS VAZIOS OU SUBUTILIZADOS | 15 IMÓVEIS CONSTRUIDOS COM PARTICIPAÇÃO DO PODER PÚBLICO E ATUALMENTE VAZIOS OU SUBUTILIZADOS |

[Reservado ao PPA - ÁREA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL] ou, áreas, em longo ou curto prazo, a serem utilizadas em qualquer outra finalidade e seu nível mais alto em linha marginal do acordo com a Lei 7.805 de 15 de agosto de 1989.

OBS:

Folha:
07/07

6. RELATÓRIO DAS ATIVIDADES REALIZADAS

Assessoria técnica da AGEHAB

A equipe da AGEHAB, Maysa Loureiro (arquiteta) e Christiane Coletti (Engenheira Agrícola) estiveram em Itaguaru no dia 16 de setembro/10, das 08:00 h às 17:00 h realizando trabalho de campo no sentido de prestar assistência técnica ao GTL para elaboração do PMHIS. (ver figuras 07 e 08)

Na visita estiveram presentes a coordenadora do grupo senhora Marília Andrade Moreira, Elisson José Ribeiro, Oliveira M. Domingues e Francisco Bento de Araújo Júnior.

Os trabalhos iniciaram com a revisão do conteúdo do Produto 01 (Proposta Metodológica) e seguiu-se às orientações do Produto 02 (Diagnóstico Habitacional). Foram coletadas informações as quais foram sistematizadas nas planilhas dos Quadros 01, 02, 03, 05 referentes ao diagnóstico habitacional e informações para complementar os Quadros 08, 09, 10 e 11 referentes à oferta habitacional. A arquiteta Maysa coletou e produziu os mapas 01, 02, 03, 05 e 06. Em seguida a equipe da AGEHAB, juntamente com alguns membros do GTL fizeram um visita *in loco* pelos bairros da cidade.



Figura 07: Equipe da Agehab e GTL na produção de mapas e planilhas do Produto 2.



Figura 08: Vista da Prefeitura Municipal e Fórum de Itaguaru.

Atividades desenvolvidas pelo GTL

Nessa etapa do PMHIS o GTL promoveu algumas reuniões de trabalho com os atores



estratégicos para a coleta de dados que compuseram o diagnóstico habitacional. As informações foram levantadas a partir de fontes primárias, através de visitas de campo, entrevistas, fotografias e mapeamento do município. Com relação às fontes secundárias o GTL buscou registros oficiais em cartório, prefeitura, IBGE, PSF. Essas informações foram sistematizadas para a compreensão plena da realidade do município. Foi realizada Audiência Pública para validação do Produto 2 junto à comunidade.

Objetivos propostos

Coletar dados a fim de conhecer a história do lugar, sua cultura de morar e as relações regionais estabelecidas que podem influenciar no seu desenvolvimento.

Mobilizar e envolver os atores sociais que atuam nas questões habitacionais do município.

Quantificar e qualificar as necessidades e ofertas habitacionais do município.

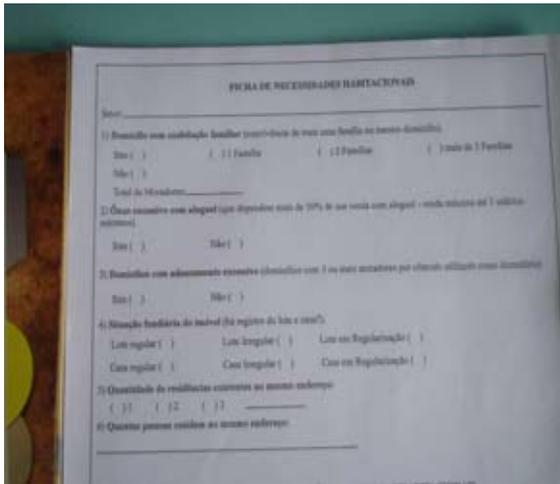
Objetivos alcançados

Com o empenho e colaboração do GTL e atores estratégicos junto aos PAs, foi possível estabelecer uma conexão com a comunidade e coletar os dados necessários para a elaboração do PMHIS – Diagnóstico habitacional.

Reuniões GTL

No dia 01/10/10, a Coordenadora do GTL esteve presente nos PSF I e II com apoio do Secretário de Saúde Cleidimar Lino. Foi esclarecido para os Agentes de Saúde o que é o PMHIS e a importância de estar contando com a participação deles para a aplicação do censo habitacional de interesse social. Na sequência, foi explicado cada item do questionário elaborado pelo GTL para a coleta de dados, esclarecendo as dúvidas e os termos técnicos. O questionário foi aplicado à comunidade de acordo com as visitas de cada agente de saúde em sua área, sem interferir nas suas atividades normais, o que levou cerca de 40 dias para concluí-los. No final de cada semana os questionários eram entregues à coordenadora para organizar os dados por bairros e posteriormente utilizados no preenchimento dos quadros do Produto 2. (ver figuras 09,10,11 e 12)





Figuras 09,10,11 e 12: Reunião com Agentes de Saúde para coleta de dados.

Audiência Pública

O GTL de Itaguaru realizou Audiência Pública no dia 17 /02/11, às 19 horas na Câmara Municipal. O número de pessoas não foi muito representativo devido a forte chuva, atrapalhando principalmente os moradores da zona rural, porém a participação dos que estavam presentes foi satisfatória. Para o plano de comunicação foram usados carros de som e panfletos que foram distribuídos em todas as escolas municipais e estaduais, nos PSF I e II, na Assistência Social e Secretaria Municipal de Saúde. Não foi possível utilizar a rádio da cidade devido a questões políticas.

O GTL senhora Marília Andrade, senhor Elisson Ribeiro, Mayara Lima, Ana Cláudia Nunes e Rosa Ângela Veloso juntamente com a comunidade local no Plenário da Câmara



Municipal promoveram a validação da primeira e segunda parte do Produto 2, Diagnóstico Habitacional. A senhora Marília iniciou os trabalhos explanando ao público as etapas do Produto, ressaltando a importância do Plano Habitacional para o município. Foi apresentado em projeção e houve interação com a comunidade. Alguns questionamentos foram surgindo e esclarecidos pelos membros do GTL. (ver figuras 13,14,15,16 e 17)



Figuras 13,14,15,16 e 17 : Audiência Pública – validação pela comunidade do Produto 2: Diagnóstico e ofertas habitacionais.

Estrutura Institucional e Capacidade Administrativa

Produto

PMHIS

Plano Municipal de
Habitação de Interesse Social

2



SECIDADES
SECRETARIA
DE ESTADO DAS CIDADES



DIAGNÓSTICO HABITACIONAL – ESTRUTURA INSTITUCIONAL E CAPACIDADE ADMINISTRATIVA

1. INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE O PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO DIAGNÓSTICO HABITACIONAL

Nesta etapa do plano o GTL de Itaguaru, coordenado pela Sra. Marília e Sr. Elisson, procurou realizar reuniões para preenchimento das informações relativos ao 3º Conteúdo do Diagnóstico Habitacional. O GTL não fez reuniões de trabalho, pois apenas dois integrantes estão participando do processo, apenas dividiram as tarefas e trocavam informações.

Os membros do GTL tiveram algumas dificuldades para o preenchimentos das planilhas do 3º conteúdo do Produto 2, em função de não encontrar os arquivos necessários e também em algumas leis não há detalhes de informações sobre a questão em pauta.

A equipe técnica da AGEHAB promoveu uma capacitação aos membros do GTL no município de Uruana ocorrida no dia 01/03/2011. A partir dessa capacitação o grupo pode coletar informações, preencher e analisar os marcos legais e a capacidade administrativa da Prefeitura.

Para a difusão das informações desta etapa dos trabalhos e apresentação dos resultados de todas as ações desenvolvidas pelo GTL, foi elaborado um quadro contendo o plano de comunicação descrito abaixo:

Plano de Comunicação.				
Descrição do Local	Tipo de comunicação	Quantidade	Data de fixação	Período de permanência
Escolas Municipais Hans Paulo e Belizarina	Panfletos	450	12 de maio	6 dias
Prefeitura municipal	Planfletos	50	12 de maio	6 dias
Escolas Estaduais Artur da Costa e Silva e Dr. Ary Ribeiro Valadão	Panfletos	450	12 de maio	6 dias
Ruas da cidade	Carro de som spots	3 dias de divulgação	16, 17 e 18 de maio	3 dias

OBJETIVOS PROPOSTOS

- Conhecer e compreender os marcos legais e avaliar como o município tem se apropriado da legislação vigente na implementação da política habitacional.
- Conhecer e compreender as fontes de recursos e subsídios e avaliar como os municípios as tem utilizado para promoção habitacional de interesse social.
- Conhecer e compreender os programas de implementação da política habitacional, refletindo como eles têm sido acessados pelo município para a promoção de moradia digna.
- Conhecer e compreender a estrutura administrativa do município e avaliar sua capacidade de gestão que viabilizam a implementação de uma política habitacional em sintonia com as políticas urbanas, sociais e ambientais.

OBJETIVOS ALCANÇADOS

Cumprimento do 3º conteúdo do Produto 2, conforme orientação da AGEHAB, de forma participativa dos atores envolvidos no processo, permitindo ainda, conhecimento da Legislação Vigente, Estrutura Organizacional e os Programas de Habitação desenvolvidos no município, norteando assim, as propostas de intervenção das Políticas Habitacionais a serem desenvolvidas no município.

2. ESTRUTURA INSTITUCIONAL

Para a compreensão da estrutura institucional relacionada à promoção habitacional, foi fundamental acessar os marcos legais, as fontes de recurso e subsídio e os programas que tem relação com a promoção do acesso à moradia digna, refletindo sobre seu alinhamento, ou não, com a Política Nacional de Habitação.

2.1. Marcos Legais

O município de Itaguaru possui Código de Posturas, Código de Edificações, lei de criação do FMHIS e a lei de criação do CMHIS. O Código de Posturas se encontra adequado quanto às regulamentações de uso e funcionamento de estabelecimentos comerciais, de



serviços e industrial; quanto ao sossego público e meios de publicidade; e sobre procedimentos fiscais, no entanto falta a aplicação da fiscalização e penalidades para as infrações do mesmo no município. O Código de Edificações apresenta os instrumentos de controle e dimensionamento mínimo de compartimentos da habitação, porém não cita normas de acessibilidade e em relação aos procedimentos fiscais, faz referência apenas à exigência do termo de Habite-se das edificações.

O GTL do município de Itaguaru além de levantar a existência ou não do marco legal observou também a forma como as leis devem ser aplicadas verificando se o conteúdo atende à realidade municipal seguindo para análise a legenda abaixo:

Conteúdo: analise se o conteúdo do Marco legal atende à realidade municipal:

-  O conteúdo não atende
-  O conteúdo atende parcial
-  O conteúdo atende plenamente

Aplicação: verifique se os instrumentos e diretrizes previstos no marco legal são aplicados.

-  O conteúdo não atende
-  O conteúdo atende parcial
-  O conteúdo atende plenamente

Componente 4: Legislação urbanística e ambiental do município.

Quadro 13: Legislação urbanística e ambiental do município, marco legal: Plano Diretor.

O município possui Plano Diretor?	
<input type="checkbox"/> Sim	<input checked="" type="checkbox"/> Não
<i>Lei:</i>	
<i>Data:</i>	

Se a resposta for sim preencha o quadro a seguir:

(a) PLANO DIRETOR					
Componentes a serem analisado no PD com vistas à temática habitacional	Existe no PD?		Síntese do conteúdo constante no PD	Semaforização	
	<i>Sim</i>	<i>Não</i>		<i>Conteúdo</i>	<i>Aplicação</i>
Diretrizes estabelecidas para a política de habitação.					
Objetivos e metas para a política habitacional.					
Instrumentos específicos visando a produção de moradia popular.					
Instrumentos específicos voltado para cooperativas populares.					
Programas como urbanização de assentamentos precários, regularização de loteamentos, recuperação de conjuntos habitacionais etc..					
Parâmetros de uso e ocupação do solo condizentes com os princípios da função social da propriedade.					
Outorga onerosa do direito de construir					
Parcelamento compulsório e o IPTU progressivo (avaliando sua relação com a política de habitação).					
Outros instrumentos voltados para a política habitacional tais como consórcios imobiliários e outros instrumentos com destinação de recursos para fundo municipal de habitação.					
Orientações específicas para o Plano Municipal de Habitação.					
Princípios e objetivos que visem a ação articulada com os níveis de governo estadual e federal (avaliando sua relação com a política de habitação).					
Instrumentos e mecanismos de controle social na política de habitação.					

Quadro 14: Legislação urbanística e ambiental do município, marco legal: Lei de Zoneamento Urbano e/ou Lei de Uso do Solo.

O município possui Lei de Zoneamento Urbano?	
() Sim	(X) Não
<i>Lei:</i>	
<i>Data:</i>	
O município possui Lei de Uso do Solo?	
() Sim	(X) Não
<i>Lei:</i>	
<i>Data:</i>	

Se a resposta for sim para qualquer um dos itens acima preencha o quadro a seguir:

(b) LEI DE ZONEAMENTO URBANO/LEI DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO (ou equivalente).					
Componentes a serem analisados na Lei de Zoneamento ou Uso e Ocupação do solo com vistas à temática habitacional	Existe na Lei de Zoneamento ou de uso e ocupação do solo?		Síntese do conteúdo constante na Lei de Zoneamento ou Uso e Ocupação do solo	Semaforização	
	<i>Sim</i>	<i>Não</i>		<i>Conteúdo</i>	<i>Aplicação</i>
Parâmetros urbanísticos especiais para áreas ou zonas destinadas a ocupação habitacional de interesse social (ex: ocupação máxima da área do lote, afastamentos frontais e laterais, percentual de aproveitamento da área, índice de permeabilidade, etc.).					
Zonas ou Áreas de Especial de Interesse Social (ZEIS).					
Zonas dotadas de infra-estrutura, inclusive em áreas centrais, para fins de habitação popular (além das ZEIS).					

Quadro 15: Legislação urbanística e ambiental do município, marco legal: Lei de Parcelamento Urbano.

O município possui Lei de Parcelamento Urbano?	
<input type="checkbox"/> Sim	<input checked="" type="checkbox"/> Não
Lei:	
Data:	

Se a resposta for sim preencha o quadro a seguir:

(c) LEI DE PARCELAMENTO URBANO (ou equivalente).					
Componentes a serem analisados na Lei de Parcelamento com vistas à temática habitacional	Existe na Lei de Parcelamento?		Síntese do conteúdo constante na Lei de Parcelamento	Semaforização	
	<i>Sim</i>	<i>Não</i>		<i>Conteúdo</i>	<i>Aplicação</i>
Definição de índices urbanísticos especiais para parcelamento de interesse social (ex: percentual de área institucional, sistema viário, área verde etc.).					
Definição de dimensão especial do lote para parcelamento de interesse social.					
Definição de banco de lotes ou instrumento equivalente para criação de banco de terras públicas voltadas para promoção de habitação de interesse social.					

Quadro 16: Legislação urbanística e ambiental do município, marco legal: Código de Edificações/Obras.

O município possui Código de Edificações/Obras?	
(X) Sim	() Não
Lei: 344/2004 Data: 21/05/2004	

Se a resposta for sim preencha o quadro a seguir:

(d) Código de Edificações/Obras (ou equivalente)					
Componentes a serem analisados no Código de Edificações/Obras com vistas à temática habitacional	Existe no Código?		Síntese do conteúdo constante no Código de Edificações/Obras	Semaforização	
	<i>Sim</i>	<i>Não</i>		<i>Conteúdo</i>	<i>Aplicação</i>
Instrumentos de controle das atividades edilícias (licenciamento para início de obra/aprovação de projetos; alvará de construção; informação e análise de uso do solo, etc).	X		<p>Art. 7º – O interessado na aprovação e licenciamento de uma obra nos perímetro urbano e suburbano da cidade, deverá, obrigatoriamente, apresentar à Prefeitura, requerimento acompanhado de todos os documentos exigidos em formatos padronizados pela ABNT</p> <p>Parágrafo 1º – Os documentos exigidos são:</p> <p>a) Requerimento para licença em quatro vias com as dimensões de vinte por trinta centímetros, datado pelo proprietário, trazendo o seu nome e endereço, local da obra com a indicação do logradouro, a natureza e o destino da obra, área a ser construída ou demolida, e o autor do projeto;</p> <p>b) Planta de situação do terreno aonde vai a obra ser construída, na escala de 1:500, com exata indicação das divisas confinantes, da orientação, da posição em relação aos logradouros públicos adjacentes e a esquina mais próxima, todas as características, dimensões, áreas do lote e a documentação legal de sua propriedade.</p> <p>c) Planta de localização da construção projetada com o afastamento das divisas e do logradouro, curvas de nível e indicação da cota da soleira e do alinhamento fornecidos pela Prefeitura e edificações já existentes no local quando for o caso;</p> <p>d) Indicação dos pátios, das áreas e suas dimensões. Parágrafo 2º – O projeto a ser apresentado em quatro vias para cada pavimento e com todas as dependências, cópias heliográficas ou similares, deverá constar de:</p> <p>a) Planta baixa cotada de 1:100, com indicação do destino a ser dado a cada compartimento, suas dimensões e áreas, e espessura das paredes;</p> <p>b) Elevação cotada na escala 1:50 das fachadas voltadas para via pública, cortes longitudinal e transversal pelas partes mais importantes do edifício.</p> <p>Parágrafo 3º – Memorial Descritivo assinado pelo proprietário e pelos responsáveis pelo projeto e sua execução, com endereço e qualificação de todos os mais:</p> <p>a) natureza e local da obra</p> <p>b) área ocupada pela construção</p> <p>c) área do terreno</p>	●	●

			<p>d) área útil total</p> <p>e) descrição e esquematização dos elementos estruturais não constantes das plantas e desenhos.</p> <p>Art. 14- Aprovado o projeto serão expedidos guias à repartição da Fazenda Municipal para que o interessado efetue o pagamento das taxas e emolumentos legais e aí recebe, juntamente, o respectivo Alvará de licença para início da obra.</p> <p>Art. 16- O Alvará de licença só será entregue ao interessado depois de cumpridas todas as exigências fiscais.</p> <p>Art.21- Terminada a construção ou reforma de um prédio, qualquer que seja seu destino, o mesmo somente poderá ser habilitado, ocupado ou utilizado após a concessão do “Habite-se”.</p>		
Normas de acessibilidade nas edificações, além da NBR9050 (ABNT).		X			
Dimensionamento mínimo em relação aos compartimentos da habitação (área, iluminação e ventilação naturais, pé-direito).	X		<p>Art. 36- As áreas devem ter formas e dimensões compatíveis com a iluminação indispensável aos compartimentos.</p> <p>Art. 44- Todo compartimento, seja qual for o seu destino deverá ter, dentro das prescrições deste Código, um plano vertical, pelo menos, em vão aberto diretamente para o logradouro público ou uma área, ou suas reentrâncias.</p> <p>Art.54- São as áreas, dimensões mínimas e pé-direito mínimo permitidos para compartimentos.</p> <p>1- Sala: área: 14,00m²; dimensão: 3,00m; pé-direito: 2,50m.</p> <p>2- Quartos: área: 11,00 m²; dimensão: 2,80m; pé-direito: 2,50m.</p> <p>3- Cozinha: área: 5,00m²; dimensão: 1,80m; pé-direito: 2,50m².</p> <p>4- Banheiros: área: 3,00m²; dimensão: 1,50m; pé-direito:2,50m.</p> <p>5- Quarto-empregada: área: 6,00m²; dimensão: 2,00m; pé-direito:2,50m.</p> <p>6- Inst. Sanitária: área: 2,50 m²; dimensão: 1,00 m; pé-direito: 2,25m.</p> <p>7- Área de serviço: área: - ; dimensão: 1,20 m; pé-direito: 2,50m.</p> <p>8- Trab. Burocrático: área:2,00m²; dimensão: 2,85m; pé-direito:2,50m.</p> <p>9- Lojas: área: 14,00m²; dimensão: 3,00m; pé-direito: 3,00m.</p> <p>10- Não especificadas: área: 8,00m²; dimensão: 2,00m; pé-direito: 2,25m.</p> <p>Parágrafo 1º- Toda habitação terá o mínimo de 35m² de construção e um quarto, uma sala, um banheiro e uma cozinha.</p>	●	Os proprietários planejam a estrutura de suas casas obedecendo alguns itens da lei considerados mais importantes.

<p>Fiscalização de obras/edificações e procedimentos fiscais.</p>	<p>X</p>	<p>Parágrafo 1º do art.1: O objetivo deste Código, é estabelecer o sistema normativo para a aprovação, o licenciamento, a construção ou demolição e fiscalização dos projetos de obras e serviços, assim como as condições mínimas que satisfaçam a segurança, o conforto e a higiene dos usuários e demais.</p> <p>Art. 21 – Terminada a construção ou reforma de um prédio, qualquer que seja o seu destino, o mesmo somente poderá ser habitado, ocupado ou utilizado após a concessão do “Habite-se”.</p> <p>Parágrafo 1º – O Habite-se será solicitado pelo proprietário ou responsável técnico e será expedido pela Prefeitura, depois de haver verificado:</p> <p>a) estar à construção completamente concluída;</p> <p>b) ter sido obedecido o projeto aprovado;</p> <p>c) ter sido construído passeio segundo normas da prefeitura e colocada a placa de numeração, nos casos em que a exigência couber;</p> <p>d) ter sido vistoriado pelos órgãos técnicos autorizados nos setores de segurança e dos serviços públicos.</p>		<p>A prefeitura não possui agente fiscalizador de obras</p> 
---	----------	---	---	---

Quadro 17: Legislação urbanística e ambiental do município, marco legal: Código de Postura.

O município possui Código de Postura?	
<input checked="" type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
Lei: 011/1983 Data: 19/12/1983	

Se a resposta for sim preencha o quadro a seguir:

(d) Código de Postura (ou equivalente)					
Componentes a serem analisados no Código de Postura com vistas à temática habitacional	Existe no Código?		Síntese do conteúdo constante no Código de Postura	Semaforização	
	Sim	Não		Conteúdo	Aplicação
Licença para a localização e funcionamento comercial, industrial, prestador de serviço ou similar.	X		Art. 28 - Nenhum estabelecimento comercial, industrial, de prestação de serviços ou de entidades associativas poderá funcionar sem prévia licença do Município: Parágrafo 1º: O alvará de licença será exigido mesmo que o estabelecimento esteja localizado no recinto de outro já munido de alvará. Parágrafo 2º: Excetuam-se das exigências deste artigo os estabelecimentos da União, do Estado e do Município ou das entidades paraestatais e os templos, igrejas, sedes de partido políticos, sindicatos, federações ou confederações, reconhecidos na forma da lei. Parágrafo 3º: O alvará de licença deverá estar fixado em lugar próprio e facilmente visível. Parágrafo 4º: Sempre que for alterado o uso do imóvel deverá ser requerido novo alvará de licença para fins de verificação de obediência às leis vigentes. Art. 29 – O alvará de licença será expedido mediante requerimento ao Prefeito. Parágrafo 1º: O alvará de licença terá validade até 31 de dezembro de cada exercício, ou enquanto não se modificarem quaisquer dos elementos essenciais nele inscritos. Parágrafo 2º: O estabelecimento cujo alvará caducar deverá requerer outro com os novos característicos essenciais. Art. 30 – A licença para funcionamento de açougues, confeitarias, bares, restaurantes, hotéis, pensões e outros estabelecimentos congêneres, será sempre precedida do exame do local e aprovação da autoridade sanitária competente. Art. 31 – A licença de localização deverá ser cancelada: I- quando se tratar de negócio diferente do requerido II- como medida preventiva, a bem da higiene, da moral ou do sossego e segurança Pública. III- pôr meio de solicitação da autoridade competente, comprovados os motivos que	●	●

			fundamentam a solicitação.		
Regulamentação quanto ao sossego público em relação a ruídos ou sons de qualquer natureza, excessivos ou evitáveis produzidos por qualquer meio.	X		<p>Art.65 - É vedado perturbar o bem estar e o sossego público ou vizinhanças com ruídos, barulhos, som excessivos ou incômodos de qualquer natureza, produzidos por qualquer forma e que ultrapassem os níveis máximos de intensidade fixados pelo município.</p> <p>Art. 66 – Para impedir ou reduzir a poluição proveniente de sons ou ruídos excessivos, incumbe ao Município:</p> <p>I- impedir a localização de estabelecimentos industriais, fábricas e oficinas que produzam ruídos, sons excessivos ou incômodos em zonas residenciais.</p> <p>II- impedir o uso de qualquer aparelho, dispositivo ou motor de explosão que produza ruídos incômodos ou sons além dos limites permitidos.</p> <p>III- sinalizar, conveniente, as áreas próximas a hospitais, casas de saúde ou maternidade.</p> <p>IV – disciplinar o horário de funcionamento das construções.</p> <p>V – impedir a localização de casas de diversões públicas, em local de silêncio.</p> <p>Art. 67 – Não poderão funcionar aos domingos e feriados e no horário compreendido entre as 22 horas e 6 horas, máquinas, motores, e equipamentos eletroacústicos em geral, de uso eventual, que, embora utilizando dispositivos para amortecer os efeitos do som, não apresentam diminuição sensível das perturbações ou ruídos.</p> <p>Parágrafo único: O funcionamento nos demais dias e horários dependerá de autorização prévia do setor competente do Município.</p>	●	●

<p>Regulamentação quanto a utilização dos meios de publicidade e propaganda nos logradouros ou qualquer lugar de acesso ao público.</p>	<p>X</p>	<p>Art. 34 – São anúncios de propaganda as indicações, letreiros, tabuletas, dísticos, legendas, cartazes, painéis, placas e faixas visíveis da via pública em locais freqüentados pelo público ou por qualquer forma exposta ao público e referente a estabelecimentos comerciais, industriais ou profissionais, as empresas, produtos e qualquer espécie, de pessoa ou coisa. Art. 35 – Nenhum anúncio de propaganda poderá ser exposto ao público ou mudado de local, sem prévia licença do Município. Art. 36 – É proibida a colocação de anúncios: I- que obstruam, interceptem ou reduzam o vão das portas, janelas e bandeirolas II- que, pela quantidade, proporção ou disposição, prejudiquem o aspecto das fachadas III- que desfigurem, de qualquer forma, as linhas arquitetônicas dos edifícios IV- que, de qualquer forma prejudiquem os aspectos paisagísticos da cidade, seus panoramas, monumentos, edifícios públicos, igrejas ou templos. V- que, pela sua natureza, provoquem aglomerações prejudiciais ao trânsito. VI- que sejam escandalosas ou atentem contra moral Art. 37 – São também proibidos os anúncios: I- Inscritos nas folhas de janelas ou portas II- pregados, colocados ou dependurados em árvores das vias públicas ou outros logradouros e nos postes telefônicos ou de iluminação, sem licença do Município. III- aderentes, colocados na fachada de prédios, paredes ou muros, salvo licença especial do Município. IV- em faixas que atravessassem a via pública, salvo licença especial do Município. Art. 38- A toda e qualquer entidade que fizer uso de faixas e painéis afixados em locais públicos, cumpre a obrigação de remover tais objetos até 72 horas após o encerramento dos atos a que aludirem. Art. 39- Será facultado às casas de diversões, teatros, cinemas e outros a colocação de programas e cartazes artísticos na sua parte externa, desde que colocados em lugar próprio e se refiram exclusivamente às diversões nelas exploradas.</p>	<p>●</p>	<p>●</p>
---	----------	---	----------	----------

<p>Fiscalização, procedimentos e penalidades em relação às normas de postura (vistorias administrativas, infrações, multas, etc.).</p>	<p>X</p>	<p>Art. 5- Notificação é o processo administrativo formulado por escrito, através do qual se dá conhecimento à parte de providência ou medida que a ela incube realizar. Art. 6- A verificação pelo agente administrativo da situação proibida ou vedada por esta Lei será a lavratura de auto de infração, no qual se assinala a irregularidade constatada e se dá prazo de dez dias para oferecimento da defesa. Art.7- Os autos de infração obedecerão aos modelos padronizados pela administração. Art. 8- Recusando-se o infrator a assinar o auto, será tal recusa averbada no mesmo pela autoridade que o lavrar. Art. 9- Na ausência de oferecimento da defesa no prazo legal, ou de se ela julgada improcedente, será imposta pelo titular do órgão competente a multa prevista. Parágrafo único: Nas reincidências, as multas serão cominadas progressivamente, em dobro. Art.10- Será notificado o infrator da multa imposta, cabendo recursos ao Prefeito Municipal, a ser interposto no prazo de dez dias. Parágrafo único: O recurso deverá ser acompanhado da aprova de ter sido efetuado o depósito da multa imposta no órgão próprio. Art.11- Negado provimento ao recurso, o depósito será convertido em pagamento. Art.12- A multa imposta, da qual não tenha sido interposto recurso, deverá ser paga do no prazo de dez dias. Decorrido este prazo, será inscrito o débito em dívida ativa e encaminhado à cobrança judicial. Art. 13 – Nos casos de apreensão, a coisa apreendida será recolhida aos depósitos municipal. Quando a isso não se prestar a coisa ou quando a apreensão se realizar fora da área urbana, poderá ser a mesma depositada em mão de terceiros ou do próprio detentor, se idôneo, observadas as formalidades legais. Art. 14- A omissão no cumprimento de obrigação cominada em Lei Municipal poderá ser somada pelo município à custa do faltoso, que isto será cientificado. Art.16- Quando couber, será aplicada a critério do órgão competente, concomitantemente com a multa, a pena de apreensão, que consistirá na tomada dos objetos que constituem, sendo o seu recolhimento feito mediante recibo descritivo.</p>	<p>●</p>	<p>A prefeitura não possui agente fiscalizador na prefeitura e o próprio prefeito não utiliza esses meios para punir, em respeito aos moradores, que de outra forma contribui para o desenvolvimento e melhorias da cidade.</p> <p>●</p>
--	----------	--	----------	--

Componente 5: Legislação municipal referente ao Sistema Nacional de Habitação (SNH)

Quadro 18: Legislação municipal referente ao Sistema Nacional de Habitação, marco legal: Lei de criação do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (FNHIS).

O município possui Lei de Criação do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS?	
<input checked="" type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
Lei: 429/2010 Data: 05/03/2010	

Se a resposta for sim preencha o quadro a seguir:

(a) LEI DE CRIAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO – FMHIS (ou fundo equivalente)		
Componentes a serem analisados na Lei.	As fontes de recurso estão definidas?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
	Existe previsão para a destinação dos recursos do Fundo?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
	A qual órgão setorial da prefeitura o FMHIS está vinculado?	Secretaria de Assistência Social

Quadro 19: Legislação municipal referente ao Sistema Nacional de Habitação, marco legal: Lei de Criação do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social (CMHIS).

O município possui Lei de Criação do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social - CMHIS?	
<input checked="" type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
Lei: Decreto 1171/2010 Data: 07/04/2010	

Se a resposta for sim preencha o quadro a seguir:

(b) LEI DE CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL – CMHIS (ou equivalente).		
Componentes a serem analisados na Lei.	Quais segmentos compõem o Conselho e quantos membros possuem cada um?	Seg. 1: Secretaria de Assistência Social – membros: 2 Seg. 2: Secretaria de Educação – membros: 2 Seg. 3: Secretaria de Agricultura e pecuária – membros: 2 Seg. 4: Ass. de moradores do bairro Itaguá – membros: 2 Seg. 5: Ass. Sertãozinho e Brejo Grande – ASBG – membros: 2 Seg. 6: Ass. de moradores do setor Sebastião Isaías – membros: 2
	Qual órgão setorial preside o Conselho?	Secretaria de Assistência Social;
	Quais as competências do Conselho?	Art. 7º Ao conselho gestor do FMHIS compete: I- estabelecer diretrizes e fixar critérios para priorização de linhas de ação, alocação de recursos do FMHIS e atendimento dos beneficiários dos programas habitacionais, observado o disposto nesta Lei, a política e o plano municipal de habitação. II- aprovar orçamentos e planos de aplicação e metas anuais e plurianuais dos recursos de FMHIS. III- fixar critérios para a priorização de linhas de ações. IV- deliberar sobre as contas do FMHIS. V- dirimir dúvida quanto à aplicação das normas regulamentares, aplicáveis ao FMHIS, nas matérias de sua competência. VI- aprovar seu regimento interno.
	Reuniões anuais do Conselho previsto no regimento	Previsão de 1 reunião a cada 3 meses, totalizando 4 reuniões ordinárias e extraordinárias quando houver convocação do presidente.

2.2. Fontes de Recursos e Subsídios

Cada fonte de recurso tem um mecanismo de funcionamento com suas respectivas especificidades. Aos municípios com famílias de baixa renda, o governo federal disponibiliza recursos não-onerosos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e Orçamento Geral da União (OGU). Os municípios podem contar também com recursos estaduais do Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social (FEHIS), além do Programa Morada Nova (Cheque Moradia). O próprio município pode contar com recursos próprios oriundos do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (FMHIS) e outros. Para investir em habitação, os municípios deverão definir no Planejamento Orçamentário os programas e fundos para os quais serão destinados recursos. A destinação dos recursos deve estar contemplada no Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA). Para esta compreensão os municípios procuraram levantar informações dos últimos 5 anos que foram sistematizadas nos quadros 21 e 22.

É muito importante a definição de fontes de recursos perenes e estáveis para a implementação da política habitacional.

Para o preenchimento da terceira coluna foi avaliado se há coerência entre a capacidade orçamentária do município e os recursos destinados para habitação.



Quadro 21 – Quadro de sistematização dos dados referentes ao orçamento municipal

Componente 1: Orçamento municipal		
RECURSOS	Definições orçamentárias relacionadas à política e/ou gestão habitacional	SITUAÇÃO
PPA (2010 a 2013)	Lei nº 424 / 2010- Dispõe sobre o Plano Plurianual de governo do Município, para o período de 2010/2013 e da outras providências. Art. 2º - O Plano Plurianual de Governo foi elaborado observando as seguintes diretrizes para ação do Governo Municipal: I – garantir o direito ao acesso a programas de habitação popular à população de baixa renda, de modo a materializar a casa própria	
LDO (2011)	Lei 469/2010 - “Dispõe sobre as Diretrizes Gerais para a elaboração da Lei Orçamentária de 2011 e dá outras providências.” Parágrafo primeiro - As unidades orçamentárias, quando da elaboração de suas propostas parciais, deverão atender a estrutura orçamentária e as determinações emanadas pelos setores competentes da área, sendo que a elaboração da proposta orçamentária abrangerá os Poderes Legislativo, Executivo, o FMS - Fundo Municipal Saúde, FUNDEB – Fundo de Educação Básica, FUNPREVI, observando-se os seguintes objetivos: XXX – promover o acesso à moradia digna para a população de baixa renda, através da construção de conjunto habitacional de casas populares em parceria com outras esferas de governo e a doação de imóveis através de programas e ações de governo	
LOA (2011)	LEI Nº 471/2011 - ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICIPIO PARA O EXERCICIO DE 2011. FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL – RECURSOS DO ORÇAMENTO DE 2011 DESTINADOS À CONSTRUÇÃO E AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS PARA CONSTRUÇÃO DE MORADIAS PARA PESSOAS CARENTES. Dotação orçamentária: 08.244.0016.1.007 – 4.4.90.51 – Assistência Social... Assistência Comunitária... CONSTRUÇÃO E REFORMA DE HABITAÇÕES POPULARES... Construção de Moradia para pessoas carentes... OBRAS E INSTALAÇÕES – Valor destinado do orçamento: R\$ 105.000,00; 08.244.0016.1.008– 4.4.90.61 – Assistência Social... Assistência Comunitária... CONSTRUÇÃO E REFORMA DE HABITAÇÕES POPULARES... Aquisição de imóveis... AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS – Valor destinado do orçamento: R\$ 63.000,00.	



Conteúdo não está adequado



Conteúdo parcialmente adequado



Conteúdo adequado

Obs.: quanto à semaforização:

- Quanto a LDO, está em **amarelo**, pois como consta na constituição que é um direito da população de baixa renda ter acesso a moradia digna, os recursos advindos para os programas habitacionais são insuficientes para suprir toda a demanda habitacional no do município. Dentro desse contexto também, a burocracia para busca de recurso tem dificultado a construção de novas moradias, impedindo a realização com mais rapidez.
- Quanto a LOA, a situação está em **vermelho**, pois são apenas recursos previsto e que ainda não foram liberados para o Fundo Municipal de Assistência Social para serem aplicados.



Quadro 22 – Quadro de sistematização dos dados referentes aos recursos municipais.

Componente 2: Recursos próprios municipais								
FONTE	Origem dos recursos	Recursos destinados nos últimos cinco anos (colocar o valor anual)					Coerência	Utilização
		2006	2007	2008	2009	2010		
FMHIS	Não houve recursos nesses últimos 5 anos	-	-	-	-	-		
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	Prefeitura Municipal	0,00	0,00	0,00	0,00	42.446,27		
PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA	Recurso do Governo Federal, Estadual e Prefeitura Municipal	-	-	-	-	510.000,00 (5% do município=25.500,00)		
Programa Carta de Crédito FGTS- Operações Coletivas	<i>Recurso do Governo Federal</i>	-	230.906,13	-	-	-		



Não está coerente



Parcialmente coerente



Coerente



Menos do que 50% de utilização.



Entre 50 e 100% de utilização



100% utilizado

Obs.: O Programa Carta de Crédito FGTS foi aprovado em 2007, mas somente agora em 2011 que foi “liberado” o recurso, para construção de 13 unidades habitacionais em locais diversos.

Obs.: quanto a semaforização:

*Para o PMCMV, a utilização foi marcada em amarelo por estar em fase de execução, com loteamento já definidos, liberados partes do recurso da CAIXA de acordo com o cronograma, e também em fase de implantação da infra-estrutura (água e energia) que em seguida iniciará a construção das 30 unidades habitacionais.

* Para o Programa Carta de Crédito do FGTS, a utilização foi marcada em amarelo por estar também em fase de execução das 13 unidades habitacionais, havendo parceria da Caixa, Prefeitura e Morador que já possui seu lote.

2.3. Programas



Na área do financiamento à habitação, o Ministério das Cidades propôs um novo Sistema Nacional de Habitação, cujo desenho visa reunir os esforços dos governos (União, Estados e Municípios) e do mercado privado, além de cooperativas e associações populares, para combater o déficit habitacional. É importante saber que cada programa tem mecanismos próprios de funcionamento e fontes definidas de recursos, para tanto é preciso compreender as características de cada programa para planejar o enfrentamento dos problemas habitacionais em suas diversidades, definindo o programa mais adequado. Nos quadros 24 e 25 a seguir, o município fez um esforço em demonstrar a existência ou não de Programas Municipais de Habitação de Interesse Social e também as parcerias com as esferas estadual e federal.

Quadro 24: Sistematização das Fontes de Financiamento Habitacional do município.

Governo Municipal				
Programas	Recursos	Fontes	Faixa de Renda atendida	Solicitante
1) Programa....				
O município não possui programa municipal de Habitação de Interesse Social, mas participa com a contrapartida na doação de lotes e/ou mão-de-obra nos programas estaduais e/ou federais.	Não oneroso	Tesouro municipal	Até 3 S.M.	População



Quadro 25 – Quadro de sistematização das informações referentes à produção habitacional por programa.

PROGRAMA	Quantidade de unidades ofertadas nos últimos 5 anos	Adequação do programa às características das comunidades	Grau de dificuldade para o município contratar o Programa	Grau de dificuldade para o município operar o Programa
Carta de Crédito FGTS – 2011 Operações Coletivas	13 casas em execução	●	●	●
Minha Casa Minha Vida – 2011 (Federal)	30 casas aprovadas (não iniciadas)	●	●	●
Morar Melhor (Municipal) - 2002	47 casas	●	Sem informação	Sem informação
Morada Nova - 2009 Federação Fetaeg+ Sindicato trabalhadores+CAIXA	14 casas	Sem informação	Sem informação	Sem informação
Cheque Moradia – 2004 Estadual+Sindicato trabalhadores	05 casas	Sem informação	Sem informação	Sem informação
TOTAL POR PROGRAMA	109 casas			

Obs.: Quanto à semaforização:

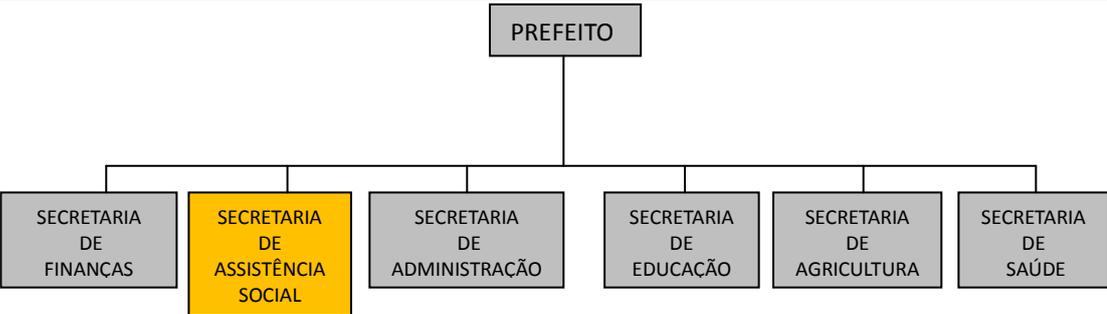
- Adequação do Programa Carta de Crédito -FGTS, às características da comunidade: Atendem as necessidades primárias pois os beneficiários estarão saindo do aluguel e ao mesmo tempo recebendo uma estrutura que possibilita a ampliação do imóvel. Porém os recursos advindos não foram suficientes, havendo a necessidade da prefeitura intervir complementando, além de sua contrapartida, para que alguns beneficiários pudessem concluir sua obra.
- Grau de dificuldade para o município contratar o Programa Carta de Crédito – FGTS: A dificuldade maior foi identificar os beneficiários com lotes legalizados no início da montagem do processo. Outro fator foi a falta de cooperação dos beneficiários para realização de um mutirão entre eles, o que atrasou o processo das construções, sendo então realizada de forma particular. E por último, a burocracia em relação a documentação exigida pela Caixa Econômica.
- Grau de dificuldade para o município operar o Programa Carta de Crédito-FGTS: Demora nas análises dos processos e liberação de recursos das partes responsáveis para dar início a obra.
- Grau de dificuldade para o município operar o Programa Minha Casa Minha Vida: A maior dificuldade encontrada foi em relação à contratação da construtora. Foram realizados três contratos, dos quais duas desistiram pelo atraso da Agehab em liberar os cheques moradia. Outro foi a ausência da prefeitura no ato da contratação da construtora, e também o fato de que essa construtora já vem definida pela Associação Habitacional em Defesa da Moradia (AHDM) e a prefeitura não teve autonomia para a escolha.

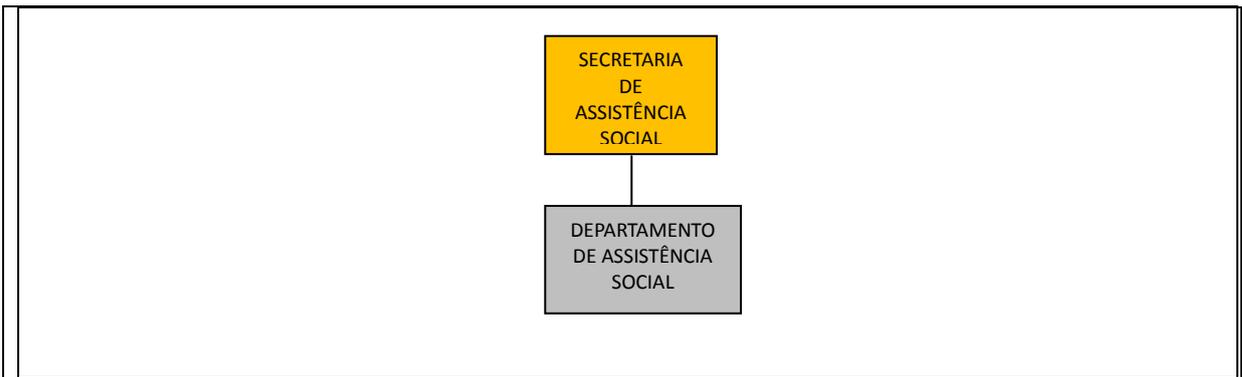
3. CAPACIDADE ADMINISTRATIVA

A administração pública existe para executar as atribuições de um governo, cuidando dos bens e dos direitos da sociedade seguindo, conforme definido na Constituição Federal, os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

No que diz respeito à capacidade administrativa, foi importante conhecer e compreender as condições gerais da Prefeitura para conduzir a implantação do PMHIS e promover o acesso da população de baixa renda à moradia digna. Foi analisado também se a gestão habitacional é conduzida de forma articulada com as questões urbanas, sociais e ambientais. As informações foram sistematizadas no quadro 26 a seguir.

Quadro 26 – Quadro de sistematização das informações referentes à estrutura administrativa responsável pelo planejamento e gestão da política habitacional no município

3.1. Da estrutura organizacional
<p>6. A administração pública municipal (Poder Executivo) conta atualmente com 259 funcionários, sendo 169 efetivos e 90 comissionados.</p> <p>7. A estrutura organizacional básica da Prefeitura é composta por 06 secretarias e 02 órgãos da administração indireta que são o FUNPREV (Fundo de Previdência Própria do Município) e FMS (Fundo Municipal de Saúde).</p> <p>8. A receita corrente anual (média dos últimos quatro anos) é de 7.268.277,00.</p>
 <pre> graph TD P[PREFEITO] --- S1[SECRETARIA DE FINANÇAS] P --- S2[SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL] P --- S3[SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO] P --- S4[SECRETARIA DE EDUCAÇÃO] P --- S5[SECRETARIA DE AGRICULTURA] P --- S6[SECRETARIA DE SAÚDE] </pre>
<p>9. O órgão setorial responsável pelo planejamento e implementação da política habitacional no município é a Secretaria de Assistência Social e também funcionários comissionados subordinados à Secretaria de Administração que responde pela temática habitacional do município.</p>



Segundo o Conselho Municipal de Assistência Social do órgão, de acordo com Art. 2º da Lei 160/95, compete ao conselho:

I- definir as prioridades da política de assistência social; II- estabelecer as diretrizes a serem observadas na elaboração do Plano Municipal de Assistência; III- Aprovar a política municipal de assistência social; IV – Atuar na formulação de estratégias e controle da execução da política de assistência social; V- Propor critérios para a programação, execuções financeiras e orçamentárias do Fundo Municipal de Assistência Social, e fiscalizar a movimentação e a aplicação dos recursos; VI- Acompanhar, avaliar e fiscalizar os serviços de assistência prestados a população pelos órgão, entidades públicas e privadas no município. VII- definir critérios de qualidade para o funcionamento dos serviços de assistência social públicos e privados no âmbito municipal; VIII- definir critérios para celebração de contratos ou convênios entre o setor público e as entidades privadas que prestam serviços de assistência social no âmbito municipal; IX- apreciar previamente os contratos e convênios referidos no inciso anterior; X- elaborar e aprovar seu Regimento Interno; XI- zelar pela efetivação do sistema descentralizado e participativo de assistência social; XII- convocar ordinariamente a cada 2 anos, ou extraordinariamente, por maioria absoluta de seus membros, a Conferência Municipal de Assistência Social, que terá a atribuição de avaliar a situação de assistência social e propor diretrizes para o aperfeiçoamento do sistema; XIII- acompanhar e avaliar a gestão dos recursos, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos programas e projetos aprovados.

3.2. Do quadro de funcionários

- A **pasta** conta atualmente com 09 funcionários, sendo 01 efetivo, 04 comissionados e 04 prestadores de serviços.
- Dos **funcionários** lotados na pasta, 04 tem formação em nível superior, 01 em nível

<p>superior incompleto e 04 em nível médio.</p> <ul style="list-style-type: none"> • O chefe da pasta possui formação superior em Pedagogia. 	
<p>3.3. Da logística</p>	
<ol style="list-style-type: none"> 1. Atualmente, a Secretaria de Assistência Social está instalada(a) em prédio alugado (tipo residência) e as dependências são parcialmente adequadas para o funcionamento da instituição. Utiliza também uma sala adequada no prédio da Prefeitura com 01 computador para desenvolvimento das atividades voltadas para habitação 2. Conta com nenhum veículo para atender às atividades externas. 3. Conta com 02 computadores e os projetos são desenvolvidos em programa Windows. 	
<p>3.4. Das relações e articulações intergovernamentais</p>	
<p>Como afirmado anteriormente, a gestão habitacional deve ser conduzida de forma articulada com as questões urbanas, sociais e ambientais. A coluna abaixo informa se a Secretaria da habitação e obras tem recebido apoio e/ou desenvolvido parcerias para planejar e implementar a política habitacional do município.</p>	
<p>Vermelho para ruim Amarelo para razoável Verde para boa</p>	
Secretaria ou área responsável por:	Nível de apoio e/ou parceria
Planejamento Secretaria de Administração	●
Obras Departamento de obras	●
Meio ambiente Secretaria de Agricultura	●
Cidadania/Ação Social Secretaria de Assistência Social	●
Procuradoria Geral do Município	

O município não possui Secretaria de Habitação e Obras, mas os projetos habitacionais estão articulados com a Secretaria de Assistência Social e recebe apoio da Secretaria de Administração, do Departamento de obras do município e da Secretaria de agricultura que responde pelo Meio Ambiente.

3.5. Das articulações e parcerias interinstitucionais

Foi avaliado também as articulações e parcerias que estão sendo firmadas com outras entidades, não governamentais, com o propósito de implementar a política habitacional do município.

Vermelho quando não existir Amarelo quando existir de forma precária Verde para quando existir

Secretaria ou área responsável por:	Nível de apoio e/ou parceria
Setor privado da construção civil	●
Setor privado de atividade econômica de grande impacto na região	●
Movimentos populares ou entidades sociais que atuam na promoção habitacional	●
Associações de moradores	●

Não existem entidades não governamentais, associações de moradores, movimentos populares ou entidades no município que apoiem a política habitacional. Todas as parcerias são feitas entre as secretarias e diretorias do município e destas com o governo Estadual e Federal.



4. RELATÓRIO DAS ATIVIDADES REALIZADAS

5ª Oficina de capacitação

A 5ª oficina, ocorrida nos dias 15 e 16 de dezembro/10, teve como objetivo dar continuidade às atividades dedicadas aos GTLs para compor e finalizar o Diagnóstico Habitacional – 3º conteúdo do Produto 2.

As atividades iniciaram com uma palestra magna com o tema: Estado e Sociedade – Competências e Responsabilidades, ministrada pelo professor da UFG, Dr. Daniel Christiano. Em seguida foram realizadas palestras e mesas redondas, com a participação da presidente da AGEHAB, senhora Silmara Vieira e dos diretores desta Agência de Habitação, Thays Lima e Guelber Caetano e colaboração da Arquiteta e Urbanista Maria Raquel M. A. J. de Amorim da Geratec/AGEHAB. Do IBAM participaram a senhora Eliana Junqueira e o senhor Alberto Lopes. Contou ainda com a especial participação do senhor Anderson Kazuo do Instituto Pólís, senhor André Marinho Gerente Nacional da Caixa Econômica Federal, Doutor Jeferson de Castro Vieira Assessor Especial da SEPLAN-GO e senhora Renata Gonçalves do Ministério das Cidades. Estes travaram um debate sobre as questões relacionadas a Habitação de Interesse Social - Estrutura Institucional (Marcos Legais, Fontes de Recursos e Subsídios, Programas e projetos habitacionais) e Capacidade Administrativa do Município. Ver a seguir figuras 01 a 06 e lista de presença do GTL em anexo.





Figura 01: Palestra com Silmara Vieira.



Figura 02: Equipe da Agehab e membros dos GTLs na 5ª oficina.



Figuras 03 e 04: Mesa -Coordenador da AGEHAB, Gerente Nacional da CAIXA e Ass. Especial da SEPLAN-GO



Figura 05: Mesa – AGEHAB, Ministério das Cidades e IBAM



Figura 06: Mesa – AGEHAB e IBAM



Capacitação do GTL – roteiro 5ª Oficina

Os membros do GTL, mesmo participando da 5ª Oficina de Capacitação do PMHIS promovida pela Agehab, tiveram dificuldades para o preenchimento das planilhas do 3º Conteúdo do Produto 2 e por este motivo a equipe da AGEHAB, composta pelas tutoras Renata Póvoa e Luciana Roncato estiveram em Uruana no dia 01 de março/11, realizando a capacitação técnica do GTL, referente ao Terceiro Conteúdo do Diagnóstico Habitacional. Na visita estiveram presentes alguns componentes do GTL senhores Marília e Elisson, conforme lista de presença anexa. (ver figuras 07 e 08)

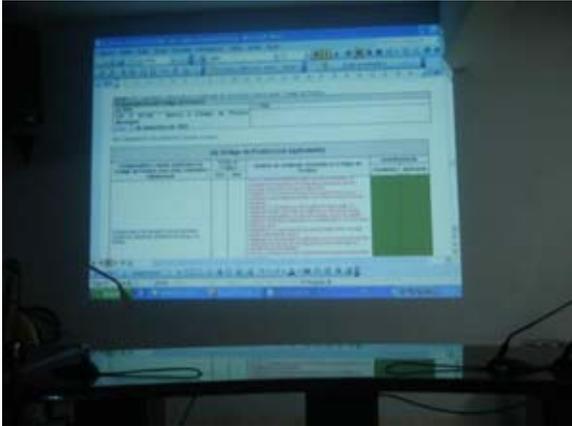


Figuras 07 e 08: Assessoria Técnica da AGEHAB na capacitação do GTL referente ao 3º Conteúdo do Diagnóstico Habitacional

Reunião Pública

Foi realizada uma Audiência Pública, a respeito do 3º Conteúdo do Diagnóstico Habitacional, no Plenário da Câmara Municipal de Itaguaru, em 18/05/2011 às 19hs. Reuniram-se o GTL, atores estratégicos e membros da comunidade local, além do vice-prefeito Geremias, o secretário de administração Elisson, a secretária de educação Selma e senhora Silvânia, representando o secretário de saúde. Na ocasião a coordenadora do GTL, Marília Andrade relembrou os passos anteriores de elaboração do PMHIS, esclarecendo algumas dúvidas dos participantes. Foi discutido também sobre a atual etapa de desenvolvimento do PMHIS: o levantamento da legislação do município e da capacidade administrativa. Por último, ressaltaram a importância da elaboração do PMHIS para o município e a participação popular nas reuniões. Essa reunião contou com a participação de aproximadamente 25 pessoas.





Figuras 09 e 10: Reunião Pública no Plenário da Câmara Municipal em 18/05/2011.

Reuniões do GTL com Conselho Gestor

Esta reunião foi realizada no Plenário da Câmara Municipal de Itaguaru em 09/05/2011 às 19:30hs, com participação do GTL e membros do Conselho Gestor do FMHIS. Foi falado sobre a importância da elaboração do PMHIS, esclarecendo que este é uma prerrogativa para que o município seja beneficiado com recursos federais, oriundos do FNHIS, para habitação. O GTL apresentou e discutiu o trabalho que tem sido feito para conclusão do Plano, esclarecendo suas etapas e metodologia. Essa reunião contou com a participação de 11 pessoas. (ver figuras 11 e 12)



Figuras 11 e 12: Reunião do GTL e Conselho Gestor do FMHIS em 09/05/2011.

Quadro de sistematização das reuniões

Atividades	Data	Coordenadores	Participantes	Objetivos Propostos	Objetivos Alcançados	Produto Resultante
Reunião GTL e Conselho Gestor	09 de maio 2011	Marília Andrade e Elisson Ribeiro	GTL e Conselho Gestor	Discussão e apresentação do 3º Conteúdo do Diagnóstico Habitacional	Objetivo proposto alcançado com sucesso	Discussão e apresentação do 3º Conteúdo do Diagnóstico Habitacional
Reunião Pública	18 de maio 2011	Marília Andrade e Elisson Ribeiro	23	Relatar à comunidade a Estrutura Institucional e Capacidade Administrativa do Município de Itaguaru.	Participação da comunidade na elaboração e aprovação do 3º conteúdo do diagnóstico habitacional.	Aprovação da comunidade local do 3º Conteúdo do Diagnóstico Habitacional. Maior envolvimento e participação da comunidade nesta etapa do PMHIS.

Estratégias de Ação

Produto

PMHIS

Plano Municipal de
Habitação de Interesse Social

3



SECIDADES
SECRETARIA
DE ESTADO DAS CIDADES



PRODUTO 3: ESTRATÉGIAS DE AÇÃO

1. INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE TODO O PROCESSO DE ELABORAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS DE AÇÃO

Nesta etapa do plano o GTL de Itaguaru, senhor(a) Marília, Elisson e Heleni, se reuniu para debater e discutir o diagnóstico habitacional do município e assim traçar as Estratégias de Ação. As Estratégias de Ação foram elaboradas a partir do estudo e discussão do Diagnóstico Habitacional e dele estabelecido os objetivos a serem alcançados na política habitacional do município, considerando o crescimento populacional, os novos empreendimentos para demanda futura.

O GTL do município pode contar com o apoio e assistência técnica prestada pelas tutoras e técnicas da Agehab, em atendimento presencial ao município realizado no dia 02 de junho/11 além da assistência via telefone e e-mail.

A versão final do Plano será impressa em várias cópias e deixadas à disposição do público na Prefeitura Municipal, Câmara Municipal e Secretaria de Assistência Social para que a população possa acompanhar a implementação das propostas que nele foram elencadas e cobrar das autoridades públicas a sua efetivação.

Para a difusão das informações nesta etapa dos trabalhos e apresentação dos resultados de todas as ações desenvolvidas pelo GTL, foi elaborado um quadro contendo o plano de comunicação descrito abaixo:

Plano de Comunicação.

Descrição do Local	Tipo de comunicação	Quantidade	Data de fixação	Período de permanência
Secretaria Mun. de Saúde	panfletos	150	18/11/2011	5 dias
Prefeitura Municipal	panfletos	50	18/11/2011	5 dias
Escolas Municipais	panfletos	300	18/11/2011	5 dias
Escolas Estaduais	panfletos	500	18/11/2011	5 dias
Ruas da cidade	Carro de som/ spots	2 h/dia	21 e 22/11/2011	2 dias

Objetivos propostos

- Rever e consolidar as principais informações e análises do Diagnóstico Habitacional;
- Estabelecer os objetivos do PMHIS atendendo as necessidades verificadas no diagnóstico habitacional;
- Propor programas e ações para enfrentar os problemas identificados, com detalhamento de prioridades, recursos, fontes de financiamento e indicadores de monitoramento;
- Indicar as áreas do município onde incidirão as ações e/ou programas propostos;
- Garantir a participação efetiva da população para a implementação do PMHIS.

Objetivos alcançados

- Foram definidos programas e/ou ações e os responsáveis pela sua implementação;
- Foram definidos recursos e fontes de financiamento para os programas;
- Foram previstas prioridades de implementação dos programas e/ou ações e os mecanismos de monitoramento, avaliação e revisão de todo plano ao longo do tempo.

2. ESTRATÉGIAS DE AÇÃO

2.1. Consolidação das Informações do Diagnóstico Habitacional

O **Quadro 01** proposto, tem por objetivo sintetizar o conteúdo trabalhado no Diagnóstico Habitacional. O GTL, com apoio dos atores estratégicos, levantaram um grande conjunto de informações para que se possa compreender a dinâmica urbana e habitacional no município que fundamentará as propostas do PMHIS.

De posse dessas informações o GTL pode discutir dentro do próprio grupo e com os demais atores sociais as razões que levam a terem tantas famílias vivendo em situações tão precárias em um município tão pequeno. Para tanto, foram analisadas e revistas informações e dados referentes às necessidades e ofertas habitacionais, bem como a existência e



aplicabilidade dos marcos regulatórios do município, no intuito de garantir melhores estratégias de ação para se descobrir os melhores caminhos para alteração desse quadro.

Como se pode observar no Quadro abaixo, o município de Itaguaru possui um déficit total de 169 moradias, destas, 148 são da área urbana e 21 da área rural. Foi verificado também que serão necessárias a construção de mais 546 moradias para atender à demanda futura do município no período de 2012 a 2023. Para o cálculo desse déficit de 169 moradias, constatou-se a existência de 93 famílias em coabitação sendo 80 em zona urbana e 13 em zona rural. Domicílios rústicos são 10 na zona urbana e 08 na zona rural. Quanto ao ônus com aluguel o problema é apenas na zona urbana com 88 famílias, não existindo na zona rural.

O diagnóstico habitacional do município levantou ainda a necessidade de melhorias. São somente 42 moradias na área urbana que necessitam de ampliação devido à densidade excessiva. Outro problema são as 60 famílias que vivem no assentamento precário da Vila Mutirão, na área urbana. Fazem parte do conjunto habitacional construído na década de 80, constituído por casas de placas e telas de amianto que se encontram em estado degradado, necessitando de reformas e ampliações.

Outro dado levantado pelo GTL do município foi a inadequação fundiária. São 394 moradias na área urbana. A regularização fundiária consiste no conjunto de medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais que visam à regularização de assentamentos irregulares e à titulação de seus ocupantes, de modo a garantir o direito social à moradia, o pleno desenvolvimento das funções sociais da propriedade urbana e o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

A cidade de Itaguaru possui uma área pública municipal possível de se tornar ZEIS (Zonas especiais de interesse social). Ela possui 68.400m² de área e pode abrigar 112 moradias populares. Há também três áreas particulares situadas junto à malha urbana que podem vir a ser adquiridas pelo poder municipal para fim de parcelamento. Estas áreas possuem 48.000m², 96.000m² e 100.000m² e podem gerar, respectivamente, uma média de 135, 268 e 400 lotes de 250m² de área cada, a serem utilizados para a construção de habitações de interesse social.

Quanto à Legislação urbanística e ambiental o município possui Código de



Edificações/obras e Código de Posturas. Foi aprovada também a Lei de criação do fundo municipal de habitação de interesse social e Decreto de criação do conselho municipal de habitação de interesse social. Verifica-se a necessidade da elaboração de outros marcos legais para dar sustentação às ações de gestão de política habitacional, tais como: Lei de Zoneamento Urbano , Uso e ocupação do Solo e Lei de Parcelamento Urbano.

O órgão setorial responsável pelo planejamento e implementação da política habitacional no município é a Secretaria de Assistência Social. A pasta conta atualmente com 09 funcionários e ainda recebe o apoio e cooperação técnica das outras secretarias do município.

Em relação ao orçamento e recursos do município, o PPA prevê a garantia do direito ao acesso a programas de habitação popular à população de baixa renda, de modo a materializar a casa própria. De acordo com a LOA 2011, para o Fundo Municipal da Assistência Social há recursos do orçamento destinados a construção e aquisição de imóveis para construção de moradias para pessoas carentes, estimados em média de R\$68.000,00.

Lembramos ainda, que se encontra em construção 30 casas no Loteamento Raio de Sol, do Programa Minha Casa Minha Vida, em convênio com a AGEHAB, pelo Cheque Moradia e Prefeitura Municipal, com previsão de entrega em 90 dias, segundo o prefeito Antônio Leonel Filho.



Figuras 01: Presidente da AGEHAB em visita às obras do PMCMV, de Itaguaru.

Quadro 01. Síntese do Diagnóstico Habitacional do Município (Urbano e Rural).

DIAGNÓSTICO HABITACIONAL - 1º CONTEÚDO					DIAGNÓSTICO HABITACIONAL - 2º CONTEÚDO				DIAGNÓSTICO HABITACIONAL - 3º CONTEÚDO		
NECESSIDADES HABITACIONAIS			ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS	DEMANDA FUTURA	OFERTAS HABITACIONAIS				LEGISLAÇÃO		ORÇAMENTO E RECURSOS
DÉFICIT HABITACIONAL TOTAL	DEMANDA POR MELHORIA	HABITAÇÕES EM ÁREA DE RISCO			ÁREAS	IMÓVEIS (vazios ou subutilizados)	LOTES	U.H.I.S EM PRODUÇÃO	URBANÍSTICA E AMBIENTAL	HABITACIONAL	
(nº domicílios)			(nº assentamentos)	Período: 2010-2023	(m²)	(nº imóveis)	(nº lotes)	Nº de moradias em oferta			
Domicílio Improvisados: U=0 R=0	Densidade Excessiva (DE): U= 42 R=0	Não há habitações em área de risco	Consolidado: urbano 01. 60 casas	546 novas moradias	Total de áreas = 68.400m² 48.000m² 96.000m² 100.000m²	Unidades existentes = 0	Quantidade existente = 0	30 u.h	Código de Posturas, Código de Edificações e obras	Lei de criação do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (FMHIS) e Decreto de criação do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social.	De acordo com a LOA (2011), FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL – CONSTRUÇÃO E REFORMA DE HABITAÇÕES POPULARES... Construção de Moradia para pessoas carentes... OBRAS E INSTALAÇÕES – Valor destinado do orçamento: R\$ 105.000,00; CONSTRUÇÃO E REFORMA DE HABITAÇÕES POPULARES... AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS – Valor destinado do orçamento: R\$ 63.000,00.
Domicílio Coabitação: U=80 R=13	Carência em Infraestrutura (CI): U=0 R=430**		Consolidável: 0								
Domicílio Rústico: U=10 R=08	Inexistência de Unidade Sanitária(IUS): U=0 R=0										
Ônus excessivo com Aluguel U=88 R=0	Inadequação fundiária (IF): U=394 R=0		Não consolidável: 0								
TOTAL: U=178* R=21 T=169											

* O déficit urbano será subtraído pelas 30 casas em fase de produção do convênio MCMV/Moradia Mais (cheque moradia).

** Este dado corresponde aos domicílios disseminados pela área rural, situados em propriedades particulares (fazendas). O GTL considerou carentes de infraestrutura por serem abastecidos somente com energia elétrica, mas como não são aglomerados (povoados, distritos, vilas), não há como serem abastecidos com rede de água e asfalto.

2.2. Objetivos, Programas e Ações do PMHIS

Os resultados do Diagnóstico Habitacional indicam os problemas que deverão ser tratados nesta etapa do PMHIS e orientaram a definição dos objetivos a serem alcançados com o Plano, tendo como referência os princípios gerais do SNHIS e diretrizes do CGFNHIS.

O **Quadro 02** foi utilizado como instrumento de apoio para apresentar os objetivos, programas e/ou ações do PMHIS no município, a partir das discussões com a participação do GTL, Atores Estratégicos e da população em geral, que juntos, apresentaram possíveis soluções para os problemas habitacionais do município.

Conforme as análises do diagnóstico habitacional foram criadas diretrizes e objetivos para a solução das questões relacionadas a habitação de interesse social e de infraestrutura urbanística. O município de Itaguaru definiu a necessidade de 169 novas moradias de interesse social a famílias de baixa renda sendo 148 em área urbana e 21 na área rural e ainda 546 novas HIS para suprir a demanda futura. Quando à demanda por melhorias habitacionais, o GTL do município equacionou as necessidades habitacionais de infraestrutura, construção de equipamentos sociais, ampliação e reforma de moradias. De acordo com as diretrizes gerais do CGFNHIS que prevê a promoção e apoio à regularização, à ocupação e ao uso do solo urbano para implementação da regularização fundiária, o município possui 394 moradias urbanas de interesse social com inadequação fundiária. Outra questão importante é a dificuldade de garantir a participação social no setor habitacional do município. O Plano prevê o incentivo à implementação de processos participativos e mecanismos de monitoramento e controle social no planejamento, na gestão e na implementação de programas habitacionais de interesse social.

O município deverá propor ações estratégicas para o desenvolvimento institucional criando os Marcos Legais necessários a implementação de políticas públicas no setor habitacional.



Quadro 02. Objetivos e Diretrizes do PMHIS

DIAGNÓSTICO HABITACIONAL		DIRETRIZES	OBJETIVOS
I.	Déficit de 169 moradias + 546 novas moradias da demanda futura	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Otimizar e ampliar a produção de moradias 	A. Construção de 169 moradias, sendo 148 urbanas e 21 na área rural + 546 da demanda futura
II.	Demanda por melhorias	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Melhorias habitacionais e reforma de moradias 	B. Ampliação de 42 moradias urbanas para famílias com densidade excessiva; Reforma e ampliação de 60 moradias de placas em estado precário.
III.	Inadequação fundiária de 394 domicílios	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Promover regularização fundiária 	C. Regularizar a documentação de 394 domicílios da área urbana.
IV.	Dificuldade de garantir a participação social no setor habitacional	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Integrar o trabalho do conselho municipal de habitação ao órgão responsável pela habitação 	D. Assegurar a implementação das deliberações do CGMHIS
V.	Falta de assistência técnica	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Oferecer assistência técnica gratuita nos empreendimentos HIS 	E. Oferecer assistência técnica na construção de novas unidades e/ou melhoria a todas as famílias com renda até 3 SM.
VI.	Insuficiência de Legislação urbanística.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Desenvolvimento Institucional 	F. Elaboração de Lei de Zoneamento Urbano, Uso e ocupação do Solo (criação de ZEIS) e Lei de Parcelamento Urbano.

As propostas do PMHIS para organizar a atuação do Município no campo da política habitacional serão expressas por meio de programas (e ações) a serem estruturadas para atenderem às necessidades habitacionais mapeadas no diagnóstico e alcançar os objetivos traçados para o plano. O **Quadro 03** foi utilizado para organizar as informações, correlacionando problemas e medidas. Observou-se que para o enfrentamento de um determinado problema, são necessárias diversas medidas ou procedimentos.

Neste quadro o GTL procurou identificar os tipos de ações a serem desenvolvidas conforme as necessidades e objetivos levantados no Quadro 1 e 2. As ações aqui definidas servirão para nortear os programas habitacionais implantados no município.

As ações foram definidas conforme as necessidades habitacionais identificadas no Diagnóstico Habitacional do município.



Quadro 03. Identificação de Tipos de Ações a serem Desenvolvidas.

Diagnóstico Habitacional		I. Déficit de 169 moradias + 546 da demanda futura	II. Demanda por melhorias	III. Inadequação fundiária de 394 domicílios	IV. Dificuldade de garantir a participação social no setor habitacional	V. Falta de assistência técnica	VI. Insuficiência de Legislação urbanística.
Objetivos do PMHIS		A. Construção de 169 moradias, sendo 148 urbanas e 21 na área rural + 546 da demanda futura	B. Ampliação de 42 moradias urbanas para famílias com densidade excessiva; Reforma e ampliação de 60 moradias de placas em estado precário.	C. Regularizar a documentação de 394 domicílios da área urbana.	D. Assegurar a implementação das deliberações do CGMHIS	E. Oferecer assistência técnica na construção de novas unidades e/ou melhoria a todas as famílias com renda até 3 SM.	F. Elaboração de Lei de Zoneamento Urbano, Uso e ocupação do Solo (criação de ZEIS), Lei de Parcelamento Urbano.
1	Urbanização	X					
2	Regularização Urbanística e Fundiária			X			
3	Melhorias habitacionais		X				
4	Relocação de unidades						
5	Eliminação de Riscos						
6	Aquisição ou Produção de unidades de moradia	X					
7	Aquisição ou Produção de lotes urbanizados	X					
8	Apoio à produção habitacional de iniciativa popular	X					
9	Fortalecimento da economia familiar		X				
10	Qualificação de mão-de-obra					X	
11	Promoção de inserção cultural e sociocomunitária das famílias		X		X		
12	Implantação de equipamentos urbanos (educação, saúde, etc.)						
13	Estruturação/Fortalecimento do setor habitacional e da administração do município	X	X	X		X	X
14	Revisão/elaboração de normas e planos						X
15	Organização, sistematização e tratamento de informações						X
16	Fortalecimento dos canais de participação social				X		X
17	Articulação interna (entre setores da prefeitura) e externa (com agentes públicos e privados)			X	X		X

18	Implantação de infraestrutura básica					
19	Capacitação técnica dos agentes do setor habitacional	X	X	X		X
20	Revisão e atualização de cadastro municipal	X	X	X		



2.3. Etapas, Responsáveis e Parceiros

O **Quadro 04** se destina a fazer o detalhamento dos programas necessários para a implementação do plano. Portanto todos os programas serão criados a partir do PMHIS. Assim, procurou-se detalhar as ações previstas, especificando os responsáveis por garantir sua realização, recursos e fontes de financiamento. Para tanto foi consultado o Quadro 23 (Diagnóstico Habitacional): Síntese dos Programas e Fontes de financiamento habitacional, neste quadro é possível visualizar os programas, recursos e fontes de financiamento oneroso e não-oneroso, servindo de instrumento para a gestão de uma política habitacional do município. Quanto ao órgão responsável e órgãos parceiros, o GTL recorreu novamente ao Diagnóstico, onde consultou o Quadro 26: da estrutura organizacional, este apresenta a estrutura administrativa responsável pelo planejamento e gestão da política habitacional no município, assim pode definir qual secretaria e/ou entidade seria capaz de gerir os recursos relacionados à habitação.

O município de Itaguaru direcionou seus programas e/ou ações à Secretaria de Assistência Social como órgão responsável pela execução destes e conta ainda com o apoio das demais secretarias, principalmente o Departamento de obras.

Esses programas serão encaminhados à Câmara Legislativa do município, devendo atender as famílias de baixa renda (0 a 3 SM), e serão contemplados em rubricas específicas do FEHIS e FMHIS. Todos os Programas exigem ações por parte do poder público para realizar parcerias com o Governo Estadual e União e buscar recursos junto ao M.Cidades (PAC,MCMV), FUNASA, Sec.Cidades, AGEHAB, entre outros.



Quadro 04. Programas e Ações – Detalhamento e Funcionamento

Programa	Objetivos	Ações Previstas	Fontes de Financiamento	Órgão Responsável	Órgãos Parceiros/Entidades
Meu Sonho Minha Vida	Construção de 169 moradias, sendo 148 urbanas e 21 na área rural + 546 da demanda futura	Urbanização; Aquisição ou Produção de unidades de moradia; Aquisição ou Produção de lotes urbanizados; Apoio à produção habitacional de iniciativa popular; Estruturação/Fortalecimento do setor habitacional do município; Revisão e atualização de cadastro municipal.	M.Cidades(MCMV,PAC), FNHIS,FUNASA, Sec.Cidades, FEHIS,AGEHAB,FMHIS	Secretaria de Assistência Social.	Departamento de obras, Secretaria de administração, AGEHAB, MCIDADES
Viver Melhor	Ampliação de 42 moradias urbanas para famílias com densidade excessiva; Reforma e ampliação de 60 moradias de placas em estado precário.	Melhorias habitacionais; Fortalecimento da economia familiar; Promoção de inserção cultural e sociocomunitária das famílias; Urbanização; Revisão e atualização de cadastro municipal; Estruturação/Fortalecimento do setor habitacional e da administração do município;	M.Cidades(MCMV,PAC), FNHIS,Sec.Cidades, FEHIS,AGEHAB,FMHIS, FUNASA	Secretaria de Assistência Social.	Departamento de Obras, Sec. de Administração, AGEHAB, MCIDADES
Meu Imóvel	Regularizar a documentação de 394 domicílios da área urbana.	Regularização Urbanística e Fundiária; Articulação interna (entre setores da prefeitura) e externa (com agentes públicos e privados); Revisão e atualização de cadastro municipal.	Sec.Cidades,FEHIS,AGEHAB	Secretaria de Assistência Social.	Sec. de Administração, Assessoria Jurídica, AGEHAB
Programa Assistência Técnica	Oferecer assistência técnica gratuita nos empreendimentos HIS	Promoção de inserção cultural e sociocomunitária das famílias; Estruturação/Fortalecimento do setor habitacional e da administração do município; Capacitação técnica dos agentes do setor habitacional.	MCidades	Secretaria de Administração	Secretaria de Assistência Social, Sec. de Administração AGEHAB
Programa de desenvolvimento institucional	Elaboração de Lei de Zoneamento Urbano (criação de ZEIS), Uso do Solo e Parcelamento Urbano.	Estruturação/Fortalecimento do setor habitacional e da administração do município; Revisão/elaboração de normas e planos; Organização, sistematização e tratamento de informações; Fortalecimento dos canais de participação social; Articulação interna (entre setores da prefeitura) e externa (com agentes públicos e privados);	MCidades	Câmara Municipal	Secretaria de Assistência Social, Administração e Assessoria Jurídica.



2.4. Prioridades de Atendimento

Após a definição dos programas e ações, o GTL com auxílio do atores estratégicos e representantes da comunidade local, procurou indicar as prioridades de atendimento, portanto, para cada programa e ação foram indicadas a demanda prioritária a ser atendida. Foram consideradas a gravidade dos problemas e a vulnerabilidade da população. O **Quadro 05** apresenta uma síntese de critérios para priorização de programas e ações, como sugestões para utilização no plano do município. O **Quadro 06** – Programas e Ações – Prioridades de Atendimento – enquadra os programas habitacionais de acordo com os critérios de atendimento selecionados e descreve as áreas prioritárias para receber investimentos.

O município de Itaguaru sistematizou os problemas habitacionais em três programas específicos e em todos foi estabelecida uma ordem de prioridades para o atendimento às famílias com renda familiar de até 3 SM e segue outros critérios como se pode verificar no Quadro 06. O Programa Meu Sonho Minha Vida irá atender ao déficit habitacional, construindo novas moradias nas áreas urbana e rural. O Programa Viver Melhor visa ampliar as 42 moradias urbanas com densidade excessiva e reformar as 60 moradias de placas em estado precário. O Programa Meu Imóvel beneficiará as 394 moradias urbanas com a regularização urbanística e fundiária.



Quadro 05. Síntese de critérios para priorização de programas e ações

Lista de Critérios
Quanto ao perfil socioeconômico da população
Famílias com renda mensal de até 3 SM
Famílias com renda mensal de 3 SM até 5 SM
Famílias com renda mensal de mais de 5 SM
Famílias chefiadas por mulheres
Famílias com idosos e/ou pessoas deficientes
Famílias de origem indígena
Famílias quilombolas
Outros (especificar)
Quanto às características da localização
Domicílios situados em áreas de risco
Domicílios situados em áreas com precariedade de infraestrutura
Loteamentos irregulares ou clandestinos
Favelas
Conjuntos habitacionais irregulares
Cortiços
Domicílios situados em APP ou áreas de interesse ambiental
Assentamentos precários em áreas públicas
Assentamentos precários em áreas privadas
Outros (especificar)
Outra(s) categoria(s) de critérios

Quadro 06. Programas e Ações – Prioridades de Atendimento

Programa	Prioridades de Atendimento	Áreas Prioritárias para Receber Investimentos
Meu Sonho Minha Vida	1º Famílias com renda mensal de até 3 S.M.; 2º Famílias chefiadas por mulheres; 3º Famílias com coabitação familiar;	1. Área pública municipal com área de 68.400m ² e capacidade de abrigar 112 u.h.; 2. Área particular, ao lado do Setor Donizete, de 48.000m ² com capacidade de abrigar 135 u.h.
Viver Melhor	1º Famílias com renda mensal de até 3 S.M.; 2º Famílias chefiadas por mulheres; 3º Famílias com idosos ou pessoas deficientes;	1. Reforma e ampliação das 60 casas de placas em estado precário da Vila Mutirão; 2. Ampliação das 42 casas com densidade excessiva nos bairros Central, Sebastião Isaías, Donizete, São Sebastião, Itaguá, Santo Antônio e Sólton Batista;
Meu Imóvel	1º Famílias chefiadas por mulheres; 2º Famílias com idosos ou pessoas deficientes; 3º Famílias com maior número de filhos.	Imóveis disseminados por todos os bairros da área urbana.

2.5. Metas, Recursos, Fontes de Financiamento e Cenários.

Para estabelecer as metas dos programas, recursos, fontes de financiamento dos programas e construir cenários de investimentos no setor habitacional, é preciso, antes, estimar os custos totais para atendimento das necessidades habitacionais e da demanda futura.

Para efetuar a estimativa de custos o GTL realizou pesquisas no comércio local, junto aos profissionais da área de construção civil. Os valores estimados no **Quadro 07** correspondem às estimativas de custos para atendimento das necessidades habitacionais que relaciona o montante de investimentos que o município precisará aplicar para tratar dos problemas e questões identificadas a partir do diagnóstico habitacional.

Quadro 07. Estimativas de custos para atendimento das necessidades habitacionais acumuladas e da demanda futura

Produto Habitacional	Custos Médios para o Município				
	Quantidade	Terreno	Construção/ Execução	Estudos e Projetos (3%)	Total
Unidade Sanitária	-	-	-	-	-
Material de Construção para Ampliação e Reforma (Melhorias Habitacionais) - 1 quarto 12m ²	42	-	9.000,00	-	378.000,00
Unidade Habitacional (40 m ²)	148+546*	8.000,00	36.000,00	1.080,00	6.671.840,00 + 24.613.680,0
Unidade Habitacional em Área Rural	21	-	36.000,00	1.080,00	778.680,00
Produção de Lote Urbanizado	148+546*	-	1.000,00	30,00	152.440,00 + 562.380,00
Recuperação de conjunto habitacional (reforma e ampliação)	60	-	12.000,00	-	720.000,00
Regularização Fundiária de imóveis	394	-	830,00	-	327.020,00
Pavimentação de ruas	-	-	-	-	-
P.T.T.S. (Projeto de Trabalho Técnico Social)	169+546*	-	300,00	-	50.700,00 + 163.800,00
Elaboração de Leis Urbanísticas	02	-	7.000,00	-	7.000,00
Contratação de Assistência Técnica de um engenheiro ou arquiteto	01	-	R\$ 42.000,00 ao ano	-	R\$ 42.000,00 ao ano

*Demanda futura



O Quadro síntese - 8, 9 e 10 – Cenários Conservador e Otimista refere-se aos custos estimados para o atendimento das necessidades habitacionais acumuladas e da demanda futura. Os números foram comparados com o investimento recente em habitação no Município para a montagem do primeiro cenário de investimento que será um **cenário conservador**. Neste cenário, considerou-se os investimentos realizados nos últimos anos e que serão mantidos no mesmo patamar durante o período de vigência do PMHIS, ou seja, 2012 a 2023. É possível visualizar que as necessidades habitacionais não serão totalmente atendidas podendo ser agravadas ao longo do tempo, se os recursos destinados permanecerem como nos últimos anos.

Para o **cenário otimista** considerou-se os investimentos a partir da Proposta de Emenda Constitucional (PEC- 285/08), conhecida como PEC da Moradia Digna, que prevê 1% do orçamento geral do município para habitação. Deste modo, foi verificada a média orçamentária dos últimos quatro anos e a partir desse valor estimou-se 1% ao ano para ser destinado à construção de UHIS. Nesse cenário é possível verificar que as necessidades habitacionais poderão ser sanadas ainda no período de vigência do PMHIS.

Na composição do Cenário Conservador e Otimista levou-se em consideração a participação dos municípios com até 5% do valor dos investimentos em habitação, para o Estado seriam 5 vezes mais esse valor e à União caberia 14 vezes a mais o valor dos investimentos.

Considerando os investimentos nos dois cenários – conservador e otimista – é possível vislumbrar o investimento necessário para se atacar o passivo habitacional existente e atender a demanda futura.

Quadro 8 – Previsão de recursos para implementação do PMHIS – 2012-2023.

<i>Esfera de Governo</i>	<i>Composição do investimento em % (*)</i>	<i>Fontes</i>	<i>Cenário Conservador</i> (recurso destinado à construção de unidades habitacionais)	<i>Cenário Otimista</i> (recurso destinado à construção de unidades habitacionais)
Município	5%	Orçamento, FMHIS	PPA (2010 a 2013)= R\$272.000,00 Média anual: R\$ 272.000,00 ÷ 4 =R\$ 68.000,00 Estimativa para o período de 2012 a 2023: R\$ 68.000,00 x 12= 816.000,00	1% do orçamento municipal anual (PEC da Moradia Digna) Orçamento Municipal (média 2007 -2010): R\$ 7.268.277,00 x 1% = R\$ 72.682,77 (anual) Estimativa para o período de 2012 a 2023: R\$ 72.682,77 x 12 anos = R\$ 872.193,24
Estado	25%	OGE/FEHIS/AGEHAB /CIDADES/AGDR	5 x R\$68.000,00 = 340.000,00(anual) Estimativa para o período de 2012 a 2023: R\$ 340.000,00 x12= 4.080.000,00	5 x R\$ 72.682,77 = R\$ 363.413,85 (anual) R\$ 363.413,85 x 12 anos = R\$ 4.360.966,20
União	70%	OGU/FNHIS/SNHIS (FGTS, FDS, SBPE)	14 x R\$68.000,00=952.000,00 (anual) Estimativa para o período de 2012 a 2023: R\$ 952.000,00 x 12= 11.424.000,00	14 x R\$ 72.682,77 = R\$ 1.017.558,78 (anual) R\$ 1.017.558,78 x 12 anos = R\$ 12.210 705,36
Total Geral			R\$ 1.360.000,00 (anual) Estimativa para o período de 2012 a 2023: R\$ 16.320.000,00	R\$ 1.453.655,40 (anual) Estimativa para o período de 2012 a 2023: R\$ 17.443.864,80

(*) O MCidades estabelece como percentuais para as contrapartidas no investimento habitacional os valores definidos nos Protocolos de Cooperação Federativa firmados com a União, ou percentuais considerando a capacidade financeira da respectiva unidade beneficiada e seu Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, tendo como limite mínimo: de 2% a 8% municípios com IDH de 0,5 a 0,7; e de 20% para municípios com IDH maior que 0,7 (Fonte: Manual de instruções para aprovação e execução dos Programas e Ações do Ministério das Cidades inseridos no PAC – Exercício 2010/2011).



No **Quadro 11** – “Cronograma de implementação do PMHIS”, foi possível indicar as prioridades para a implementação por etapa do plano municipal. Para tanto, o GTL procurou distribuir os programas e ações ao longo do período de vigência proposto para o Plano Municipal de Habitação de Interesse Social, ou seja, prevê-se que esse plano terá vigência de 12 anos, ou seja, de 2012 a 2023, seguindo o mesmo prazo de vigência do PLANHAB. Nesse quadro é possível visualizar se as previsões para um ou outro período não estão excessivamente sobrepostas e ainda auxilia na definição das metas possíveis de serem alcançadas em cada período. Foi estabelecido também, que ações iguais foram previstas e distribuídas em momentos diferentes no cronograma.

Os Programas criados pelo GTL para o atendimento das necessidades habitacionais do município visam o atendimento às famílias de baixa renda considerando um prazo de 12 anos, ou seja, foram criados programas e ações que visam a construção de moradias, urbanização, melhorias, reformas, construção de unidades sanitárias, regularização fundiária e obras de infraestrutura no período de 2012 a 2023, totalizando um orçamento previsto para a área da habitação no município de R\$ 22.259.610,00 (vinte e dois milhões, duzentos e cinquenta e nove mil e seiscentos e dez reais).

O **Meu Sonho Minha Vida** tem o objetivo de solucionar o déficit habitacional de Itaguaru com a construção de 715 moradias para famílias de baixa renda. Para a implementação do programa foram previstas quatro etapas. As Etapas A e B prevêem a construção de 148 moradias na área urbana, nos anos de 2012/2013 e 2016/2017, com previsão de custo total no valor de R\$ 6.868.680,00. A Etapa C prevê a construção de 21 moradias na área rural a ser realizada no ano de 2018, com previsão de custo no valor de R\$ 784.980,00. A Etapa D prevê a construção de 546 moradias da demanda futura, executada por etapas, sendo 91 no ano de 2014/2015, 91 no ano de 2018/2019 e 91 no ano de 2022/2023, no valor total de R\$ 12.669.930,00.

O **Programa Viver Melhor** visa a ampliação de 42 moradias urbanas e reforma de 60 casas de placas em estado precário. Este programa foi dividido em duas etapas. A Etapa A prevê a ampliação das 42 moradias a ser realizada no ano de 2015, no valor de R\$ 378.000,00. A Etapa B prevê a reforma das 60 casas de placas a ser realizada no ano de 2019, no valor de R\$ 720.000,00.



O **Programa Meu Imóvel** tem como meta implementar a Regularização de 394 domicílios na área urbana. Para a sua efetivação foram previstas duas etapas. Cada uma prevê a Regularização fundiária urbana de 197 moradias, previstas para os anos de 2020 e 2021 com previsão de gasto total no valor de R\$ 327.020,00.

O **Programa de Desenvolvimento Institucional** tem como objetivo a criação de leis urbanísticas para melhor organização do território municipal e regulamentação das atividades edilícias, previsto para o ano de 2014 com previsão de gasto total no valor de R\$ 7.000,00.

O **Programa de Assistência Técnica** visa a contratação de arquiteto ou engenheiro para oferecer assistência técnica na construção de novas unidades e/ou melhoria a todas as famílias com renda até 3 S.M, com previsão de gasto no valor de R\$ 42.000,00 ao ano.

Quadro 11. Cronograma de implementação do PMHIS



PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL DE ITAGUARU



OBIETIVO	PROGRAM A	ETAPA PREVISTA	AÇÕES	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023		
Construção de 169 moradias, sendo 148 urbanas e 21 na área rural + 546 da demanda futura	Meu Sonho Minha Vida	Etapa A: Construção de 60 casas urbanas	Ação A: Urbanização	60x1.030,00 61.800,00													
			Ação B: Construção		60x45.080,00 2.704.800,00												
			Ação C: P.T.T.S.		60x300,00 18.000,00												
		Etapa B: Construção de 88 casas urbanas.	Ação A: Urbanização						88x1.030,00 90.640,00								
			Ação B: Construção							88x45.080,00 3.967.040,00							
			Ação C: P.T.T.S.							88x300,00 26.400,00							
		Etapa C: Construção de 21 casas rurais.	Ação A: Construção									21x37.080,00 778.680,00					
			Ação B: P.T.T.S.									21x300,00 6.300,00					
		Etapa D: Construção de 546 casas da demanda futura por etapa	Ação A: Urbanização				91x1.030,00 93.730,00					91x1.030,00 93.730,00				91x1.030,00 93.730,00	
			Ação B: Construção						91x45.080,00 4.102.280,00				91x45.080,00 4.102.280,00				91x45.080,00 4.102.280,00
			Ação C: P.T.T.S.						91x300 27.300,00				91x300 27.300,00				91x300 27.300,00
		TOTAL DO PROGRAMA				61.800,00	2.722.800,00	93.730,00	4.129.580,00	90.640,00	3.993.440,00	878.710,00	4.129.580,00	-	-	93.730,00	4.129.580,00



PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL DE ITAGUARU



Ampliação de 42 moradias urbanas; Ampliação e reforma de 60 moradias de placas em estado precário.	Viver Melhor	Etapa A: Ampliação de 42 moradias urbanas	Ação A: Ampliação das moradias				42x9.000,00 378.000,00								
		Etapa B: Recuperação de conjunto habitacional VI. Mutirão	Ação A: Ampliação e reforma das 60 moradias de placas									60x12.000,00 720.000,00			
TOTAL DO PROGRAMA				-	-	-	378.000,00	-	-	-	720.000,00	-	-	-	-

Continuação... Quadro 11. Cronograma de implementação do PMHIS

OBJETIVO	PROGRAMA	ETAPA PREVISTA	AÇÕES	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Regularizar a documentação de 394 domicílios da área urbana	Meu Imóvel	Etapa A: Regularizar a documentação de 197 domicílios da área urbana	Ação A: Regularização fundiária urbana									197x830,00 163.510,00			
		Etapa B: Regularizar a documentação de 197 domicílios da área urbana	Ação A: Regularização fundiária urbana											197x830,00 163.510,00	
TOTAL DO PROGRAMA				-	-	-	-	-	-	-	-	163.510,00	163.510,00	-	-



Oferecer Assistência Técnica p/ famílias com renda até 3 S.M.	Assistência Técnica	Etapa A: Contratação de engenheiro ou arquiteto	Ação A : Assistência Técnica do profissional contratado	42.000,00	42.000,00	42.000,00	42.000,00	42.000,00	42.000,00	42.000,00	42.000,00	42.000,00	42.000,00	42.000,00	42.000,00
TOTAL DO PROGRAMA				42.000,00	42.000,00	42.000,00	42.000,00	42.000,00	42.000,00	42.000,00	42.000,00	42.000,00	42.000,00	42.000,00	42.000,00
Criação de Leis Urbanísticas	Desenvolvimento o Institucional	Etapa A: Criação da Lei de Zoneamento, Uso do Solo e Parcelamento Urbano	Ação A : Elaboração das leis	-	-	7.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DO PROGRAMA				-	-	7.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL GERAL DOS PROGRAMAS				103.800,00	2.765.800,00	142.730,00	4.549.580,00	132.640,00	4.035.440,00	920.710,00	4.891.580,00	205.510,00	205.510,00	135.730,00	4.171.580,00

2.6. Localização onde incidirá as ações da Política Habitacional

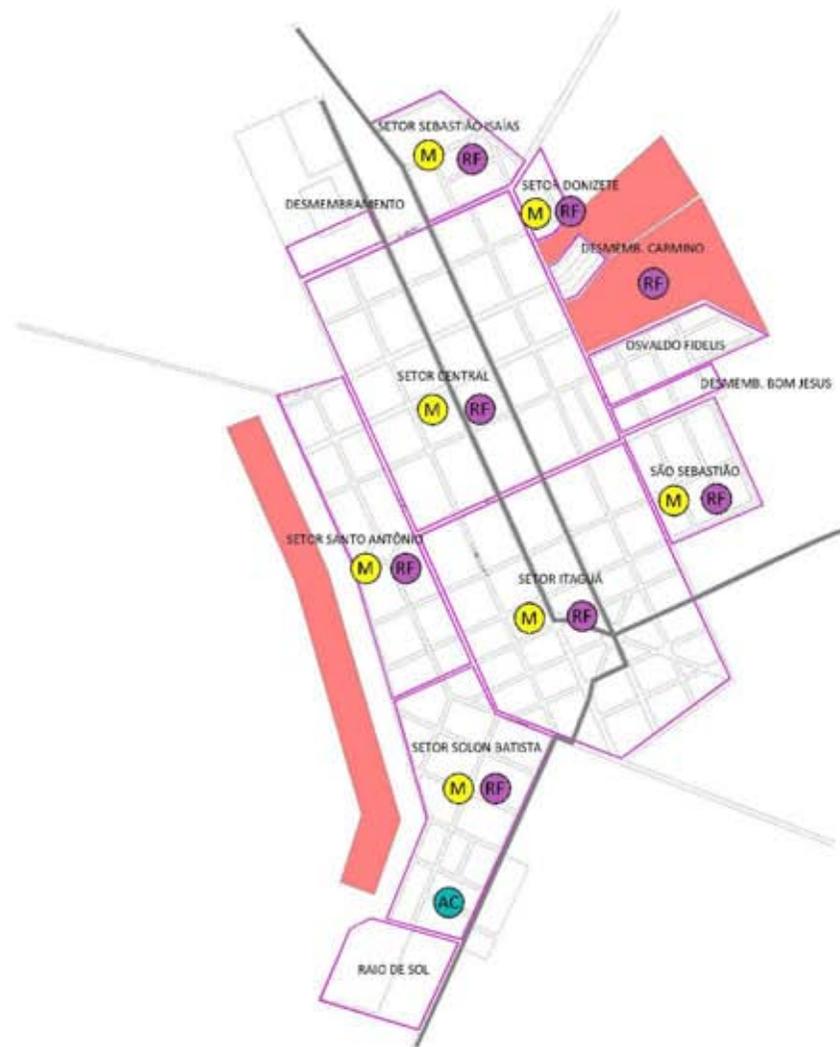
Além de compreender o processo de ocupação do território, quantificar as necessidades habitacionais e identificar os assentamentos precários no município, o GTL indicou no mapa, as áreas onde as ações e programas incidirão. Deste modo, além levantar a quantidade de unidades habitacionais a serem construídas no período de vigência do plano, foi explicitado em um mapa onde essas novas unidades serão construídas.



O **Mapa 01**: Mapa das ações propostas – é a representação gráfica que demonstra onde incidirão as propostas do PMHIS, contendo a área destinada à produção de HIS, gravadas ou não como ZEIS, promoção de infraestrutura, melhorias habitacionais, assentamento a ser consolidado, área para regularização fundiária entre outros. Ver **Mapa 01** a seguir.

MUNICÍPIO DE ITAGUARU - GO

Mapa das estratégias de ação



PMHIS

Mapa das estratégias de ação

ANTÔNIO LEONEL FILHO
PREFEITO

Responsável Técnico:
AGENCIA GOIANA DE HABITAÇÃO

LEGENDA

- UNIDADES DE BARRIO
- ESTRUTURA VIÁRIA PRINCIPAL
- ÁREA DESTINADA À REALIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PROGRAMADOS
- ÁREA DESTINADA À PRODUÇÃO DE IMÓVEIS EM CONDOMÍNIOS
- IMÓVEIS VAZIOS/SUBUTILIZADOS DESTINADOS À PRODUÇÃO DE HIS
- M MELHORIAS HABITACIONAIS
- AC ASSENTAMENTO A SER CONSOLIDADO
- RF REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
- A/E BEAS PRODUÇÃO DE IMÓVEIS EM LOTEAMENTOS

AVT - ÁREA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL
(as áreas são protegidas, preservadas e não são de ocupação
civil, a fim de garantir a qualidade ambiental e a saúde pública, de acordo com a Lei 7.800 de 22 de agosto de
1989.)

Folha:
01/01

Tipo de Sinalização: GOOGLE EARTH Data: 10/10/11 Escala: 1/5000

2.7. Indicadores e estratégias de monitoramento, avaliação e revisão do PMHIS

O PMHIS deverá ser monitorado desde o primeiro momento de sua implantação, o que exige a estruturação mínima de sistema de informações, e mecanismos de participação da sociedade com o objetivo de acompanhar os resultados da política habitacional.

Os indicadores são os instrumentos utilizados para medir o desempenho de programas e ações. Para tanto é necessário monitorar se as ações e programas foram implantadas e atingidas, dentro de um período de quatro anos pré estabelecido. Devendo assim ser analisado conforme o **Quadro 12**: indicadores para monitoramento – sendo que a **eficácia** avalia quando o número estabelecido pelas ações e/ou programas, estipulados no **Quadro 11**, foram atendidas de modo satisfatório, neste caso, mais de 80%. Depois deve ser observada a **eficiência**, onde se verifica se o custo estimado foi o mesmo gasto na execução do programa e por último deve se monitorar a **efetividade** verificando qual o percentual da população com renda de até 3 SM foi atendido gerando a evolução geral do bem estar social e das condições e necessidades habitacionais.

As metas estabelecidas no PMHIS foram previstas para um período de 12 anos.

O **Programa Meu Sonho Minha Vida** prevê a oferta de 169 moradias às famílias em situação de vulnerabilidade social e ainda estão previstas 546 moradias da demanda futura. A previsão é de 151 moradias entre 2012 e 2015, construção de 200 moradias entre 2016 e 2019 e ainda 91 moradias entre 2020 e 2023.

O **Programa Viver Melhor** prevê a ampliação de 42 moradias com adensamento excessivo entre os anos de 2012 e 2015 e reforma e ampliação de 60 moradias de placas no período de 2016 a 2019.

O **Programa Meu Imóvel** tem como meta para o período de 2020 a 2023 a Regularização fundiária de 394 moradias na área urbana.

O **Programa de desenvolvimento institucional** tem como meta para o ano 2014 a criação das leis urbanísticas para o município.

Quadro 12. Indicadores para monitoramento

Programa	Metas				Indicadores								
	2012-2015	2016-2019	2020-2023	Total	Eficácia (Meta)			Eficiência (Meta / custo)			Efetividade (Meta/ prioridade)		
					2015	2019	2023	2015	2019	2023	2015	2019	2023
Meu Sonho Minha Vida	60 u.h. + 91 u.h.*	109 u.h. + 91 u.h.*	91 u.h.*	169 u.h. + 546 u.h.*	151 u.h.	200 u.h.	91 u.h.	151 u.h. R\$7.007.910,0	200 u.h. R\$9.092.370,0	91 u.h. R\$4.223.310,0	151 u.h. Famílias chefiadas por mulheres; família em coabitação familiar	200 u.h. Famílias chefiadas por mulheres; famílias em coabitação familiar	91 u.h. Famílias chefiadas por mulheres; famílias em coabitação familiar
Meu Imóvel			394 imóveis regularizados	394 imóveis regularizados			394 imóveis regularizados			394 imóveis regularizados R\$327.020,00			394 imóveis regularizados Famílias chefiadas por mulheres; famílias com idosos/deficiente
Viver Melhor	Ampliação de 42 moradias com adensamento excessivo			Ampliação de 42 moradias com adensamento excessivo	Ampliação de 42 moradias com adensamento excessivo			Ampliação de 42 moradias com adensamento excessivo R\$378.000,0			Ampliação de 42 moradias com adensamento excessivo		
		Ampliação e reforma de 60 casas de placas		Ampliação e reforma de 60 casas de placas		Ampliação e reforma de 60 casas de placas			Ampliação e reforma de 60 casas de placas R\$720.000,0			Ampliação e reforma de 60 casas de placas Famílias chefiadas por mulheres; famílias com idosos/deficiente	
Desenvolvimento Institucional	Criação das Leis Urbanísticas			Criação das Leis Urbanísticas	Criação das Leis Urbanísticas			Criação das Leis Urbanísticas R\$7.000,00			Criação das Leis Urbanísticas para o município		
Assistência Técnica	O arquiteto ou engenheiro contratado pela prefeitura irá acompanhar as ações que envolvem a construção de U.H. ou melhorias habitacionais durante o período de 2012 a 2023.				-	-	-	-	-	-	-	-	-

*Demanda futura



O Conselho Gestor do FMHIS deverá observar se esses programas e ações foram eficazes no cumprimento do número total previsto, se foram eficiente quanto ao orçamento previsto para cada período e se obtiveram eficiência ao beneficiar as famílias carentes do município de acordo com as prioridades previamente estabelecidas.

Recomenda-se que o monitoramento seja realizado no primeiro ano de cada mandato para se fazer os devidos ajustes ao PPA. É possível também que determinados programas alcancem suas metas totais antes do prazo previsto para o PMHIS como um todo.

O processo de avaliação e monitoramento deve envolver os diversos órgãos da administração municipal, em especial os que desenvolvem atividades relacionadas ao PMHIS, e a sociedade civil, tais como: Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (CGFMHIS) e a comunidade local.

Além dessas revisões no PPA é necessário prever outros momentos e instâncias, em intervalos mais curtos de tempo para revisões do Plano, determinados no **Quadro 13** – Estratégia para avaliação e revisão do PMHIS.

O Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social sob a presidência da Secretaria Municipal de Assistência Social irá convocar reuniões duas vezes ao ano para apreciar a execução das ações previstas no PMHIS, podendo estabelecer diretrizes e fixar critérios para a priorização de linhas de ação, alocação de recursos do FMHIS e atendimento dos beneficiários dos programas habitacionais, observando o disposto na Lei 429/2010.

Quadro 13. Estratégia para avaliação e revisão do PMHIS

Instância de Participação e Controle Social	Participantes	Periodicidade	Observações
Grupo de Trabalho Local - GTL e assistência social	Todos os membros	Reuniões constantes para revisão e complementação do PMHIS	O Conselho Gestor deverá se reunir em caráter ordinário para avaliação da execução das obras previstas no PMHIS.
Conselho Gestor do FMHIS	Todos os membros	2 reuniões semestrais	
Comunidade Local – Audiência Pública	População, Conselho FMHIS, GTL e autoridades	1 reunião no final do semestre	
Monitoramento do PMHIS	Representantes da sociedade civil (entidades de classe)	Primeiro ano de cada mandato	Monitoramento do Plano e revisão a cada ano de elaboração do PPA.

3. RELATÓRIO DAS ATIVIDADES REALIZADAS

6ª Oficina de Capacitação – Estratégias de Ação – Produto 3

A 6ª Oficina de Capacitação – Estratégias de Ação – Produto 3 ocorreu nos dias 14 e 15 de abril/11. A abertura do evento ocorreu no auditório da CELG, contando com a presença de autoridades municipais, prefeitos, vereadores, secretários e governamentais representada pelo Excelentíssimo vice-governador e presidente da CELG, senhor José Eliton, pelo presidente da AGEHAB, senhor Marcos Abrão Roriz, pelo secretário da cidades senhor Armando Virgílio e outras autoridades que se fizeram presentes.

No primeiro momento os prefeitos realizaram a assinatura dos Termos de Aditivo aos Convênios de Cooperação Técnica dos municípios com a AGEHAB, em seguida foi ministrada uma palestra sobre Estratégias de Ação pelo IBAM.

No segundo momento, realizado na PUC (Pontifícia Universidade Católica), os membros do GTL puderam expor o conteúdo 3 do Diagnóstico Habitacional em sala de aula, juntamente com as tutoras de cada município. No dia 15/04 no mesmo local, as atividades foram todas voltadas à orientação presencial aos GTLs dos municípios do Território da Cidadania, Participação Plena e Participação Especial, na qual foi dada orientação sobre o conteúdo relacionado às Estratégias de Ação para compor o Produto 3 do PMHIS.

O objetivo da atividade foi orientar os integrantes do GTL, especialmente sobre a elaboração dos quadros que compõem o roteiro da 6ª oficina. As técnicas da Agehab, Aline Spirandelli (arquiteta) e Cristiane Fonseca (Socióloga) com apoio da equipe do IBAM apresentaram os conteúdos do roteiro orientando os representantes do GTL quanto às diretrizes gerais sobre as Estratégias de Ação do PMHIS, consolidação das informações do Diagnóstico Habitacional, formulação das Estratégias de Ação e elaboração do documento final - Produto 3.

Dos 31 municípios do Território da Cidadania, compareceram 27, os demais receberam orientação presencial das tutoras em seus municípios.





Figura 01: Equipe do IBAM na capacitação às tutoras da AGEHAB para a 6ª oficina



Figura 02:Presidente da AGEHAB e autoridades governamentais na abertura da 6ª oficina



Figura 03 : Assinatura dos Termos Aditivos dos Convênios de Cooperação Técnica dos municípios com a AGEHAB



Figura 04 : 6ª Oficina – Prefeitos e GTLs dos municípios.



Figura 05 : Sala de aula - Capacitação do GTL



Figura 06 : Participação do IBAM na 6ª Oficina.



Figura 07: Sala de aula - Capacitação do GTL – Presença do Presidente e Diretores da AGEHAB.



Figura 08: Sala de aula - Capacitação do GTL – Presença do IBAM



Assessoria técnica da AGEHAB

Após a 6ª oficina de capacitação realizada nos dias 14 e 15 de abril/11, a equipe técnica da AGEHAB, Laila Loddi (Arquiteta) e Carla Gioconda (Pedagoga), capacitou o GTL do município de Itaguaru, de forma a nivelar o conhecimento oferecido na capacitação da AGEHAB com os demais técnicos, componentes do GTL e CGFMHIS, no dia 02/06/11. As atividades iniciaram às 09:30 horas, com a presença dos membros do GTL Senhor (a) Marília, Elisson e Heleni. Inicialmente foram tratadas as questões sobre o diagnóstico habitacional, confirmando e reavaliando as informações contidas no Produto 02. Foi ressaltada a importância das reuniões públicas para a elaboração do PMHIS e orientado o GTL sobre a realização das mesmas com a participação popular e dos membros do Conselho Gestor do FMHIS.

Em seguida foram feitas as orientações e coleta de informações para o preenchimento dos Quadros 01,02,03,04,06,07,11,12 e 13 e também foi feita a elaboração gráfica das ações propostas do Produto 3 no mapa da cidade.



Figura 9: Capacitação dos membros do GTL e CGFMHIS, em Itaguaru.



Figura 10: Capacitação dos membros do GTL e CGFMHIS, em Itaguaru.

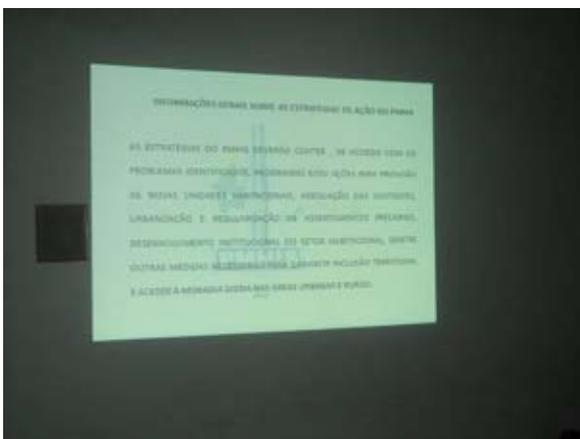
Audiência Pública

No dia 22 de outubro/11, às 19:30h, no Plenário da Câmara Municipal, o GTL de Itaguaru realizou a Audiência Pública para validação das propostas de Estratégias de Ação do Produto 3 do PMHIS. Reuniram-se o GTL do município, secretários municipais, vereadores, membros do Conselho Gestor do FMHIS, prefeito municipal e membros da comunidade local. Sob a coordenação da Sra. Marília Andrade, foi dado início à reunião pública. Inicialmente foi

explicado o passo a passo para elaboração do PMHIS ao público presente e seguiu-se apresentando o conteúdo do Produto 3: Estratégias de Ação. A Coordenadora do GTL explicou o quadro síntese do Diagnóstico Habitacional do município e em seguiu detalhou sobre as Estratégias de Ação que serão tomadas para o enfrentamento das necessidades habitacionais para as famílias carentes do município. O GTL se utilizou de apresentação em mídia demonstrando os dados nas planilhas e mapas para melhor visualização do público. Após a apresentação abriu-se ao debate, contribuições e questionamentos.

Após a Audiência foi realizada a reunião com o Conselho Gestor do FMHIS, para aprovação final do Plano de Habitação de Interesse Social. Este foi validado por todos os conselheiros, que assinaram lista de presença e a Resolução nº 01/2011, assinada pela presidenta do Conselho, senhora Célia de Barros.

Segue registro fotográfico da Reunião Pública e do Conselho e em anexo Ata, lista de assinaturas, convites, ofícios e edital para divulgação do evento.





Figuras 11,12,13,14 e15 : Audiência Pública – Produto 3: Estratégias de Ação.





Figuras 16,17,18 e19 : Reunião com o Conselho Gestor do FMHIS para validação do PMHIS.

REFERÊNCIAS

MINISTÉRIO DAS CIDADES. In: www.cidades.gov.br/habitacao. Vários - acesso 2011/2012.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. In: www.mds.gov.br/bolsafamilia/cadastrounico. **Relatório de Informações Sociais do Bolsa Família e do Cadastro Único**. Acesso em setembro de 2011.

ROSA, J. S. e DENALDI, R. (Coord.) **Curso à Distância: Planos Locais de Habitação de Interesse social (EAD-PLHIS)**. Ministério das Cidades/Secretaria Nacional de Habitação. Brasília, 2009.

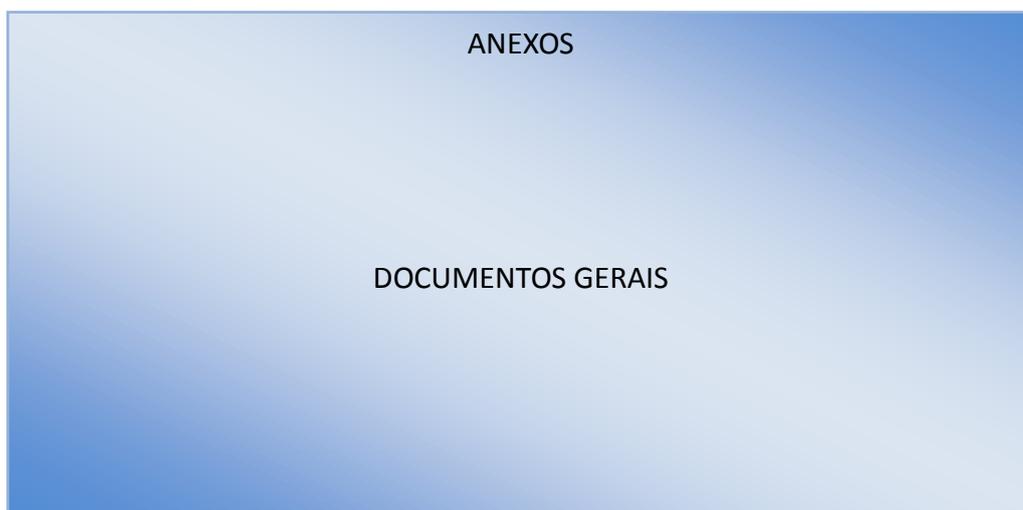
IBGE. **Censo 2010**. In: www.censo2010.ibge.gov.br Acesso em janeiro de 2012.

Governo de Goiás/SEGPLAN. **Perfil Socioeconômico dos Municípios Goianos**. In: www.seplan.go.gov.br/sepim. Acesso em dezembro de 2011.

Presidência da República/Casa Civil. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**. In: www.planalto.gov.br/civil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm



ANEXOS



DECLARAÇÃO DE PUBLICIDADE PARA ELABORAÇÃO DO PMHIS

Declaro para os devidos fins que o Prefeito Municipal de Itaguaru/Go, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta no convênio celebrado com a Agência Goiana de Habitação, com vistas ao apoio técnico e institucional à elaboração de planos municipais de Habitação de Interesse Social-PMHIS – nomeou o GTL (Grupo de Trabalho Local) pelo Decreto nº 1204/2010, com o objetivo de acompanhar a elaboração do Plano de Habitação do município, garantindo o cumprimento de todas as etapas previstas no Convênio supracitado e a participação popular durante todo o processo de elaboração do PMHIS. O GTL, em nome da prefeitura, promoveu ampla divulgação do Plano em todas as suas etapas junto à comunidade local, viabilizando a participação e integração da sociedade no processo de elaboração do PMHIS. Atesto que ocorreram diversas reuniões públicas e que a publicidade foi dada conforme o Plano de Comunicação descrito abaixo.

PUBLICIDADE DO PRODUTO 1: Proposta Metodologica				
Descrição do Local	Tipo de comunicação	Quantidade	Data de realização	Período de permanência
Prédio Prefeitura	Cartazes	02	20/08/2010	15 dias
CRAS – Centro de Reabilitação e Assistência Social	Cartazes	03	20/08/2010	15 dias
Supermercados: Supermil, Itabox e Bompreço	Cartazes	01	20/08/2010	15 dias
Panificadoras: Milenium e Vitória	Cartazes	02	20/08/2010	15 dias
Escola Mun. Belizarina Galdino de Oliveira	Cartazes	02	20/08/2010	15 dias
Escola Mun. Hans Paulo Prager	Cartazes	02	20/08/2010	15 dias
Escola Estadual Artur da Costa e Silva	Cartazes	02	20/08/2010	15 dias
Escola Estadual Dr. Ari Ribeiro Valadão Jr.	Cartazes	02	20/08/2010	15 dias

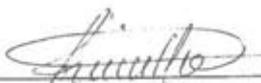
Secretaria de Saúde	Cartazes	01	20/08/2010	15 dias
Secretaria de Educação	Cartazes	01	20/08/2010	15 dias
Igreja Assembléia de Deus	Cartazes	04	20/08/2010	15 dias
Igreja São Sebastião	Cartazes	04	20/08/2010	15 dias
Fórum	Cartazes	02	20/08/2010	15 dias
Radio local – Nossa FM - 87,9	Spot de divulgação do PMHIS	10	20/08/2010	07 dias
Jornal Tribuna	Anúncio	01	20/08/2010	30 dias
Carro de som	Spot de divulgação	2h/dia	20/08/2010	06 dias
PUBLICIDADE DO PRODUTO 2: Diagnóstico Habitacional				
1º e 2º Conteúdos: Necessidades e ofertas habitacionais				
				
Prefeitura Municipal de Itaguaru	Panfletos	50	14 de fevereiro	3 dias
Ruas da Cidade	Carro de Som -Spot de divulgação	2h/dia	16 e 17 de fevereiro	2 dias
Escolas Municipais Hans Paulo e Belisarina	Panfletos	300	14 de fevereiro	3 dias
Escolas Estaduais Artur da Costa e Silva e Dr. Ary R. Valadão Filho	Panfletos	400	14 de fevereiro	3 dias
Secretaria Mun. de Assistência Social	Panfletos	100	14 de fevereiro	3 dias
Secretaria Mun. de Saúde	Panfletos	50	14 de fevereiro	3 dias
PSF I	Panfletos	50	14 de fevereiro	3 dias
PSF II	Panfletos	50	14 de fevereiro	3 dias
3º Conteúdo: Estrutura Institucional e Capacidade Administrativa				
Escolas Municipais Hans Paulo e Belisarina	Panfletos	300	12 de maio	6 dias
Prefeitura municipal	Planfletos	50	12 de maio	6 dias
Escolas Estaduais	Panfletos	450	12 de maio	6 dias

7.

Artur da Costa e Silva e Dr. Ary Ribeiro Valadão				
Ruas da cidade	Carro de som spots	2h/dia	16, 17 e 18 de maio	3 dias
Secretaria Mun. De Saúde	Panfletos	100	12 de maio	6 dias
Secretaria M. de Assistência Social	Panfletos	100	12 de maio	6 dias
PUBLICIDADE DO PRODUTO 3 - Estratégias de Ação				
Secretaria municipal de Saúde - PSF I / PSF II	Panfletos	150	18 de novembro	5 dias
Prefeitura Municipal de Itaguaru	Panfletos	50	18 de novembro	5 dias
Escolas Municipais Hans Paulo e Belisarina	Panfletos	300	18 de novembro	5 dias
Escolas Estaduais Artur da Costa e Silva e Dr. Ary Ribeiro Valadão Filho	Panfletos	500	18 de novembro	5 dias
Ruas da cidade	Carro de som - spots	2h/dia	21 e 22 de novembro	2 dias

Por ser verdade firmo a presente declaração.

Itaguaru, 21 de novembro de 2011



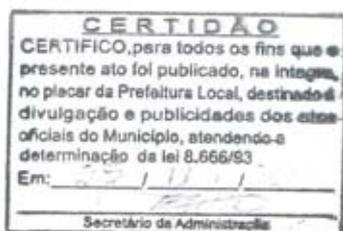
Antônio Leonel Filho
Prefeito Municipal de Itaguaru



PREFEITURA MUNICIPAL DE
ITAGUARU-GO
ADM. 2009/2012

CONSELHO GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
DE INTERESSE SOCIAL - FMHIS

RESOLUÇÃO Nº 01/2011, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2011.



Aprova o Plano Municipal de Habitação de Interesse Social – PMHIS, do município de Itaguara-Go.

O CONSELHO GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (FMHIS) DO MUNICÍPIO DE ITAGUARU, Estado de Goiás, na forma do artigo 1º, da Lei nº 429, de 05 de Março de 2010,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica aprovado, a partir da presente data, o Plano Municipal de Habitação de Interesse Social – PMHIS, do município de Itaguara-Go.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Itaguara-Go, 22 de Novembro de 2011.

CÉLIA PIRES DE BARROS

Presidente do Conselho Gestor do FMHIS



ANEXOS

PRODUTO 1: PROPOSTA METODOLÓGICA



Convite

A Prefeitura Municipal de Itaguaru, juntamente com o Grupo de Trabalho Local - GTL, convida a população à uma reunião que ocorrerá no dia 3 de setembro de 2010 às 19:00 h no Clube Social de Itaguaru, para apresentação do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social - PMHIS que visa atender a comunidade urbana e rural.

Sua participação será muito importante para elaboração do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social.

Bíoli Marília Andrade Moreira
Coordenadora do GTL Local

PARTICIPE

A Prefeitura iniciou a elaboração do
Plano Municipal de Habitação de Interesse Social - PMHIS.

Agora é a hora da sociedade colaborar
nas decisões que podem mudar a sua
cidade no futuro !

PMHIS

PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL



SECRETARIA DAS CIDADES
DO ESTADO DE GOIÁS



GOVERNO DO
ESTADO DE GOIÁS
Desenvolvimento com Responsabilidade

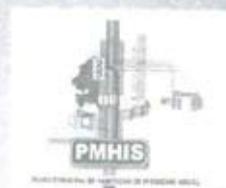
www.agehab.go.gov.br
informações: (62) 3096 - 5040



SECIDADES
SECRETARIA
DE ESTADO DAS CIDADES



GOVERNO DE
GOIÁS
A FORÇA DO CORAÇÃO DO BRASIL.



Convite

A Prefeitura Municipal de Itaguara, juntamente com o Grupo de Trabalho Local - GTL, convida a população à uma reunião que ocorrerá no dia 3 de setembro de 2010 às 19:00 h no Clube Social de Itaguara, para apresentação do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social - PMHIS que visa atender a comunidade urbana e rural.

Sua participação será muito importante para elaboração do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social.

Biol. Marília Andrade Moreira
Coordenadora do GTL Local



3

Ata da reunião de apresentação do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social - PMHIS, com a comunidade local realizada no dia 03 de Setembro de 2010 no Clube Social de Itaguaru - GO às 19:00h. A coordenadora do GTL - Grupo de Trabalho Social, Marília Andrade Moreira, abre a reunião cumprimentando os presentes e apresentando o PMHIS, colocando sua importância para o atendimento da população com renda até 3 (três) salários mínimos. Dando início às apresentações dos slides foi colocado o logotipo do PMHIS, ressaltando que um bom planejamento deve conter toda infra-estrutura que visa oferecer melhora qualidade de vida para comunidade local e também em nível estadual. Em seguida é colocado pela coordenadora a importância de se planejar para que os recursos investidos sejam bem aproveitados. O objetivo do projeto consta em levantar a necessidade e a demanda por moradia do município para que com isso seja elaborado o plano de habitação. É apresentada a criação do GTL, através do Decreto Municipal e sua função e em seguida a composição do grupo. Logo após é explanada a elaboração do PMHIS, passo a passo. É colocado a importância do conhecimento da realidade local e da participação social para implantação do projeto habitacional. A senhora Luiana questiona se serão construídas moradias e quantas no município, e a coordenadora explica como funciona o projeto em suas várias etapas. É questionado se o beneficiário terá que pagar pela moradia e como serão relacionados. É questionado também se o beneficiário precisa ter terreno próprio e se há um limite de participantes. As dúvidas

foram esclarecidas pelos integrantes do GTI Elis
son Ribeiro e Marília Andrade. Esclarecido que o
plano necessita ser concluído até dezembro de
2010 e depois da concretização do mesmo não
tem data prevista para liberação de verbas. A
integrante do GTI Rosa Ângela Veloso toma palavra e
explica sobre a importância da elaboração do Plano
para liberação de verbas federais para os munici-
pios. É aberta a palavra para demais ques-
tamentos em que foram sanados as dúvidas
em seguida é encerrada a fala da coordena-
dora Marília que passa a fala para o senhor
prefeito Antônio Deonil que retoma a importância
e a necessidade do PMHIS para o município.
Fala do levantamento que está sendo elaborado
pelo governo para saber a realidade do país na
questão de moradia digna e da relação do
mesmo com os financiamentos habitacionais. O
senhor Prefeito relembra sobre a prioridade do mu-
nicipio e do quanto é essencial se eleger pri-
oridades para que o plano seja bem executado
e agradeceu a presença da sociedade e de to-
das as lideranças presentes. É ressaltada ainda
pela coordenadora a realização de reuniões
na atender a população da área rural e fi-
naliza a reunião agradecendo a presença de
todos. Não havendo mais a tratar, levou esta qu-
reza assinada por todos presentes numa lista em
anexo. Itaguaru, 03 de Setembro de 2010.

REUNIÃO DE APRESENTAÇÃO DO PMHIS

Local: Clube Social de Itaguaru
Data: 03/09/2010 19:00h

LISTA DE PRESENÇA

Nome	Zona urbana	Zona rural
Edsonete Gans Campos		X
Valmir Diniz Moreira		X
Elson José Pereira	X	
Stamilton Gomes de Oliveira	X	
Flávia Inácio Feresena	X	
Paulo Henrique Fátima Adilson	X	
Estelina Maria Vieira	X	
Elza Otávio Costa	X	
Edson José Gonçalves	X	
Cláudia da Silva	X	
Elson Marcos da Silva	X	
Marlene Campos Souza	X	
Luiz Carlos da Silva	X	
Magdalena Flávia de Almeida	X	
Luiz Carlos José Farias	X	
Edson Carlos da Silva	X	
Edson Marcos da Silva	X	
Luiz Carlos da Silva	X	

Data: 03/19/2010 19:00 h
Local: Clube Social

Nome	Zona urbana	Zona rural
Sebina Aparecida da Costa	X	
Ana Cláudia Araújo Nunes	X	
Carolina Alvim	X	
Luiziana (da Costa)	X	
Rose Angela de O. Veloso	X	
Chafariz Soares Filho	X	
Wagner Batista Neto Filho	X	
Flávia Inácia M. Batista	X	
África Odilio de Góis	X	
Priscila F. Silva	X	
Duocarmo F. da Silva	X	
Evá Brasileira de Lima	X	
Roberto de Siqueira Silveira	X	
Antônio Carlos da Silva	X	
Valdir e Silva Carlos dos Reis	X	
Silvestre A. do Sacramento	X	
Elmaria da Silva dos Santos	X	
Célia Reis de Barros	X	
Rebeca Akácia dos Santos	X	
Graci Batista Alves	X	
Deborah Lúcia Azevedo	X	
		x fazenda Sertãozinho
		x fazenda margens da Cachoeira
		x fazenda margens da Cachoeira
		x fazenda margens da Cachoeira

Ata da reunião realizada aos trinta e um (31) dias do mês de maio do corrente ano de dois mil e dez (2010) às 19:00, reunimos no Gabinete do Sr. Prefeito Municipal Antônio Savel Filho com o objetivo de explanar sobre as atividades da Primeira (1ª) Oficina de Capacitação do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social - PMHIS. A Titular do Poder Público, Srtª Rosa Angela de Oliveira Veloso e eu, Márcia Andrade Moura, Titular do Movimento Popular falamos da importância do Plano para o município, abordando sobre a necessidade do trabalho ser desenvolvido em equipe e expondo as vantagens e os desafios a serem encontrados para a elaboração do plano. Lembrando ainda ao Sr. Prefeito que o Plano Municipal de Habitação é uma exigência do Ministério das Cidades em o qual já havia assinado um termo de compromisso para a execução do mesmo. Sem mais a tratar, eu, Márcia Andrade Moura, deixei esta que após lida será por mim e os demais assinada. *MB*
Em tempo, Itaguara, 31 de maio, 2010. *MB*

MB Rosa Angela Veloso.

Ata da reunião realizada no primeiro (1º) dia do mês de junho do ano de dois mil e dez (2010) às 19:30, reunimos no Gabinete do Sr. Prefeito Municipal, com todos os integrantes do Grupo de Trabalho Local (GTL), a Titular do Poder Público, Sra. Rosa Ângela de Oliveira Veloso e sua Suplente Ana Cláudia de Araújo Nunes, a Titular do Movimento Popular, Sr. Márcia Andrade Moreira e seu Suplente Valdeir Marques da Silva e o Titular do Segmento dos Com. Presbiteros, o Sr. Wilmar Ribeiro e seu Suplente Nicanor Antônio de Lima. Nesta reunião fizemos a apresentação do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social - PMHIS, seguindo passo a passo do processo para elaboração do mesmo. Diante da complexidade do Plano, alguns integrantes do Grupo (G) do G - de Trabalho Local - GTL, como os Srs. Wilmar Ribeiro, Nicanor Antônio de Lima e Valdeir Marques da Silva, decidiram afastar de suas respectivas funções, mas se prontificaram a colaborar indiretamente. Em decorrência disso, houve a necessidade de definir nova equipe para compor o Grupo de Trabalho Local. Não havendo nada mais a tratar, Sr. Márcia Andrade Moreira lavrei esta, que após lida será por mim e os demais assinada. Itaquaru 01 de junho de 2010.

Ribeiro Nicanor Rosa Ângela Veloso
Ana Cláudia A. Nunes

Ata da reunião realizada aos dezesseis (16) dias do mês de Agosto do ano corrente de dois mil e dez (2010) às 14:30, reunimos na sala do Sr. Elixson José Ribeiro, Secretário de Administração Municipal, com os novos integrantes do Grupo de Trabalho Local - GTL, designados pelo Sr. Prefeito Antônio Leonel Filho, ficando assim definidos: Titular do Poder Público, Elixson José Ribeiro e sua Suplente Rosa Ângela de Oliveira Veloso, que outrora era Titular, passa a ser Suplente; a Titular do Movimento Popular, Mayara Moreira Lima e sua Suplente Ana Cláudia de Araújo Nunes, que outrora era suplente do Poder Público, passa a ser suplente do Movimento Popular e a Titular do Segmento dos Empregários, eu, Márcia Andrade Moreira que outrora era Titular do Movimento Popular passa a ser a Titular do Segmento dos Empregários, exercendo a função de Coordenadora do Grupo de Trabalho Local - GTL. E ainda o Sr. Rictor Hugo Fernandes, Suplente do Segmento dos Empregários. Compõe-se assim a equipe do Grupo de Trabalho Local - GTL. Na oportunidade, apresentamos o Plano Municipal de Habitação aos novos integrantes do Grupo de Trabalho Local, ficando estabelecido nos termos para a elaboração do mesmo dando início ao desenvolvimento do trabalho. Não havendo nada mais a tratar, eu, Márcia Andrade Moreira, larrei esta, que após lida será por mim e os demais assinada.

Itaquaru, 27 de agosto de 2010. *Márcia Andrade Moreira*

Rosa Ângela Veloso *Ana Cláudia L. Lima*

Ata da reunião realizada aos vinte e cinco (25) dias do mês de Agosto de dois mil e dez (2010), às 10h15, no Plenário da Câmara Municipal para apresentação do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social aos Atores Estratégicos. Na oportunidade, o Grupo de Trabalho Local, falou dos objetivos e a importância da elaboração do Plano para o desenvolvimento do município e da constante participação dos Atores Estratégicos no processo, esclarecendo qual o seu papel perante a comunidade. Não havendo nada mais a tratar, eu, Márcia Andrade Moreira, lavrei esta, que após lida será por mim e os demais assinada. Em tempo. Estavam presentes nesta reunião o Sr. Prefeito Municipal e outros. Itaquara, 25 de Agosto de 2010. *Philip Selma*

Sanival de Andrade Moreira Andrade. Bonifácio. Amuniz. Rubens. Riberson Kennedy A. Moreira. Ana Cláudia A. Nunes. Mayara Molina. Rosa Angela Veloso.

1.ª Reunião de apresentação do PMHIS

Itaquaru 25/08/2010

Local: Câmara Municipal de Itaquaru As: 10:00

Kenilde Ribeiro de Andrade

Selma Sandoval de Andrade (falecida)

Elza Brito Moraes Menezes

Leidimar Lima de Barros

Patrícia Maria Ribeiro Silva

Kenedy Moura - Kennel Melo *[assinatura]*

Kalouza Andrade m. Batista

Ana Paula S. Silva Santos

Divina Ribeiro Borges Souza

Victor Hugo Fernandes:

- Clayton Pereira de M. B.

- Antonio Leonel Filho

- Rosa Angeli de O. Silveira.

PARTICIPE

A Prefeitura iniciou a elaboração do
Plano Municipal de Habitação de Interesse Social - PMHIS.

Agora é a hora da sociedade colaborar
nas decisões que podem mudar a sua
cidade no futuro !

PMHIS

PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

  SECRETARIA DAS CIDADES
DO ESTADO DE GOIÁS  GOVERNO DO
ESTADO DE GOIÁS
Constitucionalmente com Responsabilidade

www.agehab.go.gov.br
informações: (62) 3096 - 5040

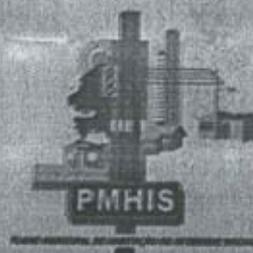
PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

A Prefeitura Municipal de Itaguara-GO, iniciou o Plano Municipal de Habitação de Interesse Social – PMHIS. Seu objetivo é identificar a demanda por novas moradias, pensar na promoção habitacional no desenvolvimento da cidade e possibilitar o acesso a recursos financeiros.

Compareça às reuniões do PMHIS do município, assim que estas forem anunciadas.

Coordenadora do GTL do Município: Bióloga Marília Andrade Moreira.

Apoio técnico: Programa Moradia Digna, Agehab e Governo do Estado de Goiás.





Endereço: Praça Joaquim Moreira Damasceno n° 735 – Centro - CEP – 76.660-000
CNPJ – 01.067.255/0001-34 Telefax - (62) 3398.114 / 1213
E-mail: prefitaguaru2005@hotmail.com

Ofício n° 96/2010

Itaguaru, 24 de agosto de 2010

SENHOR THIAGO FRANCINÊS CINTRA
DIRETOR DA RÁDIO NOSSA FM – 87, 9

ASSUNTO: SOLICITAÇÃO

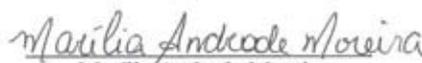
Vimos respeitosamente cumprimentá-lo, servindo do presente para solicitar a Vossa Senhoria a divulgação do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social - PMHIS, uma exigência do Ministério das Cidades junto com o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social.

No ensejo, pedimos que essa divulgação seja veiculada por um período mínimo de 7 dias, contando com a presente data.

Contamos com sua colaboração.

Atenciosamente,


Antônio Leonel Filho
Prefeito Municipal


Marília Andrade Moreira
Coordenadora do GTL

Recebi em: 24 / 08 / 2010

Secretaria: Wanessa Cristina
Rodrigues dos Santos Castro



TERMO DE COMPROMISSO

Eu Eleber Martins Rosa, coordenador(a) do Ponto de Apoio da Região de Cobertura Setor Central área Clube Social, portador da Carteira de Identidade nº 1.895.261 Órgão SSP/GO Exp. 55 P160, residente e domiciliado(a) em Rua Maria S. de Andrade, ciente de que o município de Itaguara está conveniado ao Programa Moradia Digna/Eixo de planejamento Habitacional do Governo do Estado de Goiás, que por meio da AGEHAB oferece apoio técnico e metodológico para a elaboração do Plano Municipal de Habitacional de Interesse Social – PMHIS, comprometo-me em:

1. Apoiar o GTLocal na execução do Plano de Comunicação e qualquer ação de divulgação do trabalho para elaboração do PMHIS;
2. Mobilizar a população local com o objetivo de envolver os moradores nas discussões e decisões para a elaboração do PMHIS, distribuindo convites, realizando pequenas reuniões, sensibilizando em grupo ou individualmente seus vizinhos e moradores da Região de Cobertura;
3. Participar das reuniões ou audiências públicas com a população para a validação dos produtos resultante de cada etapa de elaboração do PMHIS e de qualquer reunião quando convocado pelo GTL;
4. Preparar os Pontos de Apoio para as reuniões com a comunidade, bsevando aspectos como limpeza, água, cadeiras, materiais e recursos a serem utilizados para o bom andamento das reuniões;

A inobservância dos itens acima citados, por parte do Coordenador do PA e ou se praticada qualquer ação que prejudique a realização dos trabalhos para a elaboração do PMHIS implicará na substituição do Coordenador(a).

Itaguara, 25 de Agosto de 2010.

Eleber Martins Rosa Márcia Andreza Moreira
Coordenador(a) do Ponto de Apoio Coordenadora do GTL



TERMO DE COMPROMISSO

Eu Francilino Raimundo dos Santos, coordenador(a) do Ponto de Apoio da Região de Cobertura Serra do Sol, Satiata, área Quilombo de Satiata, portador da Carteira de Identidade nº 765325, Órgão Exp. SSP-GO, residente e domiciliado(a) Rua Rui Barbosa Lte 2, ciente de que o município de Itaguaru está conveniado ao Programa Moradia Digna/Eixo de planejamento Habitacional do Governo do Estado de Goiás, que por meio da AGEHAB oferece apoio técnico e metodológico para a elaboração do Plano Municipal de Habitacional de Interesse Social – PMHIS, comprometo-me em:

1. Apoiar o GTLocal na execução do Plano de Comunicação e qualquer ação de divulgação do trabalho para elaboração do PMHIS;
2. Mobilizar a população local com o objetivo de envolver os moradores nas discussões e decisões para a elaboração do PMHIS, distribuindo convites, realizando pequenas reuniões, sensibilizando em grupo ou individualmente seus vizinhos e moradores da Região de Cobertura;
3. Participar das reuniões ou audiências públicas com a população para a validação dos produtos resultante de cada etapa de elaboração do PMHIS e de qualquer reunião quando convocado pelo GTL;
4. Preparar os Pontos de Apoio para as reuniões com a comunidade, bsevando aspectos como limpeza, água, cadeiras, materiais e recursos a serem utilizados para o bom andamento das reuniões;

A inobservância dos itens acima citados, por parte do Coordenador do PA e ou se praticada qualquer ação que prejudique a realização dos trabalhos para a elaboração do PMHIS implicará na substituição do Coordenador(a).

Itaguaru, 25 de Agosto de 2010.

F. Raimundo dos Santos
Coordenador(a) do Ponto de Apoio

Marília Andrade Moreira
Coordenadora do GTL



TERMO DE COMPROMISSO

Eu Renilde Ribeiro de Andrade, coordenador(a) do Ponto de Apoio da Região de Cobertura Setor Central área B.M.P. Belisário A. Durvão portador da Carteira de Identidade nº 2 189 216, Órgão Exp. SSP residente e domiciliado(a) Rua Goiás A. 2. 1. 16 n.º 114, ciente de que o município de Itaguaru está conveniado ao Programa Moradia Digna/Eixo de planejamento Habitacional do Governo do Estado de Goiás, que por meio da AGEHAB oferece apoio técnico e metodológico para a elaboração do Plano Municipal de Habitacional de Interesse Social – PMHIS, comprometo-me em:

1. Apoiar o GTLocal na execução do Plano de Comunicação e qualquer ação de divulgação do trabalho para elaboração do PMHIS;
2. Mobilizar a população local com o objetivo de envolver os moradores nas discussões e decisões para a elaboração do PMHIS, distribuindo convites, realizando pequenas reuniões, sensibilizando em grupo ou individualmente seus vizinhos e moradores da Região de Cobertura;
3. Participar das reuniões ou audiências públicas com a população para a validação dos produtos resultante de cada etapa de elaboração do PMHIS e de qualquer reunião quando convocado pelo GTL;
4. Preparar os Pontos de Apoio para as reuniões com a comunidade, bsevando aspectos como limpeza, água, cadeiras, materiais e recursos a serem utilizados para o bom andamento das reuniões;

A inobservância dos itens acima citados, por parte do Coordenador do PA e ou se praticada qualquer ação que prejudique a realização dos trabalhos para a elaboração do PMHIS implicará na substituição do Coordenador(a).

Itaguaru, 25 de Agosto de 2010.

Renilde Ribeiro de Andrade
Coordenador(a) do Ponto de Apoio

Márcia Antônia Novaes
Coordenadora do GTL





TERMO DE COMPROMISSO

Eu Patúcia M^a Ribeiro Silva, coordenador(a) do Ponto de Apoio da Região de Cobertura de Setor Sebastião Galdino de Almeida área Gr. Comb. Hub. Prager, portador da Carteira de Identidade nº 3553.208, Órgão S Exp. SPTC, residente e domiciliado(a) em Itaguaru, ciente de que o município de Itaguaru está conveniado ao Programa Moradia Digna/Eixo de planejamento Habitacional do Governo do Estado de Goiás, que por meio da AGEHAB oferece apoio técnico e metodológico para a elaboração do Plano Municipal de Habitacional de Interesse Social – PMHIS, comprometo-me em:

1. Apoiar o GTLocal na execução do Plano de Comunicação e qualquer ação de divulgação do trabalho para elaboração do PMHIS;
2. Mobilizar a população local com o objetivo de envolver os moradores nas discussões e decisões para a elaboração do PMHIS, distribuindo convites, realizando pequenas reuniões, sensibilizando em grupo ou individualmente seus vizinhos e moradores da Região de Cobertura;
3. Participar das reuniões ou audiências públicas com a população para a validação dos produtos resultante de cada etapa de elaboração do PMHIS e de qualquer reunião quando convocado pelo GTL;
4. Preparar os Pontos de Apoio para as reuniões com a comunidade, bsevando aspectos como limpeza, água, cadeiras, materiais e recursos a serem utilizados para o bom andamento das reuniões;

A inobservância dos itens acima citados, por parte do Coordenador do PA e ou se praticada qualquer ação que prejudique a realização dos trabalhos para a elaboração do PMHIS implicará na substituição do Coordenador(a).

Itaguaru, 25 de Agosto de 2010.

Patúcia M^a Ribeiro Silva
Coordenador(a) do Ponto de Apoio

Márcia Andreia de Moura
Coordenadora do GTL





TERMO DE COMPROMISSO

Eu Carlos Henrique Ribeiro coordenador(a) do Ponto de Apoio da Região de Cobertura Fazenda Mota, área Associação Som Deus, portador da Carteira de Identidade nº 350894-6, Órgão Exp. SSP/GO, residente e domiciliado(a) Faz. Rubatão, ciente de que o município de Itaguara está conveniado ao Programa Moradia Digna/Eixo de planejamento Habitacional do Governo do Estado de Goiás, que por meio da AGEHAB oferece apoio técnico e metodológico para a elaboração do Plano Municipal de Habitacional de Interesse Social – PMHIS, comprometo-me em:

1. Apoiar o GTLocal na execução do Plano de Comunicação e qualquer ação de divulgação do trabalho para elaboração do PMHIS;
2. Mobilizar a população local com o objetivo de envolver os moradores nas discussões e decisões para a elaboração do PMHIS, distribuindo convites, realizando pequenas reuniões, sensibilizando em grupo ou individualmente seus vizinhos e moradores da Região de Cobertura;
3. Participar das reuniões ou audiências públicas com a população para a validação dos produtos resultante de cada etapa de elaboração do PMHIS e de qualquer reunião quando convocado pelo GTL;
4. Preparar os Pontos de Apoio para as reuniões com a comunidade, observando aspectos como limpeza, água, cadeiras, materiais e recursos a serem utilizados para o bom andamento das reuniões;

A inobservância dos itens acima citados, por parte do Coordenador do PA e ou se praticada qualquer ação que prejudique a realização dos trabalhos para a elaboração do PMHIS implicará na substituição do Coordenador(a).

Itaguara, 25 de Agosto de 2010.

Carlos Henrique Ribeiro Márcia Andreode Moreira
Coordenador(a) do Ponto de Apoio Coordenadora do GTL



TERMO DE COMPROMISSO

Eu Rubens Alves Ribeiro, coordenador(a) do Ponto de Apoio da Região de Cobertura Fazenda Cachoeira do Sertão, área Org. Assembleia de Deus portador da Carteira de Identidade nº 3340517.296, Órgão Exp. DEPC - GO residente e domiciliado(a) Faz. Cachoeira do Sertão, ciente de que o município de Itaguara está conveniado ao Programa Moradia Digna/Eixo de planejamento Habitacional do Governo do Estado de Goiás, que por meio da AGEHAB oferece apoio técnico e metodológico para a elaboração do Plano Municipal de Habitacional de Interesse Social – PMHIS, comprometo-me em:

1. Apoiar o GTLocal na execução do Plano de Comunicação e qualquer ação de divulgação do trabalho para elaboração do PMHIS;
2. Mobilizar a população local com o objetivo de envolver os moradores nas discussões e decisões para a elaboração do PMHIS, distribuindo convites, realizando pequenas reuniões, sensibilizando em grupo ou individualmente seus vizinhos e moradores da Região de Cobertura;
3. Participar das reuniões ou audiências públicas com a população para a validação dos produtos resultante de cada etapa de elaboração do PMHIS e de qualquer reunião quando convocado pelo GTL;
4. Preparar os Pontos de Apoio para as reuniões com a comunidade, bsevando aspectos como limpeza, água, cadeiras, materiais e recursos a serem utilizados para o bom andamento das reuniões;

A inobservância dos itens acima citados, por parte do Coordenador do PA e ou se praticada qualquer ação que prejudique a realização dos trabalhos para a elaboração do PMHIS implicará na substituição do Coordenador(a).

Itaguara, 25 de Agosto de 2010.

Rubens Alves Ribeiro
Coordenador(a) do Ponto de Apoio

Marília Andrade Moura
Coordenadora do GTL



TERMO DE COMPROMISSO

Eu Valter Vieira de Bastos, coordenador(a) do Ponto de Apoio da Região de Cobertura Fazenda São João Grande, área Fazenda São João Grande, portador da Carteira de Identidade nº 3663888, Crgão Fazenda São João Grande Exp. DEPC 60, residente e domiciliado(a) Fazenda São João Grande, ciente de que o município de Itaguaru está conveniado ao Programa Moradia Digna/Eixo de planejamento Habitacional do Governo do Estado de Goiás, que por meio da AGEHAB oferece apoio técnico e metodológico para a elaboração do Plano Municipal de Habitacional de Interesse Social – PMHIS, comprometo-me em:

1. Apoiar o GTLocal na execução do Plano de Comunicação e qualquer ação de divulgação do trabalho para elaboração do PMHIS;
2. Mobilizar a população local com o objetivo de envolver os moradores nas discussões e decisões para a elaboração do PMHIS, distribuindo convites, realizando pequenas reuniões, sensibilizando em grupo ou individualmente seus vizinhos e moradores da Região de Cobertura;
3. Participar das reuniões ou audiências públicas com a população para a validação dos produtos resultante de cada etapa de elaboração do PMHIS e de qualquer reunião quando convocado pelo GTL;
4. Preparar os Pontos de Apoio para as reuniões com a comunidade, bsevando aspectos como limpeza, água, cadeiras, materiais e recursos a serem utilizados para o bom andamento das reuniões;

A inobservância dos itens acima citados, por parte do Coordenador do PA e ou se praticada qualquer ação que prejudique a realização dos trabalhos para a elaboração do PMHIS implicará na substituição do Coordenador(a).

Itaguaru, 25 de Agosto de 2010.

Valter Vieira de Bastos
Coordenador(a) do Ponto de Apoio

Márcia Andreza Moura
Coordenadora do GTL



TERMO DE COMPROMISSO

Eu Antônio Alves de Araújo, coordenador(a) do Ponto de Apoio da Região de Cobertura da R. São Antônio do P. Queimado área Residência Sr. Antônio, portador da Carteira de Identidade nº 57.268.2-4, Orgão Exp. SSP/GO, residente e domiciliado(a) Rua Vicente Rodrigues do Silva n° 899, ciente de que o município de Itaguara está conveniado ao Programa Moradia Digna/Eixo de planejamento Habitacional do Governo do Estado de Goiás, que por meio da AGEHAB oferece apoio técnico e metodológico para a elaboração do Plano Municipal de Habitacional de Interesse Social – PMHIS, comprometo-me em:

1. Apoiar o GTLocal na execução do Plano de Comunicação e qualquer ação de divulgação do trabalho para elaboração do PMHIS;
2. Mobilizar a população local com o objetivo de envolver os moradores nas discussões e decisões para a elaboração do PMHIS, distribuindo convites, realizando pequenas reuniões, sensibilizando em grupo ou individualmente seus vizinhos e moradores da Região de Cobertura;
3. Participar das reuniões ou audiências públicas com a população para a validação dos produtos resultante de cada etapa de elaboração do PMHIS e de qualquer reunião quando convocado pelo GTL;
4. Preparar os Pontos de Apoio para as reuniões com a comunidade, observando aspectos como limpeza, água, cadeiras, materiais e recursos a serem utilizados para o bom andamento das reuniões;

A inobservância dos itens acima citados, por parte do Coordenador do PA e ou se praticada qualquer ação que prejudique a realização dos trabalhos para a elaboração do PMHIS implicará na substituição do Coordenador(a).

Itaguara, 25 de Agosto de 2010.

Antônio A. Araújo
Coordenador(a) do Ponto de Apoio

Marília A. Moreira
Coordenadora do GTL



ANEXOS

PRODUTO2: DIAGNÓSTICO HABITACIONAL – NECESSIDADES E OFERTAS
HABITACIONAIS

Convite

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUARU, JUNTAMENTE COM A COORDENADORA DO PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - PMHIS, CONVIDA A POPULAÇÃO PARA UMA AUDIÊNCIA PÚBLICA QUE SERÁ REALIZADA NO DIA 17/08, QUINTA-FEIRA ÀS 19:00 H NO PLENÁRIO DA CÂMARA MUNICIPAL. COMPAREÇA. SUA PARTICIPAÇÃO É MUITO IMPORTANTE PARA O DESENVOLVIMENTO DESSE PROJETO.



Ata de Audiência Pública para validação do Diagnóstico Habitacional - Produto 2 do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social (PMHIS), realizada aos dezesseis dias do mês de fevereiro de dois mil e onze às 19:00hs. Nesta audiência reuniram-se os representantes do Grupo de Trabalho Local - GTL; Marília Andrade, Elisson Ribeiro, Nayara Lima, Ana Cláudia Nunes e Rosa Ângela Veloso, juntamente com a comunidade local no Plenário da Câmara Municipal. A Coordenadora do GTL, Marília Andrade Moura inicia a reunião cumprimentando os presentes, em seguida fez-se uma breve explicação sobre o que é o PMHIS, a importância desse projeto habitacional para o município e como se procede sua elaboração. Foi também feita a primeira reunião de validação do Produto 1 que foi realizada no Clube Social de Itaguaru. Foi apresentado através de slides os etapas de elaboração do Diagnóstico Habitacional e os resultados obtidos. Houve interação entre a palestrante e a comunidade. Na parte final da reunião perguntas foram feitas por algumas pessoas da comunidade as quais foram esclarecidas todas as dúvidas. Comunicou também da próxima etapa a ser elaborada que são os planos de ações e estratégias, em que serão levantadas as propostas para solução dos problemas habitacionais do município e convida os demais presentes para participar da próxima reunião de validação do Produto 3 do PMHIS, quando convocados. É justificada a ausência do Sr. prefeito Antonio Leonel Filho, sendo sua participação representada pelo Secretário de administração e membro do GTL, o Sr. Elisson foi Ribeiro e finaliza a reunião agradecendo a presença de todos. Não havendo mais a tratar, eu, Nayara Moreira Lima, lavrei esta que vai assinada por mim e por todos os presentes numa lista em anexo. Itaguaru, 17 de fevereiro de 2011.

AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA VALIDAÇÃO DO DIAGNÓSTICO HABITACIONAL - PMHIS

Plenário da Câmara Municipal de Itaguaru
17/02/2011 às 19:00 h

LISTA DE PRESEÇA

	NOME	ZONA URBANA	ZONA RURAL
1	Carlos Aragão da Silva	X	
2	Elaine Aparecida Ribeiro	X	
3	Helena Bandeira de Azevedo	X	
4	Moniztona de Souza	X	
5	Miris Alves de Azevedo	X	
6	Hilleana Antonia Borges	X	
7	M ^{te} de Lourdes R ^o Silva	X	
8	Simone de Oliveira	X	
9	Marysa M. Lima	X	
10	Ana Cláudia Araújo Nunes	X	
11	Silvânia Domingos Toledo Lima	X	
12	Maria da Conceição R. Silva	X	
13	Carla Gonçalves Filho	X	
14	Adriana Gomes de Azevedo	X	
15	Marcelo Almeida de Azevedo	X	
16	Lea Angélica de O. Veloso	X	
17	Priscila F. Silva	X	

Obs: Os moradores da zona rural não compareceram à audiência devido a forte chuva que caiu no final da tarde.

Plenário da Câmara Municipal de Itaguaru
17/02/2011 às 19:00 h

	NOME	ZONA URBANA	ZONA RURAL
18	Quiriano da Silva	X	
19	Aparecida Baarulina Menezes	X	
22	Abadia Gomes de Saúda	X	
20	Antônia de Siqueira Silva	X	
21	Kellyn Martins Costa	A	
22	Gabriel Fenelon de Oliveira	X	
23	Fanny Rita Martins	X	
24	Marilda Harlow	X	
25	Silvia Domingos Euládo.	A	
26	Martha Anderson Moreira	A	
27			
28			
29			
30			
31			
32			
33			
34			
37			
35			
36			
37			

Ata da sétima (7ª) reunião do Grupo de Trabalho Local GTL. Aos vinte e quatro (24) dias do mês de fevereiro de dois mil e onze (2011) no Clube Social do Lago às catorze horas (14). Na ocasião estavam presentes todos os membros do Grupo de Trabalho Local para tratar da audiência pública para apresentar o produto do diagnóstico habitacional da cidade de Carmo do Rio Verde - Goiás. Neste apresentamos a comunidade local a necessidade do Plano Habitacional e os benefícios que o plano trará à toda a comunidade. Durante esta audiência a Assistente Social Valdecina Pinto Ferreira, apresentou a comunidade presente o produto do PMHIS (Plano Municipal de Habitação de Interesse Social do município de Carmo do Rio Verde, falando sobre a sua importância, não apenas na zona urbana como também na zona rural. Valdecina finalizou a audiência constatando uma boa aceitação do público local. Assim agradeceu a presença e a participação de todos. Nada mais a declarar. eu Maria Aparecida Ribeiro sarrei a presente ata que após lida será assinada por mim e pelos presentes. Maria Aparecida Ribeiro, Valdecina Pinto Ferreira, Marla Barbosa da Silva, Maria Aparecida Alves da Justina, Késia de Souza Brito, Abetina Ueu da Luz, Maria de Sílvia C. Corrêa

- Lista de presença na reunião do
PMHIS em 24-02-2011 às 14:00 hrs no
Clube Social do Lago.
- 01 Terezinha de Estefania Gomes
 - 02 Maria do Carmo Silva
 - 03 Audicleide Belarmino de Senos
 - 04 Luciene pereira de Araujo
 - 05 Adriana Conceição dos Reis
 - 06 robustana Durma Remeiro de Souza
 - 07 Edivania Soas dos Santos
 - 08 Vitoria de Moura Rosa
 - 09 Eliene Aparecida Rosa de Oliveira
 - 10 Elenilda marid de oliveira
 - 11 Euripe dos mesquitos da Silva
 - 12 Terezinha Rodrigues da Silva
 - 13 Nilva Soares da Silva
 - 14 Claudomora da Silva Oliveira
 - 15 Flavia Adriana de Jesus
 - 16 Nutria Pereira Tavares
 - 17 Luciene Maria Marques
 - 18 Elyza Silva de Oliveira Lomua
 - 19 Francisca Nunes Candido
 - 20 Magda Nascimento Nunes
 - 21 Elizabeth Espindola Rodrigues
 - 22 Cleide maria de Oliveira
 - 23 Servo dos Reis Dias
 - 24 Maria Antonia Ewony
 - 25 Joao Alves Galvão
 - 26 Doriane Marques Batista
 - 27 Ana Paula Jhes de Lima
 - 28 Elma Silva
 - 29 Sebastiana Moreira Saverda
 - 30 Daniela Soares de Oliveira

31	zeuzza maria de Oliveira
32	Dimair de Fatima pio Goncalves
33	Zeuzia Rodrigues da Rocha
34	Ama Batista de Souza
35	Valdelice Dias da Silva
36	Charina Bai da Silva
37	Cléve Martins de Araujo Tavares
38	Sulzania Jose de Oliveira
39	M ^{te} Madalen de S. S. S. S.
40	Elania Machado Jo
41	Sueli de Fatima Costa Rosa
42	Diviana Bastos de Jesus.
43	Clarice Aparecida dos Santos Ribeiro
44	Maria Divina Pereira Alvino
45	Maria Jose Oliveira Barroca
46	Genina Patricia de Oliveira Carrizo
47	Maria Madalena da Silva
48	Glauceine Maria de Castro Baia
49	Celina Rosa da Cunha
50	Lurcia Aparecida Martins Pereira
51	Romilda Luis Bastano.
52	Regilia Maria da Silva Baia
53	Cléide de Fatima das Santos
54	Gerisira Rodrigues dos Santos
55	Rosemaro Silva A. Lopes
56	Jaimeide F. B. Castro Ribeiro
57	Maria Aparecida de Oliveira
58	Neura Vieira de Souza
59	Maria dos Santos Roberto da Silva
60	Raula Martins Lomango Goncalves
61	Zeuzza Batista da Silva Moura
62	Hilda Carlos Goncalves
63	Maria Conceicao Fernandes Silva

- 64 Maria Alevsina da Silva
- 65 Glauceni Machado
- 66 Abadia Luiz do Nascimento Faria
- 67 Neusa Machado Pereira Bastos
- 68 Lidia Pimentel Fernandes
- 69 M^{te} Custodia dos Santos Pereira
- 70 M^{te} Solomita de Souza
- 71 Amario A. Parreira de Souza
- 72 Sirlene Soares Simão de Paulo
- 73 Iron Ferreira Melião
- 74 Melizaine Cristina Alcênis
- 75 Nilda Fernandes de Araújo
- 76 Benita Pereira da Costa
- 77 Maria Aparecida Nunes Silva
- 78 Maria Vergílic do Carmo Medeiros
- 79 Izamilda da Silva
- 80 Maria Cluza Silva Cordeiro
- 81 Sandra Maria Cortes
- 82 Maria de Talina Marimela
- 83 Altaria deede maura Ferrero
- 84 Valdeir Manoel Bal Berra
- 85 Antonio Correia
- 86 Divina Luciana Corruia Reis
- 87 Carmelita P. d S. Ferreira
- 88 Izaura Imaculado Janeiro Soares
- 89 Lúcia Maria Lamargo Coutinho
- 90 Sônia Martins Pereira
- 91 Cláudia Tavares de Jesus Camargo
- 92 Iracema Tavares de Amorim
- 93 Jone Lúcia da Silva
- 94 Irene do Carmo Oliveira
- 95 Maria Luíza Rosa de Aguiar
- 96 Sabriane Gomes Tavares

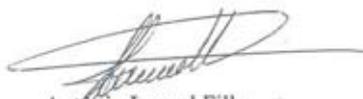
- 196 Ana Paula de Lima
- 197 Rosemeire Cristina Gomes
- 198 Beterris Lopes de Lima
- 199 Nádia Fernandes Miranda Duarte
- 200 Maria Felícia Moreira
- 201 Barcelene Penente Fernandes
- 202 Leuna Penente Fernandes
- 203 Aparecida Soares de Araújo Torres
- 204 Terezinha - Coreia de Brito Silva
- 205 Aíge Dair Nunes - Silva
- 206 Gisele Oliveira Pimenta
- 207 Maria Aparecida de Souza DAKI
- 208 Mario de Fátima da Silva Chagas
- 209 Grazi Marcia Alves da Carme
- 210 Euzeli da Silva Franco Leite
- 211 Mônica Cristina da Silva
- 212 Milton Nóbrega
- 213 Dora Brazil de Lima
- 214 Edson de Jesus Piza
- 215 Cleidson
- 216 Eliano Aparecida Bernardo
- 217 Amilda Aparecida Santana Rodrigues
- 218 Raulier Aquino de Castro Silva
- 219 Sandra R da S. S. Tomaz
- 220 Valéria Soares de Moraes
- 221 Edna Maria da Silva
- 222 Anyqueli Aparecida da Silva
- 223 Maria José da Silva
- 224 Cleuni Aparecida da Silva
- 225 Edna Somaculada Conceição Oliveira
- 226 Célia Bernardo
- 227 Maria Aparecida Bernardo

228	María Vieira Bernardo	6
229	João Chariseu Ribeiro	
230	Roussiane Juliano da Silva	
231	Jaqueline Aparecida de Araújo	

MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE
PLANO HABITACIONAL DE INTERESSE SOCIAL

A Prefeitura Municipal de Itaguaru, com Termo de Adesão ao Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social - SNHIS publicado no Diário Oficial da União, em 08/12/2008, manifesta à Caixa Econômica Federal, Agente Operador do FNHIS, o conhecimento das novas normas de elaboração do Plano Habitacional de Interesse Social e reafirma o compromisso de cumprimento do novo prazo e condições estabelecidos nas Resoluções nº 36 e 37, de 8 de dezembro de 2010, ambas do Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social.

Itaguaru, 12 de fevereiro de 2011.



Antonio Leonel Filho
Prefeito(a) do Município de
Itaguaru/GO

Antonio Leonel Filho
Prefeito Municipal

Convite

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUARU, JUNTAMENTE COM A COORDENADORA DO PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - PMHIS, CONVIDA A POPULAÇÃO PARA UMA AUDIÊNCIA PÚBLICA QUE SERÁ REALIZADA NO DIA 17/08, QUINTA-FEIRA ÀS 19:00 H NO PLENÁRIO DA CÂMARA MUNICIPAL. COMPAREÇA. SUA PARTICIPAÇÃO É MUITO IMPORTANTE PARA O DESENVOLVIMENTO DESSE PROJETO.





Município de Itaguara
Estado de Goiás

EDITAL DE AUDIENCIA PUBLICA Nº 001/2011

A Prefeitura Municipal de Itaguara – GO, convoca a comunidade em geral para participar da Audiência Pública, sobre a validação do plano Municipal de Habitação de Interesse Social (PMHIS) que ocorra no dia 17 de fevereiro do corrente ano, às 19:00 horas no Plenário da Câmara Municipal , na praça Joaquim Moreira Damasceno, nº 735 - Centro , ITAGUARU GO.

ITAGUARU, 11 DE FEVEREIRO DE 2011.

Prefeito Municipal Itaguara
Antonio Leonel filho

Antônio Leonel Filho
Prefeito Municipal



Ofício nº 001 /2011

Itaguaru, 14 de fevereiro de 2011

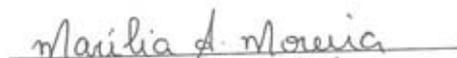
Exmª Sr(a)
Patricia Maria Ribeiro e Silva
Diretora da Escola Municipal Hans Paulo Prager
Itaguaru/Go

Prezado(a) Gestor (a),

Em virtude do nosso comprometimento para validação do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social (PMHIS) com a comunidade itaguaruense, venho através deste solicitar a Vossa Senhoria, autorização e gentileza de repassar ao quadro de funcionário e alunos, em especial os da zona rural, para encaminhar aos pais o convite em anexo, para que venham participar de uma Audiência Pública que acontecerá no próximo dia 17 de fevereiro às 19:00 h no Plenário da Câmara Municipal.

Contamos com a vossa colaboração, pois o assunto a ser tratado é de pleno interesse da comunidade.

Atenciosamente,


Marília Andrade Moreira
Coordenadora do GTL

Recebido: 15.02.2011



Ofício nº 001 /2011

Itaguaru, 14 de fevereiro de 2011

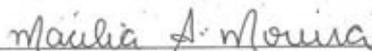
Exmª Sr(a)
Renilde Ribeiro de Andrade
Diretora da Escola Municipal Belisarina G. de Oliveria
Itaguaru/Go

Prezado(a) Gestor (a),

Em virtude do nosso comprometimento para validação do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social (PMHIS) com a comunidade itaguaruense, venho através deste solicitar a Vossa Senhoria, autorização e gentileza de repassar ao quadro de funcionário e alunos, em especial os da zona rural, para encaminhar aos pais o convite em anexo, para que venham participar de uma Audiência Pública que acontecerá no próximo dia 17 de fevereiro às 19:00 h no Plenário da Câmara Municipal.

Contamos com a vossa colaboração, pois o assunto a ser tratado é de pleno interesse da comunidade.

Atenciosamente,


Marilza Andrade Moreira
Coordenadora do GTL

Recebi em: 14/02/2011



Ofício nº 001 /2011

Itaguaru, 14 de fevereiro de 2011

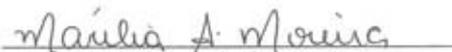
Exmº Sr
José Divino da Silva
Diretor da Escola Estadual Dr. Ary Ribeiro V. Filho
Itaguaru/Go

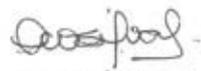
Prezado(a) Gestor (a),

Em virtude do nosso comprometimento para validação do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social (PMHIS) com a comunidade itaguaruense, venho através deste solicitar a Vossa Senhoria, autorização e gentileza de repassar ao quadro de funiconário e alunos, em especial os da zona rural, para encaminhar aos pais o convite em anexo, para que venham participar de uma Audiência Pública que acontecerá no próximo dia 17 de fevereiro às 19:00 h no Plenário da Câmara Municipal.

Contamos com a vossa colaboração, pois o assunto a ser tratado é de pleno interesse da comunidade.

Atenciosamente,


Marília Andrade Moreira
Coordenadora do GTL

Recebi em: 
14/02/2011.

Ofício nº 001 /2011

Itaguaru, 14 de fevereiro de 2011

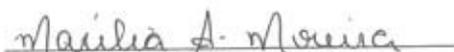
Exmº Sr
Hélio Domiciano e Silva
Diretor da Escola Estadual Artur da Costa e Silva
Itaguaru/Go

Prezado(a) Gestor (a),

Em virtude do nosso comprometimento para validação do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social (PMHIS) com a comunidade itaguaruense, venho através deste solicitar a Vossa Senhoria, autorização e gentileza de repassar ao quadro de funiconário e alunos, em especial os da zona rural, para encaminhar aos pais o convite em anexo, para que venham participar de uma Audiência Pública que acontecerá no próximo dia 17 de fevereiro às 19:00 h no Plenário da Câmara Municipal.

Contamos com a vossa colaboração, pois o assunto a ser tratado é de pleno interesse da comunidade.

Atenciosamente,


Marília Andrade Moreira
Coordenadora do GTL

Recebi em:


Olívia Ribeiro de Andrade
Secretária
Port. nº 4490/2009

Ofício nº 001/2001

Itaguaru, 14 de fevereiro de 2011

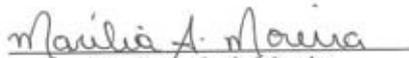
Exmº Sr (a)
Coordenadora da Assistência Social
Célia Pires de Barros
Itaguaru/Go

Prezado (a) Sr(a),

Em virtude do nosso comprometimento para a realização do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social – PMHIS com a comunidade itaguaruense, venho através deste, solicitar a Vossa Senhora, autorização e gentileza de repassar o convite em anexo ao quadro de funcionários e demais pessoas que procuram este órgão, para que venham participar de uma Audiência Pública que acontecerá nesta quinta-feira, dia 17 às 19:00 no Plenário da Câmara Municipal.

Contamos com a vossa colaboração, pois o assunto a ser tratado é de interesse da comunidade.

Atenciosamente,


Marília Andrade Moreira
Coordenadora do GTL

Recebido em: 14/02 

Ofício nº 001/2001

Itaguaru, 14 de fevereiro de 2011

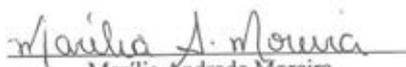
Exmº Sr (a)
Coordenadora do PSF - I
Itaguaru/Go

Prezado (a) Sr(a),

Em virtude do nosso comprometimento para a realização do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social – PMHIS com a comunidade itaguaruense, venho através deste, solicitar a Vossa Senhoria, autorização e gentileza de repassar o convite em anexo ao quadro de funcionários e demais pessoas que procuram este órgão, para que venham participar de uma Audência Pública que acontecerá nesta quinta-feira, dia 17 às 19:00 no Plenário da Câmara Municipal.

Contamos com a vossa colaboração, pois o assunto a ser tratado é de interesse da comunidade.

Atenciosamente,


Marília Andrade Moreira
Coordenadora do GTL

Recebido em: 14/02/011

Respostas

Ofício nº 001/2001

Itaguaru, 14 de fevereiro de 2011

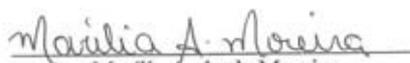
Exmº Sr (a)
Coordenadora do PSF - II
Itaguaru/Go

Prezado (a) Sr(a),

Em virtude do nosso comprometimento para a realização do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social – PMHIS com a comunidade itaguaruense, venho através deste, solicitar a Vossa Senhora, autorização e gentileza de repassar o convite em anexo ao quadro de funcionários e demais pessoas que procuram este órgão, para que venham participar de uma Audência Pública que acontecerá nesta quinta-feira, dia 17 às 19:00 no Plenário da Câmara Municipal.

Contamos com a vossa colaboração, pois o assunto a ser tratado é de interesse da comunidade.

Atenciosamente,


Marília Andrade Moreira
Coordenadora do GTL

Recebi em: 14/02/2011
Enfª Marilda Rêcio

Ofício nº 001/2001

Itaguaru, 14 de fevereiro de 2011

Exmº Sr (a)
Secretário de Saúde
Cleidimar Lino de Barros
Itaguaru/Go

Prezado (a) Sr(a),

Em virtude do nosso comprometimento para a realização do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social – PMHIS com a comunidade itaguaruense, venho através deste, solicitar a Vossa Senhora, autorização e gentileza de repassar o convite em anexo ao quadro de funcionários e demais pessoas que procuram este órgão, para que venham participar de uma Audiência Pública que acontecerá nesta quinta-feira, dia 17 às 19:00 no Plenário da Câmara Municipal.

Contamos com a vossa colaboração, pois o assunto a ser tratado é de interesse da comunidade.

Atenciosamente,


Marília Andrade Moreira
Coordenadora do GTL

Recebido em: 14-02-2011 

MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE
PLANO HABITACIONAL DE INTERESSE SOCIAL

A Prefeitura Municipal de Itaguaru, com Termo de Adesão ao Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social - SNHIS publicado no Diário Oficial da União, em 08/12/2008, manifesta à Caixa Econômica Federal, Agente Operador do FNHIS, o conhecimento das novas normas de elaboração do Plano Habitacional de Interesse Social e reafirma o compromisso de cumprimento do novo prazo e condições estabelecidos nas Resoluções nº 36 e 37, de 8 de dezembro de 2010, ambas do Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social.

Itaguaru, 12 de fevereiro de 2011.



Antonio Leonel Filho
Prefeito(a) do Município de
Itaguaru/GO

Antonio Leonel Filho
Prefeito Municipal


 ESTADO DE GOIÁS
 AGÊNCIA GOIANA DE HABITAÇÃO

LISTA PRESEÇA
 Atendimento presencial
 DATA: 07 de dezembro 2010
 LOCAL: Goiânia
 MUNICÍPIO: Itaguara
 TUTOR/TECNICA: Cristina Esmise

NOME DOS MEMBROS GTL	TITULAR/SUPLENTE	TELEFONE/ E-MAIL	ASSINATURA
1 Maria Andreia Oliveira			
2			
3			
4			
5			
6			
7. Revisão produto e primeira parte:			
8. Pendente A. 2			
9. B. 5 rural			
10			
11. Revisão quadras 8, 9, 10, 11			
12. Pendência - quadro 8 - ver nome dos programas / grupo / agente financeiro / espec.			
13. Int. das casas.			
14			
15			
16			
17			
18			



ESTADO DE GOIÁS
AGÊNCIA GOIANA DE HABITAÇÃO

TERRITÓRIO DA CIDADANIA
EQUIPE DE CAMPO

Christiane Coletti e Mayza Loureiro

Viagem de Campo

Data: 16 / 09 / 2010

MUNICÍPIO: ITAGUARU

	Nome do participante	GIL Integrante	Titular / Suplente	Telefone	E-mail	Assinatura
1	Elisom José Felício			628476785	elison-jose@itaguaru.go.gov.br	<i>[Handwritten Signature]</i>
2	Christiane M Domingues			33981311	christiane@itaguaru.go.gov.br	<i>[Handwritten Signature]</i>
3	Marília Andreia de Sousa	X	T	91980355	marilia@itaguaru.go.gov.br	<i>[Handwritten Signature]</i>
4	Francisco Bento de Amorim Jr.			924175 00	junior@itaguaru.go.gov.br	<i>[Handwritten Signature]</i>
5						
6						
7						
8						
9						
10						
11						
12						
13						
14						
15						



ANEXOS

PRODUTO 2: DIAGNÓSTICO HABITACIONAL – ESTRUTURA INSTITUCIONAL E
CAPACIDADE ADMINISTRATIVA

Convite

A Prefeitura Municipal de Itaguaru juntamente com a coordenação do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social - PMHIS, convidam a todos para uma Audiência Pública que será realizada no dia 18 de maio, quarta-feira às 19:00h no Plenário da Câmara Municipal.

Compareça, sua participação é muito importante para o desenvolvimento desse projeto.



Cita de Audiência Pública para validação do 3º conteúdo do Diagnóstico Habitacional realizada no dia dezesseis de maio de dois mil e onze às dezesseis horas no Plenário da Câmara Municipal. Entre os participantes estavam presentes: o Sr. Jeremias Batista da Silva, vice-prefeito, representando o prefeito Antonio Leonel Filho; o secretário da administração e membro do GTL, o Sr. Elisson José Ribeiro; a secretária de educação e membro do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social, a Sra. Selma Jandoval de A. Moreira e a voluntária, Silvana Sampaio Toledo Lima, representando o secretário de saúde; o Sr. Ingre Batista Gomes, membro do CMHIS e demais membros do GTL, Nayara Moreira Lima e Ana Cláudia de Araújo Nunes. A coordenadora do GTL, Marília Andrade Moreira abriu a reunião, agradecendo a presença de todos e fala do objetivo da audiência pública, retomando desde o início a importância do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social e os benefícios que o município terá após concluir este plano. Foi explanado passo a passo, através de slides todas as etapas de elaboração do PMHIS, como foi realizado, até chegar no 3º conteúdo do Diagnóstico Habitacional. Na ocasião, foram feitas várias perguntas e questionamentos, uma delas, o que seria o diagnóstico habitacional, se este plano abrangeria as pessoas da zona rural, quem seriam os beneficiários, a mesma esclareceu explicando todo o processo. Após explicadas as etapas de elaboração e as reuniões que foram validadas do PMHIS, a coordenadora do GTL entra no objetivo principal da reunião que é a apresentação dos resultados do 3º conteúdo do diagnóstico habitacional. Nesta etapa foram mostradas as

leis que o município possuem ou não, e como estavam sendo aplicadas. O sr. Geremias tomou a palavra e questionou da necessidade de elaborar as leis pendentes, questionou também da falta de vereadores na reunião, apesar de terem sido convocados para participar. A coordenadora questionou também (a falta dos vereadores) da necessidade de atualizar o código de postura, adequado ao nosso município. Na sequência foi explanado os quadros 21, 22 e 26 referentes à estrutura administrativa do município responsável pelo planejamento e gestão da política habitacional. Foi aberto espaço para novos questionamentos sobre o assunto e o sr. Elisom tomou a palavra explicando as dúvidas. A srta. Marliã finaliza a reunião e pede às pessoas presentes para participarem da próxima reunião de validação do PMHIS - estratégias e ações e que eles possam convidar demais pessoas para ter conhecimento do trabalho, e agradece a participação de todos. Não havendo nada mais a tratar, eu Nayara, larei esta que vai por mim assinada e acompanhada na lista de presença.

Itaguaru, dezete de maio de dois mil e onze

AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA VALIDAÇÃO DO 3º CONTEÚDO DO DIAGNÓSTICO HABITACIONAL

Plenário da Câmara Municipal de Itaguara
18/05/2011 às 19:00 h

LISTA DE PRESENÇA

	NOME
1	Márcia Andreode Oliveira
2	Sra. Gerson de Oliveira
3	Flora de Fátima E. de Oliveira
4	Chopin Matheus Aguiar
5	Márcia dos Reis Figueiredo de Andrade
6	Elisavete Figueiredo
7	
8	Margarida dos Santos
9	Enilza de Fátima de Moraes
10	Silvânia D. Onizango Toledo Lima
11	Elizete Chantoma Borges
12	Elma Sandoval de Andrade Aguiar
13	Wendell Rassi Pereira
14	Edmundo Eurimmo dos Santos
15	Elizângela Rodrigues Machado dos Santos
16	Wagner Gomes de Souza
17	Abárcia Gomes de Souza
	Marta Magda da Santos

*

Plenário da Câmara Municipal de Itaguaru
18/05/2011 às 19:00 h

NOME
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37

Aparecida Brasileira de messeres
 Aluis Otávio de Godi
 Araceli Andréa Araújo Nunes
 Wellington DOTTI Colares
 Donizeti Seno
 Nayara Maria Lima
 Cleuvis Bonisa da Silva 91811430

Ofício nº 002 /2011

Itaguara, 12 de maio de 2011

Exmª Srª
Célia Pires de Barros
Secretária de Assistência Social
Itaguara/Go

Prezada Senhora,

Em virtude do nosso comprometimento para validação do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social (PMHIS) com a comunidade itaguaruense, venho através deste solicitar a Vossa Senhoria, autorização e gentileza de repassar o convite em anexo à comunidade que procuram essa instituição, para que venham participar de uma Audiência Pública que acontecerá no dia 18 de maio às 19:00 h no Plenário da Câmara Municipal.

Contamos com a vossa colaboração, pois o assunto a ser tratado é de pleno interesse da comunidade.

Atenciosamente,


Marília Andrade Moreira
Coordenadora do GTL



Ofício nº 002 /2011

Itaguaru, 12 de maio de 2011

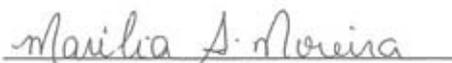
Exmº Sr
Cleidimar Lino de Barros
Secretário Municipal de Saúde
Itaguaru/Go

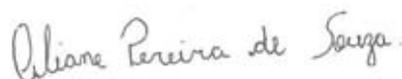
Prezado(a) Gestor (a),

Em virtude do nosso comprometimento para validação do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social (PMHIS) com a comunidade itaguaruense, venho através deste solicitar a Vossa Senhoria, autorização e gentileza de repassar o convite em anexo à comunidade que procuram essa instituição, para que venham participar de uma Audiência Pública que acontecerá no próximo dia 18 de maio às 19:00 h no Plenário da Câmara Municipal.

Contamos com a vossa colaboração, pois o assunto a ser tratado é de pleno interesse da comunidade.

Atenciosamente,


Marília-Andrade Moreira
Coordenadora do GTL



Ofício nº 002/2011

Itaguaru, 12 de maio de 2011

Exmª Sr
Hélio Domiciano e Silva
Diretor da Escola Estadual Artur da Costa e Silva
Itaguaru/Go

Prezado(a) Gestor (a),

Em virtude do nosso comprometimento para validação do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social (PMHIS) com a comunidade itaguaruense, venho através deste solicitar a Vossa Senhoria, autorização e gentileza de repassar ao quadro de funcionário e alunos, em especial os da zona rural, para encaminhar aos pais o convite em anexo, que venham participar de uma Audiência Pública que acontecerá no próximo dia 18 de maio às 19:00 h no Plenário da Câmara Municipal.

Contamos com a vossa colaboração, pois o assunto a ser tratado é de pleno interesse da comunidade.

Atenciosamente,


Marília Andrade Moreira
Coordenadora do GTL

*Recbi
12/05/11
apm*

Ofício nº 002 /2011

Itaguara, 12 de maio de 2011

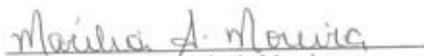
Exmª Sr(a)
Renilde Ribeiro de Andrade
Diretora da Escola Municipal Belisarina G. de Oliveria
Itaguara/Go

Prezado(a) Gestor (a),

Em virtude do nosso comprometimento para validação do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social (PMHIS) com a comunidade itaguaruense, venho através deste solicitar a Vossa Senhoria, autorização e gentileza de repassar ao quadro de funcionário e alunos, em especial os da zona rural, para encaminhar aos pais o convite em anexo, que venham participar de uma Audiência Pública que acontecerá no próximo dia 18 de maio às 19:00h no Plenário da Câmara Municipal.

Contamos com a vossa colaboração, pois o assunto a ser tratado é de pleno interesse da comunidade.

Atenciosamente,


Marília Andrade Moreira
Coordenadora do GTL

Fernanda Ap: melo

Ofício nº 002 /2011

Itaguaru, 12 de maio de 2011

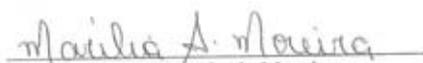
Exmª Sr(a)
Patricia Maria Ribeiro e Silva
Diretora da Escola Municipal Hans Paulo Prager
Itaguaru/Go

Prezado(a) Gestor (a),

Em virtude do nosso comprometimento para validação do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social (PMHIS) com a comunidade itaguaruense, venho através deste solicitar a Vossa Senhoria, autorização e gentileza de repassar ao quadro de funcionário e alunos, em especial os da zona rural para encaminhar aos pais o convite em anexo, que venham participar de uma Audiência Pública que acontecerá no próximo dia 18 de maio às 19:00 h no Plenário da Câmara Municipal.

Contamos com a vossa colaboração, pois o assunto a ser tratado é de pleno interesse da comunidade.

Atenciosamente,



Marília Andrade Moreira
Coordenadora do GTL

Ofício nº 002 /2011

Itaguaru, 12de maio de 2011

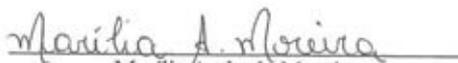
Exmª Sr
José Divino da Silva
Diretor da Escola Estadual Dr. Ary Ribeiro V. Filho
Itaguaru/Go

Prezado(a) Gestor (a),

Em virtude do nosso comprometimento para validação do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social (PMHIS) com a comunidade itaguaruense, venho através deste solicitar a Vossa Senhoria, autorização e gentileza de repassar ao quadro de funcionário e alunos, em especial os da zona rural, para encaminhar aos pais o convite em anexo, para que venham participar de uma Audiência Pública que acontecerá no próximo dia 18 de maio às 19:00 h no Plenário da Câmara Municipal.

Contamos com a vossa colaboração, pois o assunto a ser tratado é de pleno interesse da comunidade.

Atenciosamente,


Marília Andrade Moreira
Coordenadora do GTL

Resbi:

Rosimar R. Andrade

Ofício 002/2011

Itaguaru, 12 de maio de 2011

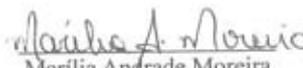
ILMº SR.
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ITAGUARU
GILDO MANOEL ALVES
Nesta.

Prezado Presidente,

A Coordenação do Grupo de Trabalho Local – GTL, responsável em elaborar o Plano Municipal de Habitação de Interesse Social (PMHIS), vêm através deste solicitar a reserva do Plenário da Câmara Municipal para realização de uma Audiência Pública para Validação do 3º Conteúdo do Diagnóstico Habitacional do PMHIS, no dia 18 de maio de 2011, quarta-feira às 19:00hs. No ensejo, convido o Senhor e demais integrantes da Câmara dos Vereadores que venha participar conosco.

Na certeza que posso contar com a vossa presença e compromisso.

Atenciosamente,


Marília Andrade Moreira
Coordenadora do GTL

*-recebido em
32/05/11
Cmara Lemanda*



PREFEITURA MUNICIPAL DE
ITAGUARU-GO
ADM. 2009/2012

EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2011

A Prefeitura Municipal de Itaguara-Go, convoca toda população do município para participar de uma Audiência Pública, para validação do 3º Conteúdo do Diagnóstico Habitacional do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social (PMHIS), que acontecerá no dia 18 de maio do corrente ano, às 19:00h no Plenário da Câmara Municipal, situada na praça Joaquim Moreira Damasceno nº 735 – Centro, Itaguara – GO.

ITAGUARU, 12 DE MAIO DE 2011

Prefeito Municipal de Itaguara
Antônio Leonel Filho



Ata da reunião do Grupo de Trabalho Local - GTL com os integrantes do Conselho do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social. Às dezesseis horas e trinta minutos do dia nove de maio de dois mil e onze, reuniu-se no Plenário da Câmara Municipal desta cidade o GTL e os membros do Conselho de FMHIS. Foi realizada uma rápida explanação sobre a importância do Município em elaborar e concluir o Plano de Habitação de Interesse Social, para que o mesmo seja beneficiado com recursos federais para habitação. A coordenadora do GTL expôs sobre a situação dos conselhos nesse processo, visando a conscientização de todos os membros quanto a participação de cada um na realidade proposta pelo Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social. Foram colocados algumas ideias sobre habitação e o que está sendo realizado em Itaguaru nesse aspecto. Foi liberado espaço para perguntas e, na oportunidade, foi proposta a agenda da próxima reunião de validação do 3º conteúdo do Diagnóstico Habitacional sendo marcada para o dia dez de maio de 2011 às 19:00, contando com a participação dos conselheiros que se comprometeram a ajudar na divulgação da reunião. A coordenadora encerrou a reunião agradecendo a presença de todos os conselheiros. Não havendo nada mais a tratar, eu, Nayara, levei esta que vai por mim assinada e acompanhada na lista de presença. Itaguaru, nove de maio de dois mil e onze.

1ª REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO LOCAL COM OS CONSELHEIROS DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - FMHIS

Plenário da Câmara Municipal de Itaguaru
09/05/2011 às 19:00 h

LISTA DE PRESENÇA

NOME
1. Alguemir Aparecida Moreira
2. Sônia Lourenço de Fátima
3. Cleide Aparecida Gomes
4. Yara Aparecida de Jesus
5. Selma Sandoval de Andrade e Silva
6. Aracelis Alves
7. Ysabel Aparecida de Jesus
8. Ana Beatriz Aparecida de Jesus
9. Alvaro Humberto de Jesus
10. Silvana de Castro Toledo Lima
11. Rosa Angélica de Jesus
12.
13.
14.
15.
16.
17.

Ofício nº 002/2011

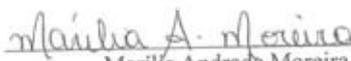
Itaguaru, 04 de maio de 2011

Prezado(a) Conselheiro(a),

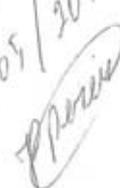
A Coordenação do Grupo de Trabalho Local – GTL, responsável pela elaboração do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social (PMHIS), convoca a todos os Conselheiros Gestores do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social, para tratar da formação da diretoria do Conselho-Gestor e na oportunidade será apresentado o PMHIS para melhor entendimento do assunto. A reunião será realizada no dia 09 de maio, segunda-feira, às 19:00 no Plenário da Câmara Municipal.

Na certeza de que posso contar com a vossa presença e compromisso.

Atenciosamente,


Marilha Andrade Moreira
Coordenadora do GTL

Ilmº Sr.
João Paulo Gonçalves Pereira
SECRETÁRIO DA AGRICULTURA, TRANSPORTE E MEIO AMBIENTE.
Nesta.

RECEB
06/05/2011




Ofício nº 002/2011

Itaguaru, 04 de maio de 2011

Prezado(a) Conselheiro(a),

A Coordenação do Grupo de Trabalho Local – GTL, responsável pela elaboração do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social (PMHIS), convoca a todos os Conselheiros Gestores do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social, para tratar da formação da diretoria do Conselho-Gestor e na oportunidade será apresentado o PMHIS para melhor entendimento do assunto. A reunião será realizada no dia 09 de maio, segunda-feira, às 19:00 no Plenário da Câmara Municipal.

Na certeza de que posso contar com a vossa presença e compromisso.

Atenciosamente,


Marília Andrade Moreira
Coordenadora do GTL

Ilm^a Sr^a
Selma Sandoval de A. Moreira
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Nesta.

Recebido
04/05/2011
Selma



Ofício nº 002/2011

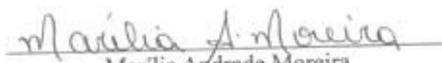
Itaguaru, 04 de maio de 2011

Prezado(a) Conselheiro(a),

A Coordenação do Grupo de Trabalho Local – GTL, responsável pela elaboração do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social (PMHIS), convoca a todos os Conselheiros Gestores do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social, para tratar da formação da diretoria do Conselho-Gestor e na oportunidade será apresentado o PMHIS para melhor entendimento do assunto. A reunião será realizada no dia 09 de maio, segunda-feira, às 19:00 no Plenário da Câmara Municipal.

Na certeza de que posso contar com a vossa presença e compromisso.

Atenciosamente,


Marília Andrade Moreira
Coordenadora do GTL

Ilmª Srª
Renilde Ribeiro de Andrade
GESTORA DA ESCOLA MUN. BELISARINA G. DE OLIVEIRA
Nesta.

*recebi 06/05/2011
R. Andrade*



Ofício nº 002/2011

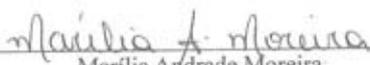
Itaguaru, 04 de maio de 2011

Prezado(a) Conselheiro(a),

A Coordenação do Grupo de Trabalho Local – GTL, responsável pela elaboração do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social (PMHIS), convoca a todos os Conselheiros Gestores do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social, para tratar da formação da diretoria do Conselho-Gestor e na oportunidade será apresentado o PMHIS para melhor entendimento do assunto. A reunião será realizada no dia 09 de maio, segunda-feira, às 19:00 no Plenário da Câmara Municipal.

Na certeza de que posso contar com a vossa presença e compromisso.

Atenciosamente,


Marília Andrade Moreira
Coordenadora do GTL

Ilmº Sr.
Divino Lindomar de Moraes
ASSOCIAÇÃO SERTÃOZINHO E BREJO GRANDE-ASBG
Nesta.

92367590
recebido em
06/05/2011
Divino Lindomar



Ofício nº 002/2011

Itaguaru, 04 de maio de 2011

Prezado(a) Conselheiro(a),

A Coordenação do Grupo de Trabalho Local – GTL, responsável pela elaboração do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social (PMHIS), convoca a todos os Conselheiros Gestores do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social, para tratar da formação da diretoria do Conselho-Gestor e na oportunidade será apresentado o PMHIS para melhor entendimento do assunto. A reunião será realizada no dia,09 de maio, segunda-feira, às 19:00 no Plenário da Câmara Municipal.

Na certeza de que posso contar com a vossa presença e compromisso.

Atenciosamente,


Marília Andrade Moreira
Coordenadora do GTL

Ilmº Sr.
Onofre Batista Gomes
ASSOCIAÇÃO SERTÃOZINHO E BREJO GRANDE - ASBG
Nesta.

91078551
9175
recebido 06/05/2011


Ofício nº 002/2011

Itaguaru, 04 de maio de 2011

Prezado(a) Conselheiro(a),

A Coordenação do Grupo de Trabalho Local – GTL, responsável pela elaboração do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social (PMHIS), convoca a todos os Conselheiros Gestores do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social, para tratar da formação da diretoria do Conselho-Gestor e na oportunidade será apresentado o PMHIS para melhor entendimento do assunto. A reunião será realizada no dia 09 de maio, segunda-feira, às 19:00 no Plenário da Câmara Municipal.

Na certeza de que posso contar com a vossa presença e compromisso.

Atenciosamente,

Marília A. Moreira

Marília Andrade Moreira
Coordenadora do GTL

Valdeir Marques da Silva F 91425131

Ilmº Sr.
Valdeir Marques da Silva
ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO SETOR SEBASTIÃO ISAÍAS
Nesta.



Ofício nº 002/2011

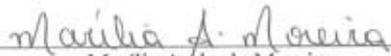
Itaguaru, 04 de maio de 2011

Prezado(a) Conselheiro(a),

A Coordenação do Grupo de Trabalho Local – GTL, responsável pela elaboração do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social (PMHIS), convoca a todos os Conselheiros Gestores do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social, para tratar da formação da diretoria do Conselho-Gestor e na oportunidade será apresentado o PMHIS para melhor entendimento do assunto. A reunião será realizada no dia 09 de maio, segunda-feira, às 19:00 no Plenário da Câmara Municipal.

Na certeza de que posso contar com a vossa presença e compromisso.

Atenciosamente,


Marília Andrade Moreira
Coordenadora do GTL

Ilmº Sr.
Jacó Cardoso de Oliveira
ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO SETOR SEBASTIÃO ISAÍAS
Nesta.

92450040
~~9245.06.40~~
recebido
06/05/2011
Jacó Cardoso de Oliveira



Ofício nº 002/2011

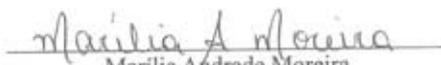
Itaguaru, 04 de maio de 2011

Prezado(a) Conselheiro(a),

A Coordenação do Grupo de Trabalho Local – GTL, responsável pela elaboração do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social (PMHIS), convoca a todos os Conselheiros Gestores do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social, para tratar da formação da diretoria do Conselho-Gestor e na oportunidade será apresentado o PMHIS para melhor entendimento do assunto. A reunião será realizada no dia 09 de maio, segunda-feira, às 19:00 no Plenário da Câmara Municipal.

Na certeza de que posso contar com a vossa presença e compromisso.

Atenciosamente,


Marília Andrade Moreira
Coordenadora do GTL

 91.980239

Ilmº Sr.
Osmar Alves Martins
ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO ITAGUÁ
Nesta.

Ofício nº 002/2011

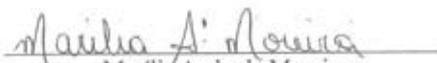
Itaguara, 04 de maio de 2011

Prezado(a) Conselheiro(a),

A Coordenação do Grupo de Trabalho Local – GTL, responsável pela elaboração do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social (PMHIS), convoca a todos os Conselheiros Gestores do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social, para tratar da formação da diretoria do Conselho-Gestor e na oportunidade será apresentado o PMHIS para melhor entendimento do assunto. A reunião será realizada no dia 09 de maio, segunda-feira, às 19:00 no Plenário da Câmara Municipal.

Na certeza de que posso contar com a vossa presença e compromisso.

Atenciosamente,


Marília Andrade Moreira
Coordenadora do GTL

Marília g m da Silva
91373430

Ilmº Sr.
Amarildo Caetano da Silva
ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO ITAGUÁ
Nesta.

Ofício nº 002/2011

Itaguaru, 04 de maio de 2011

Prezado(a) Conselheiro(a),

A Coordenação do Grupo de Trabalho Local – GTL, responsável pela elaboração do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social (PMHIS), convoca a todos os Conselheiros Gestores do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social, para tratar da formação da diretoria do Conselho-Gestor e na oportunidade será apresentado o PMHIS para melhor entendimento do assunto. A reunião será realizada no dia 09 de maio, segunda-feira, às 19:00 no Plenário da Câmara Municipal.

Na certeza de que posso contar com a vossa presença e compromisso.

Atenciosamente,


Marília Andrade Moreira
Coordenadora do GTL

Ilm^a Sr^a
Célia Pires de Barros
SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Nesta.

*Recebido
em 04/05/11
[assinatura]*

54636541

Ofício nº002/2011

Itaguaru, 04 de maio de 2011

Prezado(a) Conselheiro(a),

A Coordenação do Grupo de Trabalho Local – GTL, responsável pela elaboração do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social (PMHIS), convoca a todos os Conselheiros Gestores do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social, para tratar da formação da diretoria do Conselho-Gestor e na oportunidade será apresentado o PMHIS para melhor entendimento do assunto. A reunião será realizada no dia 09 de maio, segunda-feira, às 19:00 no Plenário da Câmara Municipal.

Na certeza de que posso contar com a vossa presença e compromisso.

Atenciosamente,

Marília A. Moreira

Marília Andrade Moreira
Coordenadora do GTL

recebi em 06-05-2011

Altair Pimentel

Ilmº Sr
Altair Pimentel de Moraes
AGENTE ADMINISTRATIVO
Nesta.

ANEXOS

PRODUTO 3: ESTRATÉGIAS DE AÇÃO



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
ITAGUARU-GO
ADM. 2009/2012**

Praça Joaquim Moreira Damasceno nº 735 Centro Fone: 3398 1144
Cnpj: 01067255000134 email: prefitaguaru2005@hotmail.com

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

O Grupo de Trabalho Local (GTL), sob a coordenação do(a) senhor (a) Marília Andrade Moreira, no uso de suas atribuições legais faz saber aos que possam interessar, que fará realizar uma audiência pública para validação do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social - PMHIS , conforme a programação abaixo discriminada:

- DATA: 22/11/2011
- HORÁRIO: 19:30
- LOCAL: Plenário da Câmara Municipal
- ENDEREÇO: Praça Joaquim Moreira Damasceno, nº 735, Centro.

Ordem do dia:

- Apreciação do Produto 3: Estratégia de Ação do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social – PMHIS.
- Importância da participação popular no processo de elaboração do PMHIS.

Ficam assim devidamente convocados para, querendo, participem da referida Audiência Pública.

Itaguara, 16 de novembro de 2011.

Marília Andrade Moreira
Coordenador (a) do GTL (Grupo de Trabalho Local)
Elisson José Ribeiro (Suplente)



Ofício nº 04/ 2011

Itaguaru, 16 de novembro de 2011

AO SR. ANTÔNIO LEONEL FILHO
ILMº PREFEITO MUNICIPAL DE ITAGUARU

O Grupo de Trabalho Local (GTL) para elaboração do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social - PMHIS, vem através deste, convidar a Vossa Senhoria para participar da última Audiência Pública a realizar-se no dia 22 de novembro de 2011, no Plenário da Câmara Municipal às 19:30 para apresentação e validação do Produto 3: Estratégias de Ação. Frisamos a importância da participação do Senhor nesse processo. E no ensejo convidá-lo também para estar presente na reunião com os membros do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - CGHMHIS, que acontecerá logo após o término da Audiência Pública, no mesmo local, onde os conselheiros irão apreciar o Plano Municipal de Habitação de Interesse Social - PMHIS, uma vez que o envolvimento dos membros conselheiros é pressuposto para o exercício de controle social na gestão do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social.

Sem mais para o momento, agradecemos a sua atenção.

Atenciosamente,



Marília Andrade Moreira
Coordenador (a) do GTL (Grupo de Trabalho Local)
Elisson José Ribeiro (Suplente)

18/11/11




Ofício nº 02 / 2011

Itaguaru, 16 de novembro de 2011

Sr(a) MARÍLIA ANDRADE MOREIRA
Ilm^a Membro do CGFMHIS,

O Grupo de Trabalho Local (GTL) para elaboração do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social - PMHIS, vem através deste, convocar os membros do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – CGFMHIS a participarem da Audiência Pública a realizar no dia 22 de novembro de 2011, no Plenário da Câmara Municipal às 19:30 para apresentação e validação do Produto 3: Estratégias de Ação. Frisamos a importância da participação do CGFMHIS, uma vez que a capacitação e envolvimento dos seus membros é pressuposto para o exercício de controle social na gestão do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social.

Sem mais para o momento, agradecemos a sua atenção.

Atenciosamente,



Marília Andrade Moreira
Coordenador (a) do GTL (Grupo de Trabalho Local)
Elisson José Ribeiro (Suplente)

Recebi em:
16/11/2011





Praça Joaquim Moreira Damasceno nº 735 Centro Fone: 3398 1144
Cnpj: 01067255000134 email: prefitaguaru2005@hotmail.com

Ofício nº 02 / 2011

Itaguara, 16 de novembro de 2011

Sr (a) RENILDE RIBEIRO DE ANDRADE
Ilm^ª Membro do CGFMHIS,

O Grupo de Trabalho Local (GTL) para elaboração do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social - PMHIS, vem através deste, convocar os membros do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – CGFMHIS a participarem da Audiência Pública a realizar no dia 22 de novembro de 2011, no Plenário da Câmara Municipal às 19:30 para apresentação e validação do Produto 3: Estratégias de Ação. Frisamos a importância da participação do CGFMHIS, uma vez que a capacitação e envolvimento dos seus membros é pressuposto para o exercício de controle social na gestão do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social.

Sem mais para o momento, agradecemos a sua atenção.

Atenciosamente,

Marília Andrade Moreira
Coordenador (a) do GTL (Grupo de Trabalho Local)
Elisson José Ribeiro (Suplente)

*Recebido em 15/11/11
Andrade*





PREFEITURA MUNICIPAL DE
ITAGUARU-GO
ADM. 2009/2012

Praça Joaquim Moreira Damasceno nº 735 Centro Fone: 3398 1144
Cnpj: 01067255000134 email: prefitaguaru2005@hotmail.com

Ofício nº 02 / 2011

Itaguara, 16 de novembro de 2011

Sr(a) SELMA SANDOVAL DE ANDRADE MOREIRA
Ilm^ª Membro do CGFMHIS,

O Grupo de Trabalho Local (GTL) para elaboração do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social - PMHIS, vem através deste, convocar os membros do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – CGFMHIS a participarem da Audiência Pública a realizar no dia 22 de novembro de 2011, no Plenário da Câmara Municipal às 19:30 para apresentação e validação do Produto 3: Estratégias de Ação. Frisamos a importância da participação do CGFMHIS, uma vez que a capacitação e envolvimento dos seus membros é pressuposto para o exercício de controle social na gestão do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social.

Sem mais para o momento, agradecemos a sua atenção.

Atenciosamente,

Marília Andrade Moreira
Coordenador (a) do GTL (Grupo de Trabalho Local)
Elisson José Ribeiro (Suplente)





Praça Joaquim Moreira Damasceno nº 735 Centro Fone: 3398 1144
Cnpj: 01067255000134 email: prefitaguaru2005@hotmail.com

Ofício nº 02 / 2011

Itaguara, 16 de novembro de 2011

Sr. JOAOMAR PAULO G. PEREIRA
Ilmº Membro do CGFMHIS,

O Grupo de Trabalho Local (GTL) para elaboração do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social - PMHIS, vem através deste, convocar os membros do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – CGFMHIS a participarem da Audiência Pública a realizar no dia 22 de novembro de 2011, no Plenário da Câmara Municipal às 19:30 para apresentação e validação do Produto 3: Estratégias de Ação. Frisamos a importância da participação do CGFMHIS, uma vez que a capacitação e envolvimento dos seus membros é pressuposto para o exercício de controle social na gestão do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social.

Sem mais para o momento, agradecemos a sua atenção.

Atenciosamente,



Marília Andrade Moreira
Coordenador (a) do GTL (Grupo de Trabalho Local)
Elisson José Ribeiro (Suplente)

17/11/2011
Elisson José Ribeiro



Praça Joaquim Moreira Damasceno nº 735 Centro Fone: 3398 1144
Cnpj: 010672550001-34 email: prefitaguaru2005@hotmail.com

Ofício nº 02 / 2011

Itaguaru, 16 de novembro de 2011

Sr. VALDEIR MARQUES DA SILVA
Ilm^o Membro do CGFMHIS,

O Grupo de Trabalho Local (GTL) para elaboração do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social - PMHIS, vem através deste, convocar os membros do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – CGFMHIS a participarem da Audiência Pública a realizar no dia 22 de novembro de 2011, no Plenário da Câmara Municipal às 19:30 para apresentação e validação do Produto 3: Estratégias de Ação. Frisamos a importância da participação do CGFMHIS, uma vez que a capacitação e envolvimento dos seus membros é pressuposto para o exercício de controle social na gestão do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social.

Sem mais para o momento, agradecemos a sua atenção.

Atenciosamente,



Itag. 16.11

Marília Andrade Moreira
Coordenador (a) do GTL (Grupo de Trabalho Local)
Elisson José Ribeiro (Suplente)



Ofício nº 02 / 2011

Itaguaru, 16 de novembro de 2011

Sr. JACÓ CARDOSO DE OLIVEIRA
Ilmº Membro do CGFMHIS,

O Grupo de Trabalho Local (GTL) para elaboração do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social - PMHIS, vem através deste, convocar os membros do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – CGFMHIS a participarem da Audiência Pública a realizar no dia 22 de novembro de 2011, no Plenário da Câmara Municipal às 19:30 para apresentação e validação do Produto 3: Estratégias de Ação. Frisamos a importância da participação do CGFMHIS, uma vez que a capacitação e envolvimento dos seus membros é pressuposto para o exercício de controle social na gestão do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social.

Sem mais para o momento, agradecemos a sua atenção.

Atenciosamente,



Marília Andrade Moreira
Coordenador (a) do GTL (Grupo de Trabalho Local)
Elisson José Ribeiro (Suplente)



PREFEITURA MUNICIPAL DE
ITAGUARU-GO
ADM. 2009/2012

Praça Joaquim Moreira Damasceno nº 735 Centro Fone: 3398 1144
Cnpj: 010672550001-34 email: prefitaguaru2005@hotmail.com

Ofício nº 02 / 2011

Itaguaru, 16 de novembro de 2011

Sr. ONOFRE BATISTA GOMES
Ilmº Membro do CGFMHIS,

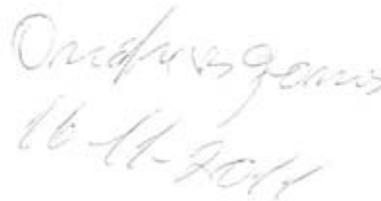
O Grupo de Trabalho Local (GTL) para elaboração do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social - PMHIS, vem através deste, convocar os membros do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – CGFMHIS a participarem da Audiência Pública a realizar no dia 22 de novembro de 2011, no Plenário da Câmara Municipal às 19:30 para apresentação e validação do Produto 3: Estratégias de Ação. Frisamos a importância da participação do CGFMHIS, uma vez que a capacitação e envolvimento dos seus membros é pressuposto para o exercício de controle social na gestão do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social.

Sem mais para o momento, agradecemos a sua atenção.

Atenciosamente,



Marília Andrade Moreira
Coordenador (a) do GTL (Grupo de Trabalho Local)
Elisson José Ribeiro (Suplente)





Ofício nº 02/ 2011

Itaguaru, 16 de novembro de 2011

Sr (a) CÉLIA PIRES DE BARROS
ILMAª PRESIDENTE do CGFMHIS,

O Grupo de Trabalho Local (GTL) para elaboração do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social - PMHIS, vem através deste, convocar os membros do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – CGFMHIS a participarem da Audiência Pública a realizar no dia 22 de novembro de 2011, no Plenário da Câmara Municipal às 19:30 para apresentação e validação do Produto 3: Estratégias de Ação. Frisamos a importância da participação do CGFMHIS, uma vez que a capacitação e envolvimento dos seus membros é pressuposto para o exercício de controle social na gestão do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social.

Sem mais para o momento, agradecemos a sua atenção.

Atenciosamente,



Marília Andrade Moreira
Coordenador (a) do GTL (Grupo de Trabalho Local)
Elisson José Ribeiro (Suplente)



PREFEITURA MUNICIPAL DE
ITAGUARU-GO
ADM. 2009/2012

Praça Joaquim Moreira Damasceno nº 735 Centro Fone: 3398 1144
Cnpj: 01067255000134 email: prefitaguaru2005@hotmail.com

Ofício nº 02 / 2011

Itaguaru, 16 de novembro de 2011

Sr (a) ALTAIR PIMENTEL DE MORAIS
Ilmº Membro do CGFMHIS,

O Grupo de Trabalho Local (GTL) para elaboração do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social - PMHIS, vem através deste, convocar os membros do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – CGFMHIS a participarem da Audiência Pública a realizar no dia 22 de novembro de 2011, no Plenário da Câmara Municipal às 19:30 para apresentação e validação do Produto 3: Estratégias de Ação. Frisamos a importância da participação do CGFMHIS, uma vez que a capacitação e envolvimento dos seus membros é pressuposto para o exercício de controle social na gestão do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social.

Sem mais para o momento, agradecemos a sua atenção.

Atenciosamente,

*Recebi em
17-11-2011
Altair Pimentel de Moraes*

Marília Andrade Moreira
Coordenador (a) do GTL (Grupo de Trabalho Local)
Elisson José Ribeiro (Suplente)





**PREFEITURA MUNICIPAL DE
ITAGUARU-GO
ADM. 2009/2012**

Praça Joaquim Moreira Damasceno nº 735 Centro Fone: 3398 1144
Cnpj: 010672550001-34 email: prefitaguaru2005@hotmail.com

Ofício nº 02 / 2011

Itaguaru, 16 de novembro de 2011

Sr. DIVINO LINDOMAR DE MORAIS
Ilmº Membro do CGFMHIS,

O Grupo de Trabalho Local (GTL) para elaboração do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social - PMHIS, vem através deste, convocar os membros do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – CGFMHIS a participarem da Audiência Pública a realizar no dia 22 de novembro de 2011, no Plenário da Câmara Municipal às 19:30 para apresentação e validação do Produto 3: Estratégias de Ação. Frisamos a importância da participação do CGFMHIS, uma vez que a capacitação e envolvimento dos seus membros é pressuposto para o exercício de controle social na gestão do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social.

Sem mais para o momento, agradecemos a sua atenção.

Atenciosamente,



Marília Andrade Moreira
Coordenador (a) do GTL (Grupo de Trabalho Local)

Elisson José Ribeiro (Suplente)

17/11/2011
Divino Lindomar de Moraes





Praça Joaquim Moreira Damasceno nº 735 Centro Fone: 3398 1144
Cnpj: 010672550001-34 email: prefitaguaru2005@hotmail.com

Ofício nº 02 / 2011

Itaguaru, 16 de novembro de 2011

Sr. OSMAR ALVES MARTINS
Ilmº Membro do CGFMHIS,

O Grupo de Trabalho Local (GTL) para elaboração do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social - PMHIS, vem através deste, convocar os membros do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – CGFMHIS a participarem da Audiência Pública a realizar no dia 22 de novembro de 2011, no Plenário da Câmara Municipal às 19:30 para apresentação e validação do Produto 3: Estratégias de Ação. Frisamos a importância da participação do CGFMHIS, uma vez que a capacitação e envolvimento dos seus membros é pressuposto para o exercício de controle social na gestão do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social.

Sem mais para o momento, agradecemos a sua atenção.

Atenciosamente,

16-11-2011

Marília Andrade Moreira
Coordenador (a) do GTL (Grupo de Trabalho Local)
Elisson José Ribeiro (Suplente)



Ofício nº 02 / 2011

Itaguaru, 16 de novembro de 2011

Sr. AMARILDO CAETANO DA SILVA
Ilmº Membro do CGFMHIS,

O Grupo de Trabalho Local (GTL) para elaboração do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social - PMHIS, vem através deste, convocar os membros do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – CGFMHIS a participarem da Audiência Pública a realizar no dia 22 de novembro de 2011, no Plenário da Câmara Municipal às 19:30 para apresentação e validação do Produto 3: Estratégias de Ação. Frisamos a importância da participação do CGFMHIS, uma vez que a capacitação e envolvimento dos seus membros é pressuposto para o exercício de controle social na gestão do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social.

Sem mais para o momento, agradecemos a sua atenção.

Atenciosamente,



Marília Andrade Moreira
Coordenador (a) do GTL (Grupo de Trabalho Local)
Elisson José Ribeiro (Suplente)



Convite

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUARU, JUNTAMENTE COM O GRUPO DE TRABALHO LOCAL - GTL, RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (PMHIS), CONVIDA A POPULAÇÃO PARA PARTICIPAR DA AUDIÊNCIA PÚBLICA A REALIZAR-SE NO DIA 22 DE NOVEMBRO DE 2011 NO PLENÁRIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ITAGUARU ÀS 19:30 PARA APRESENTAÇÃO E VALIDAÇÃO DO PRODUTO 3: ESTRATÉGIAS DE AÇÃO.

SUA PARTICIPAÇÃO É MUITO IMPORTANTE PARA O DESENVOLVIMENTO DESSE PROJETO.



6

Cita de Audiência Pública para validação do Produto - Estratégias de Ação realizada no dia vinte e dois de novembro de dois mil e onze às dezesseis horas e trinta minutos, reuniram-se no Plenário da Câmara Municipal de Itaguaru-GO os integrantes do Grupo de Trabalho Local (GTL), realizaram-se os trabalhos, Mayara Moreira Lima e a Coordenadora Marli Andréa Moreira, os Conselheiros Gestores do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (CFMHS), algumas autoridades municipais e a comunidade local, no qual ouviram atentamente as informações sobre o Produto Estratégias de Ação do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social (PMHS). A Coordenadora do PMHS concluiu a Audiência Pública e antes de entrar no assunto do Produto 3, ela falou sobre todos os pontos do projeto discutidos anteriormente. Falou sobre a missão do GTL e dos conselheiros e apresentou com a ajuda de um "data show" os resultados obtidos do diagnóstico habitacional no município. A partir desse diagnóstico foram traçados os objetivos, as estratégias e os programas para melhorar a questão habitacional do município, tanto na zona urbana quanto rural. Entre as ações que foram desenvolvidas, estão a construção de novas moradios e a reforma das casas foram esclarecidas ainda, questões em relação aos programas habitacionais, fonte de financiamento, siglas responsáveis e parceiros. Finalizando a audiência, a Coordenadora falou sobre a importância do PMHS para o município, da atuação dos conselheiros e a participação da comunidade. O vice-Prefeito, Ge

participantes apresentaram suas opiniões em relação ao projeto. Com seqüeda foi dada a oportunidade ao Sr. Papeito Antônio Leonel Filho que por motivo de falta maior chegou no final da reunião e ainda falou da necessidade do município ter o Plano Municipal Habitação de Interesse Social e por fim agradeceu a todos presentes pela participação. Concluída a audiência os Conselheiros do FMHIS permaneceram presentes para uma nova reunião para aprovação do PMHIS que será apresentado. O Projeto foi aceito por todos os conselheiros que assinaram a lista de presença da reunião e a Presidente do Conselho, Lélia Rios de Barros assinou a Resolução nº 01/2011 de 22 de novembro de 2011, que aprova o Plano Municipal de Habitação de Interesse Social - PMHIS, do município de Itaguara-GO. Eu, Marília Andrade Moreira, lavrei esta, que vai por mim e por todos assinados na lista de presença, Itaguara, vinte dois de novembro de dois mil e onze.

AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA VALIDAÇÃO DO PRODUTO 3 – ESTRATÉGIAS DE AÇÃO

LOCAL: PLENÁRIO DA CÂMARA MUNICIPAL

DATA: 22/11/2011 ÀS 19:30 H

LISTA DE PRESENÇA

NOME	ZONA URBANA	ZONA RURAL
WALDIRY DILMO MOREIRA		OF
EDMAR GOMES CARVALHO		OF
Margareta Wagner de Almeida	X	
Silvia Bandeira de Andrade Ulbricht	X	
Nilva Pereira de Oliveira	X	
marizete José de Lima		
Suelly Santos F de Oliveira	X	
Paulo Roberto Gomes	X	
Barbete Maciel de Oliveira		OK
GERCIAS BATISTA DA SILVA	X	OK
Márcia Andrade Moreira		
Márcia Antonia Berger	X	
Márcia Alvares dos Santos	X	
Edmundo Quissima dos Santos	X	
Clayton Ilustrado de Jesus		OK
Wanderson José Frazão	X	
Brasão de Armas do Município		

Prefeitura Municipal de
Itaguaru

CAIXA



AGEHAB
Agência Goiana de Habitação

SECIDADES
SECRETARIA
DE ESTADO DAS CIDADES



**GOVERNO DE
GOIÁS**
MISSÃO: ESTAR O CRESCE, VOCÊ O CRESCE JUNTO

www.agehab.go.gov.br